Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: maio de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

Madeireiros e traficantes frequentam área de reserva para negociar com etnia – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2009 7

Índios ganharão para preservar floresta – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2009 7

Pecuária orgânica cresce no Pantanal – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 03/05/2009 9

Boi "feliz" rende carne mais saudável, diz fazendeiro pecuarista vegetariano – Folha de São Paulo – Ciência – 03/05/2009 10

Ministro faz alerta para ofensiva contra leis ambientais - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/05/2009 11

MMA quer manter vigência ambientai na MP da regularização fundiária da Amazônia - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 05/05/2009 12

O verdadeiro perigo do aquecimento global – Václav Klaus – Valor Econômico – Opinião – 05/05/2009 13

Brasil deve se tornar alvo preferencial do protecionismo global – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 07/05/2009 15

Lobby elétrico pede fim de regra contra emissão de CO2 – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2009 17

Fuligem responde por um terço do aquecimento global – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2009 18

Pagamento por Serviços Ambientais pode virar realidade – Lucia Leão – Sítio eletrônico do MMA – 08/05/2009 20

Vigília pela Amazônia – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 11/05/2009 22

Câmara discute reforma 'verde' – Luiza de Carvalho – Valor Econômico – Agronegócios – 11/05/2009 23

As divergências entre economistas sobre a sustentabilidade – José Eli da Veiga – Valor econômico – Opinião – 12/05/2009 25

Amazônia terá mais mil fiscais - João Domingos – Estado de São Paulo – Ciência – 13/05/2009 27

Saída de ministério freou desmate, diz Marina - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2009 28

"A natureza nos salvará", afirma cientista – Sítio Eletrônico do MST – 13/05/2009 29

"Se estão pretendendo fazer de mim uma anti-floresta, não conseguirão", diz Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 14/05/2009 31

Preço de terras da União opõe ruralistas a ambientalistas – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2009 32

MMA realiza pesquisa para avaliar resultado da Agenda 21 nos municípios – Carlos Américo – Sitio Eletrônico do MMA 0 14/05/2009 33

Ruralistas iniciam sua maior ofensiva contra leis ambientais – Sítio Eletrônico do MST – 14/05/2009 34

Governo evita criar novas reservas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/05/2009 37

Projeto está emdebate desde 1991 em Rio Branco – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/05/2009 38

Lei dos EUA prevê crédito de CO gratuito - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Vida & - 16/05/2009 39

O império do carbono – Paul Krugman – Estado de São Paulo – Vida & - 16/05/2009 40

Com Obama, cético do clima perde espaço – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 16/05/2009 42

Recuperação e mudanças climáticas – Antonio Palocci – O Globo – Opinião – 17/05/2009 44

Crise dá lugar ao ´ecologicamente incorreto` - Camila Nóbrega – O Globo – Economia – 17/05/2009 46

***Os ambientalistas e o governo federal*- JoséGoldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/05/2009 ..... 49**

Bolsa Família para todos os sem-terra – O Globo – O País – 18/05/2009 51

Plano dos EUA dá licenças de carbono de graça – Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Internacional – 18/05/2009 52

Lula reduz valor pago por impacto ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 19/05/2009 53

Até 2011: Territórios da Cidadania terão conexão banda larga – Sítio Eletrônico do MDA – 19/05/2009 54

EUA estabelecem limite de Emissão de poluente de carro – Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Meio Ambiente – 20/05/2009 55

Minc defende tratamento diferenciado para pequenos produtores rurais – Sítio Eletrônico do MMA – 20/05/2009 57

Reação a mudanças nas leis ambientais une ambientalistas e pequenos produtores – Sítio Eletrônico do MMA – 20/05/2009 58

A Terra agradece – O Globo – Opinião – 21/05/2009 59

Minc propõe alívio para pequenos agricultores – O Globo – O País – 21/05/2009 60

Eduardo Paes veta o Bolsa-Floresta - Natanael Damasceno – O Globo – Rio – 21/05/2009 61

BNDES vai usar crédito na proteção ambiental – Daniele Carvalho – Estado de São Paulo – Economia – 22/05/2009 62

PT ataca Stephanes, Mangabeira e Minc - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 22/05/2009 63

Stephanes defende práticas sustentáveis para evitar problemas ambientais – Sítio Eletrônico do MAPA – 22/05/2009 64

MMA apoia movimento contra desmonte da legislação ambiental – Sítio Eletrônico do MMA – Lucia Leão – 22/05/2009 65

Governo vai transferir 13% das terras da União na Amazônia Legal – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – 24/05/2009 66

Diálogo pode desengavetar projetos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 24/05/2009 68

Floresta pode ajudar a tirar o Brasil da crise financeira – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 24/05/2009 70

Risco ambiental – O Globo – Opinião – 24/05/2009 74

Estabilidade atrai investidor Externo para plantio de florestas - Paulo Justus – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/05/2009 75

Fundos querem fornecer madeira para fabricantes de papel e celulose – Paulo Justos – Estado de São Paulo – Economia – 25/05/2009 76

Mais um passo, atrás – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 25/05/2009 77

Al Gore quer empresas em acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 25/05/2009 78

Minc e ruralistas trocam ofensas – João Domingos – Estado – Nacional – 28/05/2009 78

ONG apura redução no desmatamento - Soraya Aggege – O Globo – O País – 28/05/2009 79

Quando se discutirá o clima por aqui? – Washington Novaes – estado de São Paulo – Espaço Aberto – 29/05/2009 80

Minc acusa ministros de jogo duplo na área ambiental – Estado de São Paulo – Capa – 29/05/2009 82

Minc acusa ministros de jogo duplo no Congresso contra lei ambiental – Leonencio Nossa – Estado de São PAulo – Nacional – 29/05/2009 82

Acuado após derrotas, Minc vai a Lula reclamar de colegas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2009 84

Ministro busca sustentação no presidente – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009 85

Congressistas pedem explicação formal de Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009 86

Indígenas isolados correm risco de extinção, diz ONG – Matheus Pichonelli - Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009 87

Queimadas fazem fogo se alastrar pelo Pantanal de MS – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – 29/05/2009 89

Fazenda acusa sem-terra de abater gado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009 89

Minc diz que foi traído por ministros - Catarina Alencastro e Luiza Damé – O Globo – O país – 29/05/2009 90

Derrotas na área ambiental – O Globo – O País – 29/05/2009 91

'Disse a Lula que estou debaixo de pancada' – Fabiana Cimieri – Estado de São Paulo – Nacional – 30/05/2009 91

Aquecimento mata 300 mil ao ano, diz Annan – Folha de São Paulo – Ciência – 30/05/2009 93

Minc dá nome aos ministros 'machadinhas' – O Globo – Capa – 30/05/2009 93

Antes da inundação... – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 30/05/2009 94

Minc critica publicamente colegas ministros - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 30/05/2009 95

Mudanças climáticas já matam 315 mil por ano – O Globo – Ciência – 30/05/2009..... 96

Madeireiros e traficantes frequentam área de reserva para negociar com etnia – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2009

Primeira etnia do Pará a ter uma área reservada para si, ainda na década de 1940, os tembés têm hoje um dos territórios mais ameaçados do Estado, de acordo com a Funai (Fundação Nacional do Índio).

A Terra Indígena Alto Rio Guamá, no nordeste do Estado, foi homologada em 1993. Mas em 1945, quando o modelo jurídico da homologação ainda não tinha sido criado, o interventor federal Magalhães Barata "demarcou" a área para o grupo.

Hoje, a terra é invadida por grileiros, madeireiros, posseiros e traficantes, que plantam maconha lá. Em abril, 2.500 pés da planta foram destruídos pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Em fevereiro de 2008, invasores chegaram a tomar índios como reféns, depois foram presos. Os posseiros reivindicavam áreas dentro da reserva.

Para Juscelino Bessa, administrador da Funai em Belém (PA), os tembés estão sucumbindo às dificuldades e negociando com madeireiros toras retiradas ilegalmente. "Vendem quase de graça."

Valdeci Tembé, um dos líderes da etnia, concorda. "Isso [madeira] não dá quase nada. Vamos ver se o contrato dá certo. A ideia é essa." **(JCM)**

Índios ganharão para preservar floresta – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 02/05/2009

Reserva tembé, no Pará, deve fechar contrato para emitir créditos de carbono em troca de cerca de R$ 1 milhão por ano

Negócio em mercado fora do acordo de Kyoto sobre efeito estufa vai contra a posição do governo, que teme estímulo ao desmate

Os índios tembés, que vivem no Pará, pretendem fechar até o final de maio o primeiro contrato no país para a preservação de um território indígena em troca de participação na venda de créditos de carbono gerados pela manutenção da floresta.

A negociação, com uma empresa brasileira, a C-Trade, vem sendo tratada desde junho do ano passado. Ela contraria a posição defendida pelo Estado brasileiro sobre o tema.
Segundo o governo federal, a quantidade de mata preservada no país é tão grande que os créditos gerados por sua simples manutenção são capazes de permitir a empresas que aumentem a poluição, e não o contrário. A questão costuma dividir ONGs ambientalistas no país e no exterior.

Mas tanto os índios quanto a Funai (Fundação Nacional do Índio), assim como indigenistas da UFPA (Universidade Federal do Pará) e o Ministério Público Federal, concordaram, previamente, com os termos da proposta apresentada. Ela ainda precisa ser oficialmente chancelada pela etnia.

Segundo a oferta, 85% do dinheiro conseguido pela empresa ao vender no mercado os créditos de carbono irá para os tembés. Os valores ainda não foram fechados, mas os repasses à tribo devem ultrapassar R$ 1 milhão por ano, ou cerca de R$ 1.428 para cada uma das 700 famílias da reserva. Hoje, a maior parte delas não tem nenhum tipo de renda.

Dos 279,8 mil hectares da reserva, 69 mil foram "ofertados" para serem preservados. A intenção é, anualmente, fazer uma análise periódica da área, que determinará o quanto foi desmatado e o que foi preservado, para então os valores serem aumentados ou diminuídos.

Segundo Felício Pontes, procurador da República que atua no caso, não há nenhum impedimento jurídico para que o negócio seja fechado, apesar da posição do governo.

"Essa ideia pode ser uma solução para o problema de como proteger áreas indígenas de todo o país." A Folha tentou falar com a empresa C-Trade, mas não conseguiu.

Hoje, o chamado mercado "regular", atrelado ao Protocolo de Kyoto, ainda não aceita a comercialização de créditos gerados pela preservação das florestas tropicais. Em compensação, o mercado "voluntário" -do qual participam empresas de países não signatários do protocolo, por exemplo-, aceita.

O impasse sobre aceitar ou não créditos de carbono para manter a floresta em pé, no Brasil ou fora, deve ser debatido em dezembro, em Copenhague (Dinamarca), durante a Conferência do Clima.

No caso do Pará, a maior discussão atualmente é como gerir os futuros recursos. A ideia mais forte até agora, segundo as pessoas envolvidas na negociação, é que parte do

dinheiro seja prioritariamente investida em projetos já em andamento, como produção de mel, e o resto seja distribuído igualmente entre todas as famílias.

Distribuição de renda

O que Funai e indigenistas temem é que o dinheiro seja administrado por poucos índios. Se estes enriquecerem sozinhos, a maioria da comunidade continuará miserável. Para Juscelino Bessa, administrador da Funai em Belém (PA), o contrato gera receio, pois ainda não há experiência ou regulamentação específica sobre esse tipo de negócio.

"Mas tivemos que fazer isso, pois estamos com a corda no pescoço." Ele se refere à atual situação da terra tembé Alto Rio Guamá, no nordeste do Estado, invadida por posseiros, grileiros e traficantes de droga, para plantar maconha (leia texto abaixo, à esquerda).

Pecuária orgânica cresce no Pantanal – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 03/05/2009

Fazendas dentro e em torno do bioma abatem mil cabeças por mês de gado criado sem desmate e tratado com homeopatia

Produtores de MS lançam protocolo com promessa de dar saúde e escola para peão e criar corredor de áreas de pastos naturais protegidos

Eles moram no campo aberto, longe da aglomeração. Têm tempo livre para passear pelas planícies naturais e só se alimentam de vegetais sem agrotóxicos, jamais plantados em áreas desmatadas. Para a saúde, fazem prevenção com ervas medicinais e homeopatia, como em comunidades hippies.
Não consta, porém, que haja muitas delas no Mato Grosso do Sul, onde esse estilo de vida, na verdade, é o dos bois "orgânicos", criados desde 2004.
Uma associação de pecuaristas do Pantanal começou o negócio da estaca zero naquele ano. Hoje, somada a um grupo de produtores do Mato Grosso, na região do Cerrado, encaminha para abate mil animais por mês. Cerca de 400 deles saem do Pantanal, e o resto do Cerrado da bacia do Alto Paraguai, onde nascem os rios da região.
Ainda é uma produção pequena. A pecuária convencional sul-matogrossense é cerca de 500

vezes maior que a de produção ecologicamente correta. O nome orgânico não significa que bois convencionais sejam "inorgânicos". A expressão vem da política para agricultura dessa classe de alimentos, que proíbe uso de pesticidas inorgânicos. Toda a carne bovina orgânica certificada brasileira sai hoje da bacia pantaneira e é distribuída pelo grupo JBS-Friboi, maior frigorífico do mundo. Para cada boi orgânico abatido pela empresa, porém, ela vende 570 animais criados de modo convencional.

Os números pequenos, contudo, não intimidam fazendeiros que adotaram esse modo de produção. "O orgânico tem avançado muito rápido, até porque tinha pouco mercado", diz Leonardo Leite de Barros, presidente da ABPO (Associação Brasileira de Pecuária Orgânica). A entidade já certificou dez fazendas para criar gado orgânico no Mato Grosso do Sul e tem mais 12 em processo de avaliação. "Quem tem pouco avança sempre mais rápido."

Barros administra com seu irmão Luciano a Fazenda Rancharia, em Corumbá (MS), onde bois pastam em campos alagáveis dividindo espaço com emas, capivaras e veados. Segundo ele outros produtores ainda têm receio de abandonar a pecuária intensiva, que requer desmate de áreas secas. "Eles acham a gente completamente maluco", diz. "Acham que nos unimos ao inimigo."

O "inimigo", no caso, é a ONG ambientalista WWF Brasil, na verdade uma parceira nas negociações que consolidaram a cadeia produtiva do boi orgânico no país. Não foi algo fácil, já que boa parte da demanda por alimentos orgânicos é criada por pessoas vegetarianas.

"A maioria dos nossos consumidores que a gente encontra nos pontos de venda são ex-vegetarianos, que não compravam carne por conta da questão do bem estar animal", diz Josiane Stringhini, coordenadora de marketing do JBS-Friboi. O abate dos animais que chegam lá também segue procedimentos "humanitários", afirma.

"O boi fica um período dentro do curral, para que possa descansar, e recebe uma ducha de água morna. Depois, recebe um êmbolo de ar certeiro, próximo à testa", diz. "Assim, ele não fica estressado e não percebe que vai ser abatido."

A ABPO e o WWF lançaram na última terça-feira um protocolo prometendo adotar práticas socioambientais que vão além das exigidas para certificação orgânica. Para entrar na associação, criadores terão de dar às famílias de peões acesso a escola e médicos, além de tentar criar um corredor de áreas protegidas na região. Segundo Barros, a ideia é vincular o Pantanal à carne orgânica, hoje ainda vendida sem selo de origem.

Boi "feliz" rende carne mais saudável, diz fazendeiro pecuarista vegetariano – Folha de São Paulo – Ciência – 03/05/2009

"Nós produzimos um boi feliz", afirma José Carlos Thimoteo Lobreiro, proprietário da Fazenda Millenium, no Mato Grosso do Sul. A frase soa inusitada por partir de um pecuarista que cria gado de corte, mas parece ainda mais estranha quando se descobre que

Thimoteo é um vegetariano.
Ex-professor de patologia da reprodução na universidade federal do estado, o fazendeiro abandonou as técnicas tradicionais de criação de gado para adotar as ervas medicinais e a homeopatia como principal ferramenta de prevenção de doenças em seus rebanhos.
Sua opção por não comer carne, diz, não consiste em uma contradição. "É uma coisa absolutamente pessoal", afirma. "Fico feliz porque crio um produto de qualidade para pessoas que têm essa necessidade."
Thimoteo, que é secretário da ABPO, ajudou a definir o sistema de saúde implantado nas fazendas da associação para que os bois ganhassem o selo do Instituto Biodinâmico, entidade que certifica a carne orgânica no país. Além de proibir uso preventivo de alopatia, a técnica veta o uso de hormônios de crescimento e de ureia para facilitar a digestão dos animais.
Marcelo Rondon, veterinário que está implantando um programa de auditoria interna nas fazendas da associação, porém, reconhece que a medicina alternativa ainda não dá conta de alguns problemas, sobretudo no caso de miíases, as bicheiras.
"Se o animal está sofrendo muito ou correndo risco de morrer, eu faço uso de algum produto que pode ser um produto alopático", diz Rondon. O uso, porém, segue controle rígido. "Identifico o animal por número, o produto usado, a dosagem, e o motivo da aplicação."
A intenção, segundo o veterinário, não é apenas garantir a o bem estar do animal, mas evitar o abuso de antibióticos e substâncias que podem deixar resíduos na carne consumida.
A "felicidade" do gado, porém, tem seu preço. Segundo o Friboi, uma peça nobre como uma picanha orgânica custa cerca de 30% mais em grandes redes de supermercado, principal ponto de venda do produto.
Hambúrgueres orgânicos, contudo, já têm um preço que pode competir com a carne comum.

O repórter **RAFAEL GARCIA** teve as despesas de viagem pagas pela ABPO e pelo WWF

Ministro faz alerta para ofensiva contra leis ambientais - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/05/2009

O ministro Carlos Minc fez um alerta, nesta segunda-feira (4), em palestra durante o 1º Seminário Internacional de Direito Ambiental, realizado pela OAB-DF, para os riscos de retrocesso na legislação ambiental caso prevaleçam, no Congresso, as correntes de opinião

que defendem posições como a flexibilização do Código Florestal e a criação do instituto do "decurso de prazo" para a concessão de licenciamento ambiental para obras de rodovias. Essas propostas, para Minc, representam a reação de setores da sociedade que estavam acostumados à impunidade e se sentiram acuados desde a assinatura, em julho do ano passado, do Decreto de Regulamentação da Lei de Crimes Ambientais.

"Há uma ofensiva muito grande no Congresso e, curiosamente, uma das razões que desencadeou essa ofensiva foi o decreto de regulamentação dos crimes ambientais. Até então, como ninguém cumpria o Código e outras leis ambientais, também não se ligava muito. Quando foram criados os mecanismos e se tomou a decisão de exigir o cumprimento da lei as reações começaram".

A advertência do Ministro foi feita para uma platéia de mais de uma centena de advogados e juristas, a quem Minc pediu apoio dentro do Poder Judiciário para garantir o que chama "cumpra-se" da legislação ambiental, sem o que será impossível mudar comportamentos históricos. A mesma impunidade, por exemplo, que resultou no assassinato de Chico Mendes, há 20 anos, inspirou os atos de vandalismo contra os funcionários e a estrutura física do Ibama, em novembro do ano passado.

Minc destacou dois itens do decreto de regulamentação que estão facilitando a fiscalização e a punição dos crimes ambientais: a redução do número e prazos de recursos e o instituto do "perdimento", que permite a apreensão e leilão do produto de crimes ambientais, como já foi feito com gado, soja e madeira encontrados pelo Ibama em áreas de desmatamento ilegal. Outra iniciativa do governo para agilizar as ações de fiscalização e a punição dos crimes ambientais foi a criação, em abril, da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais e a autorização para o Ministro do Meio Ambiente convocar a Força Nacional.

"Quando nós demonstramos que as leis são para serem cumpridas, eles querem mudar a lei. A sociedade brasileira tem que estar atenta. As leis podem mudar e serem aperfeiçoadas. Mas também podem regredir", advertiu o Ministro.

MMA quer manter vigência ambientai na MP da regularização fundiária da Amazônia - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 05/05/2009

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Egon Krakhecke pediu nesta terça-feira (5), na saudação que fez na abertura da reunião da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico, o empenho dos representantes da

cada um dos treze ministérios que integram o colegiado para garantir a aprovação, pelo Congresso Nacional, da medida provisória que regulamenta posses rurais na Amazônia com exigências de condicionantes ambientais. Segundo Krakhecke, tanto os ZEEs estaduais quanto o Macro Zoneamento da Amazônia guardam profunda relação com a regularização, nos termos em que ela está definida na MP, que deve ser preservado.

"A MP está na pauta de votações da Câmara e será encaminhada na sequência para o Senado. É importante que o governo se empenhe como um todo para que o texto seja preservado especialmente nas cláusulas que exigem a legalidade ambiental", apelou Krachecke.

A Comissão Coordenadora se reuniu extraordinariamente para receber propostas do Ministério de Minas e Energia sobre o ZEE da BR-163 e o Macro Zoneamento do Estado do Amazonas. O Ministério de Minas e Energia apresentou diagnósticos e potenciais de uso de recursos minerais, hidrelétricos e de petróleo e gás nas regiões e pediu que eles fossem incluídos nos dois ZEEs.

As propostas relativas ao Amazonas foram encaminhadas diretamente aos representantes do Estado e as que dizem respeito à área de influência da BR-163 - especialmente o mapeamento de áreas de pesquisa mineral, prospecção e lavra e o potencial hidrelétrico do rio Tapajós - serão encaminhadas, com recomendação de inclusão no ZEE, ao Grupo de Trabalho da BR-163, coordenado pela Casa Civil, e posteriormente ao governo do Pará. Segundo o diretor do Zoneamento Territorial do MMA Roberto Vizentin o encaminhamento não representa uma autorização prévia ou anuência da Comissão à exploração do potencial identificado pelo MME, mas obedece às diretrizes metodológicas do ZEE.

"O ZEE deve considerar os diagnósticos e potenciais de uso dos diferentes setores econômicos, assim como os interesses de proteção ambiental e as expectativas dos segmentos sociais. É com base nessas informações que eventuais conflitos de interesse sobre o uso do território podem ser compatibilizados de forma pactuada, sempre tendo como finalidade última a manutenção ou a recuperação da capacidade de produção de bens e serviços ambientais dos ecossistemas", explicou.

O verdadeiro perigo do aquecimento global – Václav Klaus – Valor Econômico – Opinião – 05/05/2009

Com a crise financeira mundial ficou claro que será difícil arcar com as novas e caras fontes de energia

Estou surpreso em ver nos dias de hoje como tantas pessoas na Europa, Estados Unidos e outros lugares acabam apoiando políticas calcadas na histeria sobre o aquecimento global, particularmente a lei do comércio de licenças de emissão para reduzir a liberação de gases causadores do efeito estufa e os subsídios para fontes de energia "verdes". Estou convencido de que esta é uma estratégia mal direcionada - não apenas pelas incertezas quanto aos perigos que o aquecimento global pode representar, mas também pelas certezas quanto aos danos que essas políticas propostas, idealizadas para aliviar o problema, trarão.

Fui convidado para discutir esta questão em recente conferência em Santa Bárbara, na Califórnia. A plateia incluía líderes empresariais que esperam lucrar com as políticas de licenças de emissão e os subsídios para empregos "verdes" e energias renováveis. Meu conselho a eles foi que não se deixassem contagiar pela histeria.

A Europa está muitos anos à frente dos EUA na introdução de políticas voltadas a mitigar o aquecimento global. Todos os países da Europa ratificaram o Protocolo de Kyoto e adotaram uma ampla gama de políticas para reduzir suas emissões e cumprir as metas determinadas no documento.

Essas políticas incluem uma iniciativa de "limitar e negociar", conhecida como Esquema de Comércio de Emissões (ETS, na sigla em inglês), altos impostos sobre os combustíveis e programas ambiciosos para construir turbinas eólicas e outros projetos de energia renovável. Essas políticas foram assumidas em uma época em que a economia da União Europeia estava bem e - é de se supor - com pleno conhecimento de que haveria custos significativos.

Com a crise financeira mundial e a repentina virada econômica, duas coisas ficaram claras. Primeiro, será difícil arcar com essas novas e caras fontes de energia. Segundo, as políticas de racionamento de energia, como a das licenças de emissão, serão um fardo permanente sobre atividade econômica. Ironicamente, as emissões não diminuíram como resultado dessas políticas, mas apenas agora que a economia mundial dirige-se a uma recessão.

Não é surpresa para alguém que, como eu, esteve ativamente envolvido na transição de um país do comunismo para uma sociedade livre e de economia de mercado. As antigas e ultrapassadas indústrias pesadas que eram o orgulho de nosso regime comunista foram fechadas - praticamente do dia para a noite - porque não podiam sobreviver à abertura da economia. O resultado foi um drástico declínio nas emissões de gás carbônico.

O segredo por trás da redução nas emissões foi o declínio econômico. À medida que as economias da República Tcheca e outros países do Leste Europeu e Europa Central

foram reconstruídas e voltaram a crescer, as emissões naturalmente começaram a aumentar. Deveria ficar claro para todos que há uma correlação muito forte entre o crescimento da economia e o uso de energia.

Portanto, fico surpreso em ver pessoas seguindo o argumento atualmente na moda de que políticas como as licenças de emissões, determinações governamentais e subsídios para energias renováveis podem realmente beneficiar a economia. Sustenta-se que o governo, trabalhando ao lado das empresas, criará "uma nova economia da energia", que as empresas envolvidas lucrarão e que todos se sairão melhor.

Isto é uma fantasia. As licenças de emissões apenas poderiam funcionar por meio do aumento dos preços das fontes de energia. Os consumidores que sejam forçados a pagar preços mais altos pela energia terão menos dinheiro para gastar em outras coisas. Embora as empresas específicas que forneçam as energias "verdes" mais caras possam sair-se bem, o efeito econômico líquido dessa iniciativa será negativo.

É necessário ver o quadro geral. É possível lucrar quando a energia é racionada ou subsidiada, mas apenas dentro de uma economia operando com taxas de crescimento baixas ou até negativas. Isto significa que no longo prazo todos concorrerão por um pedaço de bolo que será menor do que teria sido sem racionamento de energia.

Isto não contribui com o nosso crescimento, nem ajuda a superar a atual crise.

Brasil deve se tornar alvo preferencial do protecionismo global – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 07/05/2009

Mesmo preparadas para enfrentar a competição por novos mercados, as exportações de produtos agropecuários do Brasil tendem a virar "alvo preferencial" do protecionismo comercial nos próximos dez anos. Além disso, a crise financeira global e as negociações para um novo acordo sobre mudanças climáticas deverão suscitar uma série de barreiras técnicas ao comércio, incentivar medidas discriminatórias e ressaltar eventuais problemas sanitários e fitossanitários da produção brasileira.

O cenário adverso, traçado pelo advogado americano Scott Andersen, pode piorar com acusações de dumping, danos à produção local e restrições de acesso a mercados via classificações aduaneiras inapropriadas, cobrança de taxas além do previsto nas legislações nacionais e a imposição de sistemas de bandas de preços. Principal estrategista do vitorioso processo brasileiro contra os subsídios concedidos pelo governo dos EUA a seus produtores

de algodão, Andersen reforçou ontem a necessidade de ação conjunta do governo e setor privado para evitar novas e arrastadas disputas comerciais.

Em palestra durante seminário dos dez anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), o especialista em regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) recomendou ao setor rural apoiar as negociações multilaterais da "Rodada Doha" e denunciar as "inconsistências" das normas ambientais dos Estados Unidos e da União Europeia em relação às regras da OMC. "Nos próximos dez anos, o enorme sucesso das exportações do Brasil pode transformá-lo em um alvo do protecionismo", afirmou Andersen, advogado do escritório Sidley Austin, em Washington.

A receita do especialista para driblar uma "onda protecionista" contra o Brasil inclui patrocinar acordos na OMC para evitar novas aberturas de comitês de arbitragem (panel) e reforçar o papel do Brasil como "terceira parte" interessada com o objetivo de influenciar a jurisprudência comercial. "Mas tem brigar, quando necessário, para defender o direito de acesso a mercados", sugeriu à plateia de 200 convidados. O temor de Scott Andersen tem fundamento.

Iniciado em setembro de 2002, o processo contra os subsídios ao algodão americano pode gerar uma retaliação de US$ 2,5 bilhões e desmontar o arsenal de subsídios agrícolas dos EUA. Mas ainda não tem uma decisão final sobre as compensações devidas aos produtores brasileiros. Um novo prazo, que expira em 30 de junho, foi fixado pelos juízes da OMC.

Os principais nós comerciais para o Brasil estão escondidos entre as letras miúdas das regras de concessão de subsídios e do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC. Também espreitam no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e nos procedimentos para a aplicação de soluções de controvérsia, além das regras não-discriminatórias, restrições quantitativas (cotas), classificação tarifária e acesso a mercados.

"Os acordos SPS e TBT serão cada vez mais usados como protecionismo. Mas o Brasil está preparado para os desafios de encarar a competição com produção subsidiada", disse.

Dentro do acordo SPS, o advogado americano aponta como entraves eventuais medidas quarentenárias, exigências de processamento, certificação, inspeção, testes e rotulagem relacionada à saúde. "Centenas de novas medidas são lançadas todos os anos", afirmou. As medidas de precaução, segundo ele, são tomadas por interesses comerciais específicos e grupos de consumidores. A segurança alimentar e os padrões de saúde animal e vegetal também podem ser motivos.

A solução, diz Andersen, passa pela cooperação e as negociações bilaterais sobre questões técnicas do SPS e a fixação de medidas de equivalência com negociações, auditorias e inspeções, sistema de rastreamento forte e padrões sanitários elevados.

O advogado alertou que medidas discriminatórias devem ser tomadas contra o Brasil, como a adoção de padrões para o biodiesel, critérios de sustentabilidade no etanol, rotulagem da carne bovina e exigências de níveis reduzidos de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Para evitar prejuízos, o Brasil deveria buscar acordos na OMC e influenciar fixação de padrões em organismos internacionais. Biocombustíveis podem ser banidos ou discriminados em função de critérios de sustentabilidade, como impactos negativos sobre a biodiversidade e o desmatamento. "A coordenação com os demais países produtores de biocombustíveis também é importante".

Lobby elétrico pede fim de regra contra emissão de CO2 – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2009

Setor diz que térmicas a óleo e a carvão ficam inviáveis se compensarem emissões

Medida foi pactuada entre Meio Ambiente e Minas e Energia e já isenta usinas a gás de compensar carbono; Minc diz que "não tem volta"

Uma usina termelétrica movida a carvão de 100 megawatts precisará reflorestar uma área equivalente a pelo menos 25 vezes o parque Ibirapuera e terá de investir cerca de R$ 200 milhões para compensar suas emissões de gases-estufa. Com esse cálculo no papel, o lobby do setor elétrico se movimenta para revogar a regra baixada há três semanas que obriga novas usinas térmicas a carvão e óleo combustível a compensarem integralmente as emissões.

"Não tem volta", reagiu o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) depois de seus assessores receberem as contas do Instituto Acende Brasil, baseadas no tempo médio de funcionamento das usinas termelétricas, de 20% ao ano. "A medida está certa, e a conta, errada: a gente quer menos usinas térmicas a óleo e carvão, o ideal é que não tivéssemos mais esse tipo de usina", completou.

Minc contou que, originalmente, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) exigiria compensação das emissões de carbono também das usinas térmicas a gás. Estas, em maior número, não foram alcançadas, porém, pelas novas regras a pedido do Ministério de Minas e Energia.

As usinas movidas a carvão representam hoje 1,4% da geração de energia elétrica no país,

enquanto as usinas a óleo são responsáveis por 4,6% da matriz. Já as usinas a gás produzem quase o dobro das térmicas a carvão e óleo juntas.
Mas a participação das fontes de geração de energia que mais emitem gases-estufa vem aumentando no país em comparação a usinas e pequenas centrais hidrelétricas, nos últimos leilões para oferta de energia nova. O Plano Decenal de Energia prevê a construção de mais 68 usinas movidas a combustíveis fósseis até 2017 e a consequente queda da participação de fontes limpas de energia.

Mudanças climáticas
A instrução normativa do Ibama é um dos instrumentos do governo para cumprir as metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Um dos objetivos do plano é dobrar a área de florestas no país em 2020, de 5,5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares. Antes disso, em 2015, o país deverá plantar mais árvores do que corta.
Em relação às usinas térmicas a carvão e óleo, a instrução determina que elas compensem pelo menos um terço das emissões de gases-estufa por meio de programas de reflorestamento, metade disso com espécies nativas. O restante das emissões deverá ser compensado por meio de investimentos em energias renováveis, como a eólica, ou por programas de eficiência energética.
Eventuais lucros com esses investimentos não foram considerados na contabilidade do lobby do carvão.
A instrução já vale para as seis usinas em fase de licenciamento no Ibama, com potência total estimada em 3,5 mil megawatts. Os empreendimentos termelétricos submetidos a licenciamento nos Estados estão, por ora, liberados da exigência, cuja extensão será discutida na próxima reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).
Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, a compensação inviabiliza os empreendimentos. Ele diz que seria mais eficiente conter o desmatamento, que causa 77% das emissões nacionais.
Minc disse que já previa a reação à medida, publicada no "Diário Oficial" da União em 15 de abril. Ele afirma, porém, contar com o apoio do Planalto para manter a exigência para as térmicas. "É nessas usinas onde mora o perigo". Minc anunciou que lançará, em breve, estímulo a empreendimentos de geração de energia eólica.

Fuligem responde por um terço do aquecimento global – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 08/05/2009

Carbono particulado que sai dos escapamentos dos carros e da fumaça das queimadas ganha peso no debate climático

Papel de poluente no clima era incerto; São Paulo emite mais fuligem por ano do que todas as queimadas da Amazônia, estima cientista

A fuligem que sai dos escapamentos, das usinas termelétricas e das queimadas florestais responde por aproximadamente um terço do aquecimento global líquido. Amenizar o calor que ameaça ecossistemas e a biodiversidade, portanto, pode ser mais fácil e mais barato do que se imagina, afirmam pesquisadores.

Novas estimativas, feitas por vários grupos de pesquisa, estimam a importância de controlar o chamado carbono negro, fruto de qualquer processo de combustão. A fuligem integra a classe dos aerossóis, partículas cujo papel no aquecimento e no resfriamento do planeta durante o século 20 é uma das principais incertezas do relatório do IPCC, o painel do clima da ONU. Agora os pesquisadores começam a diminuir essa incerteza.

"Em São Paulo, a maior fonte desse poluente é a frota de ônibus a diesel", diz Paulo Artaxo, físico da USP (Universidade de São Paulo), e membro do IPCC. Nas contas feitas pela equipe do cientista, a capital paulista tem 20 vezes mais carbono negro em suspensão na sua atmosfera do que a Amazônia, com todas as suas queimadas.

"Retirar esse tipo de carbono é bom para o clima e para a saúde das pessoas." O que reforça a importância, diz Artaxo, de que exista vontade política para começar a melhorar o ar dos grandes centros urbanos.

Duas vezes mais rápido

Segundo o engenheiro ambiental Mark Jacobson, da Universidade Stanford (EUA), o controle do carbono negro, em uma década, pode frear o aquecimento global até duas vezes mais rápido do que a redução do gás carbônico.

Mas essa redução, ressalta, será apenas temporária se não vier acompanhada de um corte efetivo nas emissões de CO2. Este, no longo prazo, continua sendo o maior responsável pelo aquecimento global. Mas o carbono negro é o segundo, um pouco à frente do metano.

"A redução da fuligem sozinha pode eliminar um terço do aquecimento global líquido", afirmou Jacobson à **Folha**. O carbono negro também tem um efeito resfriador, pois ajuda a "semear" nuvens, que refletem a radiação para o espaço.

Em 2007, o pesquisador apresentou um plano ousado ao Congresso dos EUA. Pelas contas do cientista, é teoricamente factível construir e instalar 122 mil turbinas eólicas para

movimentar toda a frota veicular do país por eletricidade. O esforço, no entanto, demandaria "apenas" trocar toda a frota americana por veículos elétricos a hidrogênio.

Essa ação, diz Jacobson, reduziria em aproximadamente 7% ao ano o impacto antrópico (causado por atividades humanas) sobre o aquecimento global. O cientista, claro, não calculou custos nem deu prazo para a troca.

No caso brasileiro, diz Artaxo, nem mesmo o carro a álcool está livre de emitir fuligem sufocante. "Toda combustão lança carbono negro no ar. O motor a álcool emite menos. O carro a gasolina, dez vezes mais, e o a diesel, cem vezes mais do que o a gasolina", diz o físico. Valores mais precisos dependem do tipo exato de veículo e o combustível colocado para encher o tanque.

Enquanto os cientistas refinam o impacto global do carbono negro, no Ártico, os dados estão mais consolidados.

Estudo da Nasa publicado em abril, na revista "Nature Geoscience", mostra que o poluente respondeu por 50% do aquecimento entre 1890 e 2007. Nesse período, os termômetros subiram, em média, 1,9C naquela região.

Na neve está o outro efeito perverso do carbono negro. A fuligem negra sobre ela também absorve calor, acelerando o derretimento do gelo.

Pagamento por Serviços Ambientais pode virar realidade – Lucia Leão – Sítio eletrônico do MMA – 08/05/2009

A Câmara dos Deputados quer colocar em votação daqui a um mês, durante a Semana do Meio Ambiente, o Projeto de Lei que institui o Pagamento por Serviços Ambientais. O substitutivo de iniciativa do Poder Executivo, que será encaminhado nos próximos dias pela Casa Civil, deve ser aprovado sem maiores dificuldades, já que conta com o apoio expressivo das bancadas ambientalistas e ruralistas, principais segmentos envolvidos no debate do tema.

O Pagamento por Serviços Ambientais foi um dos pontos de consenso identificado pelo ministro Carlos Minc entre os dois segmentos, normalmente antagônicos, durante reunião, hoje (07), com deputados representantes das comissões de Meio Ambiente, da Agricultura, da Amazônia e do Desenvolvimento Urbano. E não é o primeiro:

"A proposta de Zoneamento Agroecológico da Cana, que está na mesa do presidente Lula para ser assinada nos próximos dias, também foi acordada depois um longo e aprofundado debate encabeçado pelos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura", citou o ministro Minc lembrando ainda os ZEEs, que estão sendo pactuados para atender aos diferentes interesses sócio-econômicos e ambientais.

Mas também não são poucos os descensos dentro do grupo, como o Ministro deixou claro no encontro que aconteceu durante visita que fez ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, Roberto Rocha. Minc rechaçou com veemência os argumentos do presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), defensor de mudanças para "afrouxar" as regras do Código Florestal, de que estudos científicos indicam que o excesso de proteção ambiental prejudica a produção agropecuária no País.

"Se isso fosse verdade não teríamos apenas 7% da Caatinga e 9% do Cerrado protegidos. A lista de animais em extinção não teria crescido quatro vezes em quinze anos. Não estaríamos vendo tantas climáticas como estamos vendo hoje. Esse estudo que o senhor se refere não é da Embrapa, mas de um técnico que por acaso trabalha na Embrapa e que há alguns anos atestou que o ar de Ribeirão Preto, no auge das queimadas da cana, era mais puro do que o ar da Serra de Itatiaia. O que a Embrapa assina embaixo é o estudo que fez para o zoneamento agroecológico da cana: o Brasil tem 300 milhões de hectares disponíveis para a agricultura", reagiu Minc.

O Ministro, no entanto, disse que não se furta ao debate e concorda que o Código Florestal deve ser aperfeiçoado. Ele lembrou que vem enfrentado polêmicas desde que assumiu o Ministério, há onze meses, e, citando o caso dos embates com o governador do Mato Grosso Blairo Maggi, tem conseguido, em alguns casos, bons resultados. Espera que o mesmo ocorra com o Código Florestal e outras legislações ambientais que estão sendo questionadas no Congresso.

"O conflito é a essência do Parlamento", ponderou Minc dizendo-se otimista com os resultados dos debates que, na sua expectativa, ainda vão recrudescer.

Antes dos deputados, o ministro do Meio Ambiente pediu aos senadores que tratem com cuidado das questões ambientais. Integrando a mesa da Sessão Solene do Congresso que comemorou os 50 anos do Tratado da Antártida, Minc disse que o considera o mais bem sucedido da história humana.

"É o primeiro documento internacional feito com base no interesse não de um ou outro país ou de uma partilha, mas da humanidade como um todo".

Esse, segundo Minc, é o sentimento que deve nortear os debates sobre a legislação ambiental.

"Se não fizermos certo, todo mundo perde. O aquecimento global é uma realidade, e devemos fazer de tudo para que ele fique nos dois graus até o fim do século. De forma alguma podemos afrouxar na defesa dos nossos biomas".

Vigília pela Amazônia – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 11/05/2009

NA QUARTA-FEIRA à noite haverá no Senado uma vigília em favor da preservação da Amazônia. A ideia começou a tomar corpo com a reação inconformada da atriz Cristiane Torloni diante da dificuldade de dar consequência ao abaixo-assinado "Amazônia para Sempre", com mais de um milhão de assinaturas, encabeçado por ela, Vitor Fasano e Juca de Oliveira. Em conversa com os senadores Cristovam Buarque e Ideli Salvatti, surgiu a ideia da vigília, encampada por um grupo de senadores e apoiada pelo presidente José Sarney.

Esse ato será importante também por lembrar ao Brasil o Congresso parceiro da população, no momento em que, com justa indignação, muitos chegam a considerá-lo irrelevante. E por lembrar ao Congresso o seu papel central, de batalhar pelas demandas da maioria da sociedade.

O momento é crucial. Movimentos agressivos no governo, no próprio Congresso e em setores empresariais empenham-se em jogar no lixo décadas de construção de um arcabouço jurídico ambiental moderno, compatível com o conhecimento alcançado sobre a relação indissolúvel entre equilíbrio ambiental e desenvolvimento justo e duradouro.

Há um risco na vigília: o de virar paisagem. Um evento no qual muitos declarem seu extremado amor à Amazônia, mas literalmente da boca para fora. Não dá mais para fazer de conta e, na prática, agir para promover interesses que insistem em ignorar a necessidade de cumprir a legislação ambiental.

Esse jogo está esgotado, como bem demonstram os últimos e enfáticos sinais que vêm da população. Além do número de assinaturas no manifesto dos artistas, o site GloboAmazônia contabiliza, em apenas oito meses, mais de 45 milhões de protestos contra queimadas e desmatamento. Isso dá a média de mais de 5 milhões de protestos por mês ou cerca de 180 mil protestos por dia, ou quase 8.000 protestos a cada hora. E ainda há a recente pesquisa Datafolha/Amigos da Terra, que já comentei neste espaço, segundo a qual 94% querem parar o desmatamento contra apenas 3% que permitiriam mais desmatamento para aumentar a produção agrícola.

Ou seja, a população sabe o que quer. O que falta para seus representantes entenderem e atenderem seu clamor? É preciso cuidar para que a vigília não sirva à celebração de

consenso retórico, vazio.
Que ela tenha a força de colocar à mesa compromissos reais, sem dubiedades, sem discursos de uma única noite. Como por exemplo, aprovar os projetos de lei que promovem a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e que se encontram engavetados, como é o caso do que cria o FPE Verde e tantos outros.

Câmara discute reforma 'verde' **– Luiza de Carvalho – Valor Econômico – Agronegócios – 11/05/2009**

Realidade em diversos países da Europa, a chamada reforma tributária ambiental começa a ser discutida no Brasil. Este mês foi apresentada na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 353, de 2009, que propõe alterações no sistema tributário nacional para inserir a conduta de respeito ao meio ambiente como princípio geral a ser observado na fixação das alíquotas dos impostos, repasse do ICMS, além de imunidades tributárias em favor de bens e serviços que colaborem com políticas ambientais, como o saneamento ambiental e a reciclagem. Apesar do reconhecimento ao mérito da iniciativa, a PEC é polêmica, pois especialistas temem abusos na fixação das alíquotas dos tributos em função dos novos critérios.

De autoria do deputado Roberto Rocha (PSDB-MA), a proposta aumenta o rol de atividades e produtos em que a União fica proibida de cobrar imposto. Nesse sentido, a proposta estabelece, por exemplo, os serviços de saneamento ambiental, materiais reciclados, máquinas e aparelhos antipoluentes. Já o ITR e o IPTU teriam as alíquotas fixadas com o objetivo de estimular o respeito à função socioambiental da propriedade. O IPVA, por sua vez, teria alíquotas diferenciadas em função do consumo energético e da emissão de gases poluentes por veículo.

O repasse de ICMS aos municípios também será alterado caso a PEC seja aprovada. Pela Constituição Federal, os município têm direito a até um quarto do ICMS arrecadado, ou o que dispuser a lei estadual. Pela proposta, essa distribuição deverá considerar critérios ambientais como a manutenção de mananciais de abastecimento e unidades de conservação, existência de terras indígenas, serviços de saneamento ambiental, reciclagem e educação ambiental. Para a advogada Adriene Miranda, do Advocacia Adriene Miranda & Associados, os municípios mais beneficiados serão os que tiverem parques estaduais e nascentes de rios por perto, assim como funciona o pagamento de royalties.

Para alguns tributaristas, porém, certas orientações expressas na proposta podem dar margem a dúvidas ou mesmo inviabilizar a sua execução. Um exemplo é a previsão de que as alíquotas dos impostos sejam fixadas em função da responsabilidade socioambiental das atividades desempenhadas pelo contribuinte. De acordo com a advogada Ana Cláudia Utumi, do TozziniFreire Advogados, a expressão socioambiental permite outras interpretações, como a geração de empregos. O que, segundo ela, pode fazer com que empresas se apeguem a nesse entendimento para se esquivar dos compromissos ambientais.

Outro temor em relação à reforma tributária ambiental, refere-se à previsão de que os impostos sejam orientados pela seletividade socioambiental. Especialistas entendem que a expressão pode gerar um tratamento discriminatório a atividades que possuem um potencial de impacto ambiental maior. "Essas empresas já arcam com um alto custo de preservação", afirma Heleno Torres, professor de direito tributário da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ele, o uso de conceitos vagos como a seletividade socioambiental é um cheque em branco para que o legislador estabeleça critérios não só de redução, mas de agravamento de alíquotas. Na opinião dele, não é necessário modificar a Constituição para estimular as empresas a reduzirem os danos ambientais, o que poderia ser feito por leis ordinárias específicas de cada setor.

Apesar das inovação da PEC, algumas alterações tributárias nesse sentido já foram implementadas no país. A mais conhecida delas é o ICMS verde, criado em 1991 no Paraná e implantado em outros Estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rondônia e Rio Grande do Sul. Ao adotar o ICMS verde, o Estado se compromete a elaborar critérios de sustentabilidade para definir a distribuição entre os municípios da parcela a que têm direito do tributo estadual. A Lei paulista no 8.510, de 1993, por exemplo, determina que 0,5% do recurso deve ser destinado a municípios que protegem reservas ambientais.

A PEC nº353 foi inspirada - conforme a justificativa da proposta - no modelo europeu, adotado por diversos países desse os anos 90, com o objetivo de reduzira emissão de gases poluentes. A iniciativa, alinhada ao Protocolo de Kyoto, deu origem à Diretiva da União Européia nº 35, de 2004, instituindo o conceito de poluidor-pagador. O que implica em uma tributação adicional quando houver nexo causal entre o dano ambiental e a conduta da empresa. A partir da diretiva, foi adotada a tributação gradativa sobre atividades e produtos poluidores. Na Holanda, por exemplo, adotou-se um imposto sobre ruído e uma taxa de descarga em meio aquático. Na Suécia, há um imposto sobre enxofre, voos domésticos, adubos, além da majoração do IVA sobre a quantidade de chumbo na gasolina.

No Brasil, o conceito de poluidor-pagador esbarra, no entanto, em um embate legislativo. Isso porque o artigo nº 3 do Código Tributário Nacional (CTN) determina que o tributo não pode ser aplicado como sanção a ato ilícito. Em 2003, a Emenda Constitucional nº 42 acrescentou à Constituição Federal que a ordem econômica tem por objetivo

assegurar a defesa do meio ambiente inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços. Na opinião do professor Torres, da USP, a emenda pode ser considerada como o embrião do conceito de poluidor-pagador.

As divergências entre economistas sobre a sustentabilidade – José Eli da Veiga – Valor econômico – Opinião – 12/05/2009

A palavra mágica sustentabilidade já vence o Bombril por ter muito mais de 1001 utilidades. Todavia, é imprescindível saber que entre economistas só há três posições sobre seu possível sentido científico: a convencional, a ecológica e a busca de uma terceira via.

Para a primeira, que permanece dominante, além de largamente majoritária, a recuperação começaria a sobrepujar a degradação ambiental quando a renda per capita de um país estivesse ao redor de U$ 20 mil. A partir desse patamar de desempenho econômico, passaria a haver mais melhorias ambientais que deteriorações, como ocorrido nas fases anteriores. Por isso, o melhor caminho para se conseguir sustentabilidade seria maximizar o crescimento econômico por toda a parte. Os formuladores dessa tese - G.M. Grossman e A.B. Krueger - a chamaram de "Curva de Kuznets Ambiental" devido à sua notável semelhança com a hipótese sobre a distribuição de renda lançada por Simon Kuznets em 1954, que exigiu quatro décadas para que fosse esquecida.

Do lado oposto, a anterior emergência da economia ecológica se apoiara na ideia de que só pode haver sustentabilidade naquela condição erroneamente denominada pelos clássicos de "estacionária". Um regime no qual a qualidade de vida de uma sociedade segue melhorando sem que isso continue a exigir significativo aumento físico de seu subsistema econômico. Para os economistas ecológicos, as nações que já atingiram altos níveis de desenvolvimento deveriam começar a planejar uma transição para esse modo mais avançado de prosperidade. E simultaneamente contribuir, é claro, para que os países que ainda precisarão crescer possam fazê-lo com estilos ambientalmente menos agressivos. O mais importante formulador dessa tese - Herman E. Daly - preferiu chamá-la de "steady state economy", tanto para superar o tropeço semântico dos clássicos, quanto para enfatizar a semelhança com o conceito termodinâmico.

O que não faltou nos últimos 35 anos foi quem espinafrasse a tese de Daly, fosse conservador ou progressista, de direita, de esquerda, ou do pântano. Alguns alegando que

qualquer tipo de condição estável seria a própria negação do sistema capitalista. Outros enfatizando mais sua incompatibilidade com a democracia. Além dos que simplesmente contestam a própria necessidade de qualquer restrição ao crescimento econômico.

Como não poderia deixar de ser, boa parte dos poucos economistas que não desdenham a questão lançou-se à procura de uma terceira via. Basicamente por considerarem que a posição ecológica é impraticável, e que a convencional é inconsistente com as grandes questões ambientais globais, bastando lembrar a ruptura climática. Apostam, então, em progressiva reconfiguração do processo produtivo na qual a oferta de bens e serviços tenderia a ganhar em ecoeficiência: desmaterializando-se e ficando cada vez menos intensiva em energia. A economia poderia assim continuar a crescer sem que limites ecológicos fossem rompidos, ou recursos naturais viessem a se esgotar.

Esse raciocínio - que tem sido chamado de "descasamento" (decoupling), em analogia a outro conceito da física cosmológica - é a essência das abordagens que tentam evitar o dilema do crescimento, por um caminho do meio entre o otimismo panglossiano dos convencionais e o circunspecto pessimismo dos ecológicos. E era essa terceira postura a que parecia estar ganhando mais terreno, com inestimável apoio do Banco Mundial, até que no início de abril o panorama fosse radicalmente alterado pelo lançamento de um relatório que certamente aumentará o poder persuasivo da segunda tese: "Prosperity without growth? - The transition to a sustainable economy", elaborado por Tim Jackson para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico, disponível em http://www.sd-commission.org.uk/pages/redefining-prosperity.html

À luz de muitas evidências históricas sobre o uso de energia e minerais metálicos, o relatório mostra que ganhos de eficiência não reduzem escalas. Mesmo fortes quedas da intensidade ecológica por unidade de produto - "descasamentos" relativos - não levam a reduções absolutas do consumo. Ao contrário, o mais comum é que sejam acompanhadas de aumentos, porque o emprego de poupança obtida pela redução da intensidade tende a elevar seu consumo por novos investimentos em outras atividades. Um efeito chamado de "ricochete" ("rebound effect"), principalmente em economia da energia.

Não há como escapar, portanto, do dilema do crescimento. E seu debate exigirá rompimento mental com uma macroeconomia inteiramente centrada no ininterrupto aumento do consumo, em vez de um keynesianismo pretensamente esverdeado por propostas de ecoeficiência. Algo que jamais poderá deter o aumento da pressão sobre os recursos naturais.

Será necessária uma macroeconomia para sustentabilidade que, além de reconhecer os sérios limites naturais à expansão das atividades econômicas, rompa com a lógica social do consumismo. Infelizmente, é forçoso constatar que inexiste essa macroeconomia. Não

há nada que possa ser apontado como um pensamento econômico cujo impacto tenha algum paralelo com a ascensão da macroeconomia keynesiana em resposta à miséria intelectual dos anos 1920.

Os economistas ecológicos até obtiveram algum êxito na crítica ao pensamento econômico convencional, no qual coexistem várias teorias que compartilham a mesmíssima visão de um sistema econômico fechado, que não depende da biosfera. Pior: têm a mesmíssima ética voltada a uma suposta maximização do bem-estar da população atual, sem quaisquer considerações sobre limites ecológicos e sobre o bem-estar de gerações futuras. Esse é o denominador comum a todas as escolas, das mais ortodoxas às mais heterodoxas.

Todavia, mesmo a crítica da economia ecológica ao cerne do pensamento convencional só foi até agora assimilada por uma ínfima minoria. E uma das razões está justamente nessa incipiência da formulação de alternativa que supere o que há de mais comum nas várias teorias macroeconômicas em voga.

Amazônia terá mais mil fiscais - João Domingos – Estado de São Paulo – Ciência – 13/05/2009

Ministro queria 3 mil novos funcionários, mas receberá um terço disso; Guarda Florestal Nacional fica no papel

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, perdeu duas brigas dentro do governo para aumentar o efetivo de fiscais contra o desmatamento na Amazônia. Dos 3 mil novos funcionários que pretendia contratar para cuidar das reservas florestais amazônicas, conseguiu tirar da equipe econômica mil.

E sua intenção de criar Guarda Florestal Nacional ficou só na intenção.Não poderá criá-la. Desse modo, com um terço da força que pretendia, Minc terá, neste ano, 550 novos fiscais para o Instituto doMeio AmbienteedosRecursosNaturais Renováveis (Ibama) e 450 para o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

A Guarda Florestal não prosperou porque, para criá-la, seria necessário mudar a Constituição. E o governo preferiu não levar adiante uma disputa com a oposição e partidos aliados noCongresso por uma votação que seria difícil, já que aprovação exigiria o voto favorável de 308 dos 513 deputadose de 49 dos 81 senadores.

Além disso,há uma forte movimentação entre parlamentares de oposição e da base do governo para mudar o CódigoFlorestal como objetivo de reduzi a área de preservação.Os favoráveis à proposta usam estudos afirmando ser o código uma ameaça ao plantio de grãos e à criação de gado.

Eles querem ainda flexibilizar o código, deixando para os Estados a decisão de qual seria o tamanho da reserva legal dos vários biomas, além das áreas de preservação permanente.

Santa Catarina, cujo gover nador é o aliado Luiz Henrique (PMDB), já fez um código ambiental para o Estado que confronta o federal. Exige, po exemplo, conservação de 5 metros de mata ciliar nas propriedades abaixo de 50 hectares,enquanto o federal determina 30 metros.

A aprovação do código de SantaCatarina criou uma crise entre Luiz Henrique e Carlos Minc.Osdois seameaçaram publicamente, sendo que o ministro determinou a órgãos federais que não cumprama legislação em vigor no Estado.

PRESSÃO

"Fui muito pressionado pelo ministro Carlos Minc, mas não deu para ceder mais do que mil vagas para o ministério", disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao falar das novas contratações.

De acordo com a assessoria do ministro Minc, as mil vagas serão abertas neste ano e servirão para um reforço às reservas florestais na Amazônia Legal.Nos anos seguintes,o ministério continuará a correr atrá de autorização para contratar novos agentes. Quanto à criação da Guarda Florestal, nessa ideia houve um refluxo. Minc, que via na sua criação a salvação do meio ambiente, convenceu-se de que não dá para mudar a Constituição.

Saída de ministério freou desmate, diz Marina - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 13/05/2009

Um ano depois de deixar o Meio Ambiente, senadora avalia que afastamento ajudou a conter pressões

Um ano depois de deixar o cargo de ministra do Meio Ambiente para conter pressões contra o combate ao desmatamento na Amazônia, a senadora Marina Silva (PT-AC) avalia que sua saída ajudou a frear o ritmo das motosserras, mas diz ver riscos "crescentes" de retrocesso na política ambiental.

FOLHA - Há um ano, a sra. disse que era melhor ter um filho vivo em outro colo do que vê-lo morrer no seu. A troca de "colos" salvou a política ambiental? MARINA SILVA - Existia uma pressão grande de diferentes setores no sentido de um retrocesso. Havia um forte questionamento no sistema de transparência que havia sido criado, para que os dados do aumento do desmatamento não fossem divulgados. Havia um esforço para revogar medidas de combate ao desmatamento, além de todo endurecimento por parte de outros setores no sentido de não querer mais discutir os projetos antes de eles serem colocados na rua. A minha saída ajudou a manter a opinião pública em alerta. E o desmatamento aumentou 3,7%, contra previsão de 30% e 40%.

FOLHA - A política ambiental sobreviveu no "colo" de Carlos Minc (Meio Ambiente) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos)?
MARINA - Se a gente continuar o tratamento metafórico como filho, eu diria que há riscos.

FOLHA - Maiores, menores?
MARINA - Crescentes, crescentes. Há uma profusão de medidas tentando flexibilizar a legislação ambiental. Santa Catarina deu o pontapé inicial para mudar o Código Florestal e sugerir que cada Estado tenha um limite de desmatamento. Todo aquele discurso de que as coisas estavam emperradas pela questão ambiental foi retomado.

FOLHA - Qual seria o maior sinal de retrocesso?
MARINA - São várias coisas: mudança no Código Florestal e a medida provisória da regularização fundiária, por exemplo, que vai transferir 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia para particulares com critérios muito elásticos, que não permitirão separar o joio do trigo, as posses mansas, pacíficas e de boa fé, daquelas que foram ocupadas por meios ilícitos, sobretudo grilagem, violência e o uso de laranjas.

FOLHA - A sra. licenciaria o asfaltamento da BR-319 e a hidrelétrica de Belo Monte, projetos em curso no Ibama?
MARINA - Uma obra da magnitude de Belo Monte deveria ter plano de desenvolvimento sustentável para a área de abrangência. Quanto à BR-319, será altamente danosa do ponto de vista ambiental. E, do ponto de vista de oportunidade e conveniência, é desnecessária.

"A natureza nos salvará", afirma cientista – Sítio Eletrônico do MST – 13/05/2009

Na Grã-Bretanha, durante a redação dos *Enclosure Acts*, Tomás Morus escreveu: "As ovelhas comem os homens". A terra até então cultivada para o exclusivo sustento alimentar desaparecia pouco a pouco em favor de cultivos para produzir lã e matéria-prima destinada aos proprietários de terra e às fábricas.

"Hoje são as máquinas que comem os homens", conta Vandana Shiva. "A terra está destinada à construção de rodovias, estacionamentos ou outras infra-estruturas. A extração do ferro e da bauxita está destruindo os ecossistemas, e as perfurações para extrair petróleo devoram a terra".

Em seu último livro, a famosa cientista indiana lança um doloroso apelo resumido já no título: "Ritorno alla Terra" [Retorno à terra, em tradução livre] (Editora Fazi).

A reportagem é de Anais Ginori, publicada no jornal *La Repubblica* (12/5/09). A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Com uma visão radical, Shiva prega uma drástica redução dos combustíveis fósseis, privilegiando energias renováveis ou até animais, o fim das monoculturas e dos transgênicos para se voltar a uma agricultura biodiversificada, não intensiva e sem fertilizantes químicos. A famosa cientista indiana, que participa junto com Ralph Nader e Jeremy Rifkin do International Forum on Globalization, gostaria que cada comunidade local voltasse a ter sua autossuficiência alimentar, chegando quase a abolir o "food-miles", a viagem realizada pelos alimentos até o prato dos consumidores, que torna os agricultores dependentes das exportações e contribui para o aumento do gás carbônico.

"Há muitos especialistas que ainda me criticam, defendem que as minhas teorias são irreais e nos reportariam para a época pré-industrial", admite Shiva, que na quinta-feira (14/5) estará em Bolonha para uma palestra do ciclo "Regina pecunia", sob o título "A maldição dos pobres". "Porém, a emergência alimentar é tal que finalmente se deverá levar em consideração também as soluções mais criativas". O preço do trigo aumentou em 130% nos últimos dois anos; o do arroz duplicou. Em 2008, pela primeira vez há muito tempo, houve 33 revoltas populares no mundo por causa do aumento dos preços da produção de alimentos, e potências como a China iniciaram a compra de terrenos nos países do Terceiro Mundo para garantir o alimento às gerações futuras.

"A terra se tornou a área chave dos conflitos. É um recurso limitado, que não pode ser estendido. Os terrenos férteis estão desaparecendo em uma velocidade que a humanidade nunca conheceu antes". O livro que Vandana Shiva apresentará na Feira de Turim na próxima sexta-feira (15/5) junto com o diretor Ermanno Olmi e o fundador do movimento Slow Food, Carlo Petrini, é uma acusação contra os "ecoimperialistas": multinacionais e governos que ignoraram "as regras de Gaia para obedecer à lógica do lucro".

A crise dos subprime e a recessão, diz, podem ser a oportunidade para reinventar as nossas economias. "Desenvolvemos uma economia financeira centenas de vezes superior aos valores dos bens e dos serviços reais produzidos no mundo. Nunca antes as ações de uma parte da humanidade ameaçaram a existência de toda a raça humana".

Apesar disso, Vandana Shiva é otimista. O fato de que haja agora uma horta biológica e um presidente que se professa "green" na Casa Branca a tranquiliza. "Mas é preciso estar atentos às pseudossoluções, que são apenas paliativas". Contrária, por exemplo, aos biocombustíveis, "que roubam terras dos agricultores e não resolvem a crise climática", essa física indiana de 57 anos defende que é preciso "se libertar do ouro negro" e favorecer uma "transição do petróleo para a terra".

"O aumento de catástrofes naturais ou o risco de epidemias como a gripe suína – continua –

demonstram que o homem não pode negligenciar, como fez por dois séculos, a relação com a Mãe Natureza. Esquecemo-nos de ser cidadãos da Terra, e a crise climática é uma consequência do nosso distanciamento de um estilo de vida ecológico, justo e sustentável".

Dura, peremptória, Vandana Shiva entrou muitas vezes em conflito com a comunidade científica e o governo indiano, como quando rejeitou a famosa "Revolução Verde" iniciada em 1966. Há 20 anos, teve uma outra ideia: conservar sementes de muitas plantas que corriam o risco de desaparecer "para criar um futuro diferente daquele previsto pela indústria biotecnológica". Ao longo da sua evolução, explica, a humanidade se nutriu de cerca de 80 mil plantas comestíveis. Mais de três mil foram consumidas de uma maneira constante, mas agora dependemos só de oito cultivos (sobretudo de milho, soja, arroz e trigo) para produzir 75% dos alimentos mundiais.

"Nos bancos de sementes, temos culturas, como o milho, que podem suportar secas extremas, um tipo de arroz que alcança mais de cinco metros de altura e que pode sobreviver às enchentes da bacia do Ganges, um tipo que resiste à salinidade, que distribuímos depois do ciclone Orissa e do Tsunami".

A fazenda guiada por Shiva (na Índia, na fronteira com o Nepal e o Tibete) se tornou um modelo de biodiversidade e de sustentabilidade econômica, mesmo que muitos especialistas duvidem que seja possível aplicá-la em grandes números. "Na nossa cooperativa agrícola – relata Shiva –, as culturas não têm doenças, a terra é resistente à seca, e o alimento produzido é delicioso. Os bois aram a terra e a fertilizam. Abolindo os combustíveis fósseis da nossa fazenda, descobrimos a verdadeira energia: a da micorriza [associação simbiótica de fungos e raízes de plantas] e das minhocas, das plantas e dos animais, todos alimentados pela energia do sol".

Na fazenda, há pelo menos novas culturas. Navdanya significa, de fato, "novas sementes", mas também "o novo dom". Não importa quantas canções vocês têm no seu iPod, quantos automóveis há na garagem de vocês ou quantos livros há em suas prateleiras – conclui Vandana Shiva. O que resta da vida sem um terreno fértil?". Talvez hoje, finalmente, alguém se disponha a ouvir essa pergunta.

"Se estão pretendendo fazer de mim uma anti-floresta, não conseguirão", diz Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 14/05/2009

"Quero deixar bem claro: se estão procurando uma anti-ambientalista, se estão pretendendo fazer de mim uma anti-floresta, não conseguirão". A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse que, diferente do que tem sido noticiado, o Projeto de Decreto Legislativo

13/08, de sua autoria, que susta artigos do Decreto nº 6.321/07, pretende impedir que o Executivo legisle no lugar do Congresso e também derrubar a medida por ela ser impraticável.
A senadora explicou que o decreto assinado pelo presidente da República e pela então ministra do Meio Ambiente obrigou os produtores a apresentarem um georreferenciamento (documento comprovando a localização geográfica) de seus imóveis rurais. Os que não apresentarem o documento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) terão seus cadastros suspensos no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). - Esse georreferenciamento precisa ser referendado pelo Incra. Ocorre que apenas no Mato Grosso há mais de sete mil processos empilhados esperando o referendo do instituto. No Mato Grosso do Sul são mais de cinco mil. No Tocantins, meu estado, são mais de três mil. No Brasil inteiro há pilhas e pilhas de processos de georeferenciamento aguardando análise do Incra, que não o faz por incapacidade. Sem o cadastro no SNCR, o produtor não pode contrair financiamento - explicou Kátia Abreu. O motivo de somente agora, mais de um ano após ela ter apresentado seu projeto, o assunto ter sido levado à imprensa fez a senadora suspeitar que existe algum motivo oculto para tanto. Ela levantou a hipótese de a discussão ter sido levantada por alguém insatisfeito com os avanços nos debates da reformulação do Código Florestal.
Kátia Abreu disse que os ruralistas e os ecologistas radicais foram afastados e os cientistas estão centralizando as conversas sobre as alterações no Código Florestal. - Nós, produtores rurais, além de preservarmos o meio ambiente por uma questão de saúde humana, da preservação das futuras gerações e dos nossos ecossistemas, temos um plus: a preservação ambiental tem tudo a ver com o nosso ganho econômico-financeiro - explicou Kátia Abreu.
A senadora ressaltou que os produtores precisam da água para irrigar suas plantas e da biodiversidade para equilibrar as pragas da produção e as doenças dos animais. A terra com erosão prejudica a produção e os agricultores perdem dinheiro. Kátia Abreu concluiu: "os produtores rurais precisam do meio ambiente para sobreviver e para manter o seu sistema econômico".

Preço de terras da União opõe ruralistas a ambientalistas – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 14/05/2009

O preço das terras da União na Amazônia divide ruralistas e ambientalistas, que ontem submeteram ao primeiro teste de votos as regras de regularização fundiária de uma área de 67,4 milhões de hectares na região, equivalente aos territórios da Alemanha e Itália juntos.
A partir de junho, o governo quer começar a cadastrar os ocupantes das terras para a entrega de títulos. As condições do programa dependem de votação no Senado e, se houver mudanças, o projeto voltará para a Câmara.

Entre as mudanças feitas está a que prevê que, além de pessoas físicas, empresas que ocuparam terras públicas até dezembro de 2004 terão direito à propriedade. Também será permitida a venda de médias propriedades após três anos e de pequenas após dez anos. A bancada ruralista tentou, sem sucesso, excluir do projeto o custo proposto para as médias propriedades, com base em planilhas do Incra. Embora abaixo do valor de mercado, os preços foram classificados de "impraticáveis" pelo deputado Onix Lorenzoni (DEM-RS), que falava pelos produtores rurais. O preço será calculado caso a caso, e o prazo de pagamento é de 20 anos. **(MARTA SALOMON)**

MMA realiza pesquisa para avaliar resultado da Agenda 21 nos municípios – Carlos Américo – Sitio Eletrônico do MMA 0 14/05/2009

O Ministério do Meio Ambiente vai realizar uma pesquisa com todos os processos de Agendas 21 Locais no Brasil para identificar e avaliar os resultados alcançados pela implementação do plano no território nacional. A pesquisa será realizada por meio de questionários, que serão distribuídos ainda no mês de maio. A expectativa é receber todas as respostas dos questionários em até três meses.
Os questionários serão encaminhados por e-mail aos fóruns de Agendas 21 nos municípios e disponibilizados no site www.mma.gov.br/agenda21. Os dados serão analisados para verificar quais os impactos gerados pelas Agendas 21 Locais em cerca de 1600 municípios. A idéia é destacar as boas práticas visando disseminá-las para outros processos. Antes de fazer a pesquisa nacional, o Ministério do Meio Ambiente testou o alcance e a eficácia do questionário para a identificação das ações implementadas. O analista ambiental Igor Fonseca efetuou testes piloto de aplicação do questionário, com o objetivo de identificar se as questões incluídas no instrumento são adequadas para captar a diversidade dos resultados das Agendas 21 Locais em todo o Brasil e capazes de gerar os dados esperados.

O trabalho foi realizado, em abril, nos municípios de Alta Floresta, Marcelândia e Sorriso, em Mato Grosso.
Dentre os resultados identificados como implementação de ações da Agenda 21 em Marcelândia, por exemplo, está a redução de 96% do índice de queimadas em relação ao ano de 2006, a elaboração de uma proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico municipal e a criação de Unidades de Conservação. No município de Alta Floresta está sendo executado um grande trabalho de recuperação de áreas degradadas na bacia Mariana, além de avanços nas políticas voltadas à questão dos resíduos sólidos e hospitalares.

O Ministério do Meio Ambiente sugere que o questionário seja respondido em reunião do Fórum da Agenda 21 Local, com a participação de todos os membros que

trabalham na implementação das ações da Agenda 21 nos municípios. O foco da avaliação é a identificação dos resultados alcançados.

Esses dados resultarão inicialmente em dois produtos que ajudarão a Agenda 21 avançar no Brasil. O primeiro é um livro - previamente intitulado de "Experiências de Agendas 21 Locais no Brasil" - registrando os processos de Agenda 21 bem-sucedidos. Na publicação também estará incluída uma pesquisa quantitativa de ações implementadas, separadas por temas. O segundo produto será um vídeo registrando cinco experiências de Agendas 21, com o intuito de compartilhar as boas práticas para incentivar novas ações nos municípios.

Agenda 21 - A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana causa impacto no meio ambiente. A Agenda 21 foi ratificada por 179 países durante a maior conferência internacional sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento, a Rio 92, e constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas.

Ruralistas iniciam sua maior ofensiva contra leis ambientais – Sítio Eletrônico do MST – 14/05/2009

Ao que tudo indica, os últimos 18 meses do governo Lula serão marcados por uma forte ofensiva ruralista contra os avanços conquistados pelo Brasil em sua política ambiental. Seja por intermédio de suas bancadas na Câmara e no Senado ou através de suas entidades de classe, os setores ligados ao agronegócio e às obras de infra-estrutura estão mobilizados de Norte a Sul para reverter pontos da legislação ambiental por eles considerados como um entrave ao desenvolvimento produtivo do país. Essa contra-ofensiva passa pela aprovação no Congresso de duas Medidas Provisórias que alteram o atual Código Florestal e também pela tentativa de retirar da União e transferir aos estados a prerrogativa de definir as políticas ambientais.

Já aprovada na Câmara, encontra-se agora em discussão no Senado a MP 452 que, apesar de originalmente tratar da regulamentação do Fundo Soberano, leva de “carona” uma emenda feita pelo relator, deputado José Guimarães (PT-CE), que acaba com a obrigatoriedade de concessão de licença ambiental para as obras a serem realizadas em rodovias federais já existentes. Além disso, a MP 452 também estabelece o prazo máximo de 60 dias para que o Ibama conceda as licenças de instalação para obras em rodovias, o

que, na prática, fará com que estas obras possam ser iniciadas sem a obtenção das licenças.

Existem atualmente em processo de análise no Ibama 183 pedidos de licenciamento em rodovias, dos quais apenas 82 já receberam licença prévia do órgão ambiental. As obras do PAC são responsáveis por 140 destes pedidos, fato que faz com que os parlamentares ligados ao agronegócio estejam otimistas em receber o decisivo apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Até o momento, nem o presidente nem a ministra externaram suas posições.

Outra Medida Provisória aprovada nesta quarta-feira (13/5) pela Câmara é a MP 458, que trata da regularização fundiária de terras pertencentes à União localizadas nos nove Estados da Amazônia Legal. Quando foi enviada ao Congresso pela Presidência da República, a MP 458 contava com o apoio do movimento socioambientalista, pois tinha forte cunho social ao determinar a regularização de propriedades de até 1,5 mil hectares. No entanto, as modificações introduzidas pelo relator, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), desfiguraram a MP.

Entre as alterações sugeridas por Bentes - e rejeitadas pelos ambientalistas - estão a inclusão de áreas devolutas localizadas em faixa de fronteira, além de outras áreas sob domínio da União, no processo de regularização fundiária, e também a retirada da exigência de que o ocupante não seja proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional. Além disso, o texto que deverá ser aprovado pelos deputados exclui o parágrafo que impedia a regularização de área rural ocupada por pessoa jurídica: “Essas novas regras legalizarão a grilagem, aumentarão a concentração fundiária e a violência no campo e incentivarão o desmatamento”, resume Raul do Valle, que é coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA).

Senado decide

Assim como no caso da MP 452, caberá ao Senado dar a exata medida das chances políticas que tem a MP 458, na forma como está, de se tornar realidade. A disputa em torno das duas Medidas Provisórias será protagonizada por duas parlamentares de peso. De um lado, Kátia Abreu (DEM-TO), que é presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e tem se destacado como a maior liderança política dos ruralistas nesses seis anos e meio de governo Lula. Do outro, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC), que tem enorme prestígio internacional e é a principal porta-voz política do movimento socioambientalista brasileiro.

Em discurso realizado na tribuna do Senado na semana passada, Marina afirmou que “segmentos do agronegócio e da infraestrutura se revezam em um jogral de satanização das conquistas ambientais que a sociedade brasileira conseguiu inscrever no arcabouço legal de nosso país”. Segundo a ex-ministra, estes setores “agora estão imbuídos em convencer a

sociedade brasileira de que a legislação que protege o que restou da floresta, que protege a nossa biodiversidade e as margens dos rios é a maior inimiga para o crescimento e expansão da agricultura no país".

Novo Código

Kátia Abreu, por sua vez, alia o comando da pressão ruralista no Senado à articulação nacional das principais entidades representativas dos grandes produtores. Também na semana passada, a senadora levou ao Congresso uma proposta elaborada em conjunto pela CNA e pela Sociedade Rural Brasileira (SBR) que sugere uma ampla reformulação no Código Florestal.

Entre as mudanças propostas pelos ruralistas estão o fim da obrigatoriedade de recompor as Áreas de Proteção Permanente (APPs) no mesmo bioma onde houve desmatamento, a permissão para compor 50% da reserva legal com espécies exóticas ao bioma e a manutenção das áreas "consolidadas pela agricultura" mesmo em biomas considerados ameaçados.

O ponto fundamental de um novo "Código Ambiental Brasileiro", de acordo com o desejo dos ruralistas, seria a transferência para os Estados da atribuição de definir as políticas ambientais, o que hoje é prerrogativa exclusiva da União: "Se o governo federal descentralizou a saúde e a educação, por que não o meio ambiente também? Cada Estado tem suas peculiaridades ambientais e agrícolas e pode deliberar sobre elas", diz Kátia Abreu.

Governadores ruralistas

A pressão no Congresso - onde 33 propostas de alteração do Código Florestal já foram protocoladas por parlamentares ruralistas - acontece paralelamente à ação dos governadores mais ligados à cartilha do agronegócio. O governador de Santa Catarina, Luiz Henrique Silveira (PMDB), deu a largada ao usar sua maioria na Assembléia Legislativa para aprovar um código florestal estadual que, entre outras afrontas à legislação federal, reduziu para cinco metros a faixa de proteção das matas ciliares (localizadas às margens dos rios e lagos).

As alterações na legislação ambiental apoiadas por Luiz Henrique em seu estado são objeto de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) movidas, respectivamente, pelo PV, pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público de Santa Catarina. Ainda assim, outros governadores, como Aécio Neves (PSDB) de Minas Gerais, falam em seguir o exemplo catarinense e já mobilizam suas bases de deputados para criar um código ambiental estadual.

A governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), foi a mais recente adesão ao movimento de pressão pela criação de legislações ambientais estaduais que contradigam as leis federais. Mesmo acossada por uma ameaça de impeachment, Yeda encontrou tempo para exortar seus deputados a criarem um código ambiental estadual: "Cada estado deve ter uma legislação própria para decidir os rumos de suas riquezas ambientais. O Código Florestal Brasileiro tem mais de 40 anos e precisa ser modernizado e adequado às realidades regionais", disse

Governo evita criar novas reservas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/05/2009

Cinco dos 9 processos para novas unidades de conservação estão parados pelo interesse econômico na região

Pelo menos nove processos de criação ou ampliação de unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral– estão parados na Casa Civil, alguns há mais de um ano.Ademora deve-se, em cinco desses casos, ao interesse manifestado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em explorar economicamente as regiões.

Questionado pela reportagem,o MME diz que oficialmente "não apoia nem desapoia" a criação de três áreas: Reserva Extrativista (Resex) Renascer, no Pará;Resex Baixo Rio Branco/Jauaperi, entreAmazonas e Roraima; eRefúgio deVida SilvestreRioTibagi, no Paraná. A Casa Civil, que medeia os processos,afirma que esses três casos estão sob avaliação de Minas eEnergiaeMeioAmbiente.

"Os processos começarama parar na Casa Civil de uns dois anos para cá", diz Cláudio Maretti, da ONGWWF-Brasil. Só esses nove processos somam mais de 1,2milhão de hectares. A decisão de criar ou não uma unidade de conservação é do presidente da República, quedeve considerar tanto a importância biológica e social–determinada por estudos do Ministério do Meio Ambiente – como as implicações econômicas.

Porém, paraMaretti, a demora na definição é "criminosa". "O MME pode interromper o processo.Mas é preciso considerar as consequências sociais e ambientais dessa decisão."

É o caso da ResexRenascer. Oprocesso aportou na Casa Civil emjunho de 2008, mas a história de sua quase criação tem mais de dez anos. Região rica embauxita, ela foi recortada de outra Resex, a Verde para Sempre, essa simcriada em2004.

A Renascer não saiu do papel, mas foi exposta como área rica emrecursos naturais.Com a situação indefinida, a populaçãoficou à mercê da ação de pessoas interessadas nas terras e a região,da exploração sem critérios socioambientais, explica o

procurador Felício Pontes Junior,que atua no Ministério Público Federal em Belém. “Essas pessoas são extremamente vulneráveis em áreas extremamente ricas em biodiversidade.”

Além disso, sema criação da unidade de conservação, a população tradicional não obtém o documento da terra e,portanto,não pode pedir financiamento para suas atividades. “Os moradores da Renascer veem seus vizinhos da Verde para Sempre com acesso a seu primeiro crédito financeiro e eles sem nada”, diz Pontes. “Soube de gente que precisou vender madeira para aliciador, só para colocar óleo no barquinho e levar criança para o posto (de saúde).”

No caso da Resex Baixo Rio Branco/Jauaperi, a situação é parecida. Seu desenho pega uma parte da Bacia do Rio Amazonas onde é realizado um inventário de potencial hidrelétrico, a ser concluído até o final do semestre. Enquanto ele não sai, o processo – na Casa Civil desde dezembro de 2007 – não caminha.A comunidade tem sofrido pressões de interessados naquelas terras (mais informações nesta página).

O potencial hidrelétrico do rio Tibagi, assim como o de exploração mineral, também segura a criação da unidade no Paraná. A intenção de criação da área foi anunciada em 2006. Nela está uma das últimas florestas de araucárias do Brasil, que sofre intensa e constante pressão de madeireiros.

Já a ampliação do Parque Nacional do Pau Brasil, na Bahia, e daResexCiriaco, no Maranhão, foram liberadas pelo MME, diz sua assessoria de imprensa. Segundo a Casa Civil, esses processos ainda estão sob análise dos ministérios interessados.

Para o procurador, a disputa entre preservação e exploração é incoerente, pois é possível trabalhar com ambas na área. “A luta é mais política do que jurídica.”

Projeto está emdebate desde 1991 em Rio Branco – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 15/05/2009

PlínioLeite da Encarnação mora desde 1984 onde, espera ele, seja criada a Reserva Extrativista(Resex)BaixoRioBranco/Jauaperi, entre os Estados de Amazonas e Roraima.Na semana passada, ele saiu de sua comunidade, Auto de Nazaré, e foi até a capital, Brasília, para tentar entender por que a Resex ainda é um plano, não uma realidade, a despeito de ter surgido pelos idos de 1991 e 1992.

Foi naquela época que as primeiras conversas sobre a formação de uma reserva, que permita às populações tradicionais instaladas ali explorar a floresta de forma sustentável, mas com governança, começaram. Durante esse tempo, foram muitas audiências públicas, estudos, debates e oposições.Houve ameaças veladas e explícitas a quem desejava transformar a ideia em projeto.

Os moradores querem explorar castanha, açaí e cipó. Caçadores de fora querem recolher as tartarugas da região para alimentar restaurantes, que vendem ilegalmente pratos feitos como quelônio.

O Ministério de Minas e Energia(MME) se opôs à resex por achar que o Rio Branco tem potencial hidrelétrico. A questão ainda está aberta.Encarnação não sabe se alguém do MME já apareceu na região. Mas fazuma ressalva: "A partir do momento que se pleiteia uma área, sempre aparecem outros interessados."

Uma rodovia, a BR-174, que liga os municípios de Presidente Figueiredo e Pacaraima, passa pelo meio do desenho da Resex. O morador teme as consequencias de sua utilização. "Assentamento,monocultura,madeireiros." Hoje moram na região cerca de 900 pessoas, divididas em nove comunidades.

Tem gente que mora lá há 40 anos. A titulação das terras é nebulosa, como costuma acontecer entre as populações tradicionais da Amazônia.

Lei dos EUA prevê crédito de CO gratuito - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Vida & - 16/05/2009

AversãodaLeideMudançaClimática a seranalisadana semana que vem na Câmara dos Estados Unidos prevê que 85% dos créditos de carbono sejam distribuídos de graça, em vez de passarem por leilão. Originalmente, o presidente Barack

Obama queria que todos os créditos fossem leiloados,o que poderia gerarUS$ 624 bilhões em 10anos .Osrecursos seriam usados em cortes de impostos e pesquisa de energia limpa.

Mas a maioria dos créditos será distribuída de graça por conta da pressão das empresas mais poluidoras, como usinas decarvão e refinarias.Para ambientalistas, as mudanças estão "desfigurando" a lei e dando dinheiro dos contribuintes a poluidores. Mas essa concessão deve facilitar a aprovação dal egislação na Câmara e no Senado.

Muitos republicanos e democratas de Estados produtores de carvão argumentam que implantar o sistema de crédito de carbono agora, no meio da recessão, vai quebrar a indústria.

Por isso, pressionam por medidas que aliviem o peso sobre as poluidoras. O cerne da lei é um sistema que estabelece metas de redução de emissões e outro peloqual empresas terãode adquirir créditos para emitir.

Coma distribuição gratuita, as empresas beneficiadas não terão de pagar pelos créditos por duas décadas.

A Casa Branca nega que as concessões sejam excessivas.

"A legislação representa um grande passo para lidar com gases poluentes e criar um mercado sustentável para energia limpa", disse o porta-voz da presidência, Robert Gibbs.OsecretáriodeEnergia, Steven Chu, disse que, apesar das doações iniciais de créditos, as indústrias estão sendo avisadas de que precisamreduzir suas emissões.

Segundo a proposta de lei, 35% dos créditos serão alocadosnosetorde energia, sendo que 5%vão para geradoresmovidos a carvão. Outras indústrias intensivas em energia, como cimento, vidro e celulose, vão receber 15% dos créditos gratuitos.

Mais 9% vão para o setor de gás natural, 2% para refinariasdepetróleo.As montadoras receberiam 3% dos créditos gratuitos até 2017, dependendo de investimentos em veículos "verdes".

Os15%doscréditos leiloa dos iriam para companhias que precisam deles ou querem revendê-los. A receita atenderia famílias de baixa renda cuja conta de luz vai aumentar por causa do sistema de créditos de carbono.

Também foi reduzida a metadeusode energia renovável e eficiência energética. O objetivo original era que até 2025, 25% da energia viesse de fontes renováveis – baixou para 20% até 2020. Ameta de redução de emissões, considerada modesta porambientalistas, ficou ainda mais fraca: de uma queda de 20% dos níveis de 2005 até 2020, para uma diminuição de 17%.

Ameta de longo prazo, de 83%até 2050, foimantida.●

O império do carbono – Paul Krugman – Estado de São Paulo – Vida & - 16/05/2009

Euvislumbreiofuturo e vi que ele não vai funcionar.

Esta deveria ser uma época de esperança para os ambientalistas.A ciência fajuta não mais impera em Washington. O presidente Barack Obama falou enfaticamente sobre a necessidade de agir contra as mudanças climáticas; as pessoas com quem converso demonstram otimismo cada vez maior, acreditando que logo o congresso vai estabelecer um sistema de limites e permutas capaz de restringir as emissões de gases-estufa, restrição que semostrará cada vez mais rigorosa como passar do tempo.E, depois que os Estados Unidos tomarem medidas nesse sentido, podemos esperar que o restante domundo siga o nosso exemplo.

Mas isso ainda nos deixa como problema daChina, onde passei amaior parte da semana passada.Como todos que a visitam, fiquei impressionado com a escala do desenvolvimento.

Até seus aspectos mais irritantes – gastei muito tempo contemplando a Grande Muralha dos Engarrafamentos–são subprodutos do sucesso econômico chinês. Mas a China não pode seguir no caminho atual porque o planeta não é capaz de suportar tamanho desgaste.

O consenso científico em relação às perspectivas do aquecimento global se tornou muito mais pessimista nos últimos anos. As previsões mais recentes feitas por renomados cientistas climáticos beiram o apocalíptico. Por quê? A resposta: o ritmo do aumento na emissão de gases-estufa iguala ou excede aspiores projeções.Eo crescimento das emissões chinesas – o país já é o maior produtor mundial de CO2 –é uma das principais razões por trás desse pessimismo.

As emissões da China, que vêm principalmente de usinas de energia abastecidas por carvão, dobraram entre 1996 e 2006. Trata-se de um ritmo de crescimento muito mais acelerado que o da década anterior.

E a tendência deve continuar: em janeiro a China anunciou que planeja dar continuidade à sua dependência em relação ao carvão como principal fonte energética. E, para suprir a demanda gerada pelo seu crescimento econômico, vai aumentar em 30% a produção de carvão até 2015.Essa decisão pode anular quaisquer reduções na emissão de gases conquistadas em outras partes domundo. E o que devemos fazer? Nada, dizemos chineses.Cada vez que toquei nesse assunto durante minha visita, deparei-me com declarações indignadas, destacando a injustiça de se esperar que a China limite o uso dos combustíveis fósseis. Afinal, disseram eles, o Ocidente não foi submetido a esse tipo de restrição durante sua fase de desenvolvimento; apesar de a China ser a maior fonte mundial de emissões de CO2 , sua proporção de gases emitidos per capita é muito inferior à observada nos EUA; e grande parte do aquecimento global que vivemosnão se deve às emissões chinesas, mas às emissões anteriores dos países ricos de hoje.

E os chineses têm razão. É injusto esperar da China que viva sob restrições às quais não fomos submetidos quando nossa própria economia estava em ascensão. Mas essa injustiça não altera o fato de o planeta estar condenado se permitirmos à China igualar o desperdício ocidental anterior.

Injustiças históricas à parte, os chineses insistiram que não deveriam ser responsabilizados pelos gases-estufa emitidos durante a produção de artigos para estrangeiros. Mas eles se recusaram a aceitar a implicação lógica dessa recusa – o fardo deveria então ser repassado a esses consumidores estrangeiros, e os fregueses que compram artigos chineses deveriam pagar uma “tarifa do carbono” equivalente à emissão de gases associada à sua produção. Isso, dizemos chineses, seria contrário aos princípios do livre comércio.

Sinto muito, mas as consequências da produção chinesa na mudança climática precisam ser levadas em consideração. E o problema da China não está tanto naquilo que o país produz quanto na forma com a qual esta produção é levada a cabo.Lembrem-se,aChina emite hoje mais dióxido de carbono do que os EUA, apesar do seu PIB equivaler a cerca da metade do americano (e os Estados Unidos,por sua vez, são um verdadeiro porco emissor de gases se comparados aos países europeus e ao Japão).

Aboa notícia é que a própria ineficiência energética da China oferece muito espaço para melhorias. Se forem adotadas as medidas corretas, a China pode manter o seu rápido crescimento sem aumentar suas emissões de carbono.Mas primeiro o país precisa compreender a necessidade de mudanças nas suas políticas.

Há indícios, nas declarações que emanam da China, de que os administradores do país estejam começando a perceber que a sua posição atual é insustentável.Mas suspeito que eles ainda não tenham entendido o quão rapidamente as regras do jogo vão mudar.

Quando os EUA e demais países avançados finalmente agirem para enfrentar a mudança climática, eles disporão também do poder moral de confrontar os países que se recusarem a adotar medidas semelhantes. Mais cedo do que a maioria das pessoas pensa, os países que se recusarem a limitar as emissões de gases do efeito estufa serão submetidos a sanções, provavelmente sob a forma de impostos sobre os seus produtos de exportação. Eles se queixarão amargamente desse protecionismo,mas e daí?A globalização não pode ser de grande serventia se o próprio globo se tornar inabitável.

É hora de salvar o planeta. E a China terá de fazer sua parte, goste ou não.●

Com Obama, cético do clima perde espaço – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 16/05/2009

Críticos reclamam do que chamam de "visão apocalíptica" do debate sobre o aquecimento global, reforçada pelo novo governo

Movimento lança livro e instituto conservador prepara contra-ataque em conferência sobre o assunto em Washington em junho

Em fevereiro deste ano, o colunista conservador George F. Will, do jornal "Washington Post" e da revista semanal "Newsweek", escreveu um artigo em que elencava uma série de estatísticas passadas e presentes para criticar o que batizou de "ecopessimistas", os que sempre veem um futuro sombrio quando se trata de ambiente. "Uma premissa não declarada deles é que as condições ambientais são, ou eram até recentemente, as melhores possíveis", disse.
Will, 68, citava como exemplo em seu artigo uma onda de estudos e reportagens de publicações sérias nos anos 1970 que davam conta de que o mundo corria grande risco de entrar em uma nova Era do Gelo, pelo ritmo da queda da temperatura no planeta então. Se não são os mesmos, concluía o colunista, os que hoje falam dos perigos de aquecimento global têm atitude igualmente alarmista.
Polêmicas não são exatamente novidade para o jornalista veterano, que ganhou o Prêmio Pulitzer por seus comentários em 1977 e foi o escolhido por Barack Obama para ser o

anfitrião de um jantar do então presidente-eleito com colunistas conservadores, em janeiro último. Mas Will não esperava a avalanche de cartas, e-mails e telefonemas provocada por sua coluna.

Foram milhares, que levaram o ombudsman do "Post" a escrever uma coluna a respeito e a apontar pelo menos um erro factual, que Will contestou em colunas seguintes. Erros à parte, afirmava o ombudsman, "há um tom perturbador de "se não concorda comigo, você é um idiota" no debate sobre o aquecimento global". Will voltaria ao tema em outras três colunas, e a briga renderia reportagem no "New York Times", segundo a qual "ambos os lados exageram".

Como exemplos eram citados o ex-vice-presidente Al Gore, no lado dos pessimistas, que defendem que a atividade humana vem aumentando a temperatura do planeta e que é preciso intervenção imediata para reverter esse processo, e Will, no canto dos céticos, que postulam que a temperatura do planeta varia, ponto, independentemente dos humanos.

Maré baixa

O equilíbrio no debate público sugerido pelo texto não se traduz na realidade. Com a eleição de Obama, que baseou sua plataforma ambiental na luta contra o aquecimento global, os chamados "céticos climáticos" estão em baixa. Essa retração começou com o sucesso do filme de Gore, "Uma Verdade Inconveniente", de 2006, que ganhou dois Oscars e faturou US$ 30 milhões nos EUA.

Em geral ligada à direita do espectro político e a indústrias campeãs de popularidade negativa como a do petróleo, essa corrente minoritária segue a maré baixa em que estão hoje os republicanos -em novembro, além de perder a presidência, o partido virou minoria em ambas as Casas do Legislativo e nos governos estaduais.

Mas isso não quer dizer que o movimento esteja dormente. No mês de abril, o centro de pensamento conservador Cato Institute, de Washington, foi palco de uma noite de autógrafos e debate com uma das facetas moderadas do grupo, os autores do livro "Climate of Extremes" (Clima de Extremos).

Nele, Patrick J. Michaels, climatologista do instituto, e Robert C. Balling Jr., do programa de climatologia da Escola de Geografia da Universidade Estadual do Arizona, defendem que há todo um grupo novo de cientistas que discutem com seriedade o aquecimento global, mas que são contrários ao que chamam de "visão apocalíptica da mudança climática".

"Não que você vá saber de algo a esse respeito", escrevem. "Consulte seu jornal diário ou telejornal noturno: previsões fatalistas é quase tudo o que você vai ler ou ouvir." De fato, com a escolha da estrela Steven Chu para a pasta de Energia, Obama ajudou a monopolizar o noticiário para os pessimistas.

Ganhador do Nobel de Física de 1997, Chu é um defensor do modelo chamado "cap-and-trade", que limita ("cap") a emissão de gases-estufa por empresas ao mesmo tempo que permite a comercialização ("trade") entre elas das chamadas "cotas de poluição", caso reduzam mais do que sua meta.

A ideia toda arrepia o ultraconservador Heartland Institute, um dos principais defensores da

não-regulação do setor e, de maneira geral, do livre mercado sem qualquer interferência do governo. "Algumas pessoas nos EUA veem o comando e o controle de indivíduos como o ápice da política", diz Dan Miller, vice-presidente executivo desse instituto baseado em Chicago. "Nós achamos que isso é terrível."
Instado pela Folha, ele manda uma amostra dos e-mails e cartas que recebe dos que discordam de sua posição. A maior parte é impublicável. "As paixões que cercam a questão do aquecimento global têm se intensificado nos últimos anos porque a posição dos céticos substituiu o argumento dos alarmistas como ponto de vista dominante entre os cientistas", exagera Miller -na verdade, é o oposto o que ocorre.
Mas os céticos preparam novo contra-ataque. No começo de junho, reúnem 200 cientistas e políticos em Washington para conferência que discutirá o custo financeiro de novas medidas propostas por Obama, via Orçamento de 2010 e leis ordinárias, para sobretaxar empresas emissoras de gases causadores do efeito estufa.
Entre os oradores, estrelas do movimento como Richard Lindzen, do MIT, Willie Soon, do Centro de Astrofísica Harvard-Smithsonian, Roy Spencer, da Nasa, e o geólogo Harrison "Jack" Schmitt. Ex-senador republicano, ele é um dos dois astronautas ainda vivos da Apollo-17, a última missão tripulada na Lua.

Recuperação e mudanças climáticas – Antonio Palocci – O Globo – Opinião – 17/05/2009

Há uma polêmica em curso, em diferentes países, sobre os efeitos das políticas para as mudanças climáticas na recuperação econômica.

Algumas autoridades econômicas alegam que políticas ativas de redução de emissões de carbono imporiam custos de difícil absorção num movimento de recuperação ainda cercado de dúvidas. Com a elevação dos gastos com pesquisas de novos materiais, incentivo a combustíveis renováveis, preservação de florestas e outros mecanismos de redução de carbono, estaríamos, de acordo com essa visão, impondo travas adicionais ao ciclo econômico, em detrimento de um crescimento mais desregulamentado e mais acelerado.

Uma discussão mais a fundo parece, no entanto, não dar sustentação a essa tese. O fato é que, mesmo ficando nos cálculos econômicos de curto prazo, há evidências razoavelmente sólidas de que um sistema de incentivos a uma economia menos dependente do carbono poderia trazer mais benefícios do que obstáculos à recuperação econômica.

Para uma visualização prática da questão, podemos considerar três exemplos de políticas de redução de carbono: o sistema de limite e comércio de emissões, conhecido como cap and trade; o incentivo à pesquisa e à produção de combustíveis renováveis; e os

programas de pagamento por serviços ambientais (PSAs). Uma breve reflexão sobre eles pode trazer alguma luz.

O sistema cap and trade deverá trazer, sim, um aumento de custo para todas as atividades que dependam da queima de combustíveis fósseis. Seria ingenuidade afirmar o contrário. Mas o estabelecimento desse sistema com prazos razoáveis de implantação e com metas progressivas pode, no curto prazo, incentivar as melhores empresas a realizarem inovações e investimentos em novas plantas de menor emissão e em sistemas de sequestro de carbono, entre outros.

Seria um saudável incentivo ao investimento, que se encontra praticamente paralisado pelo excesso de capacidade instalada num mundo que passou a consumir bem menos. A Petrobras, mesmo na ausência de normas impositivas, tem feito projetos promissores de sequestro de carbono. Com custos, claro. Mas são as empresas que se colocam à frente de seu tempo que vão colher os melhores frutos no futuro.

Já o incentivo à pesquisa e à produção de combustíveis renováveis também implica custos. Nos primeiros anos do Proálcool, chegou-se a pensar que o programa dependeria eternamente de subsídios governamentais.

Hoje, o etanol carburante de cana disputa com os combustíveis fósseis tanto no terreno ambiental como no econômico.

E com os motores flex o consumidor pode optar a cada dia pelo combustível mais barato. Este é um excelente exemplo de programa com custos iniciais importantes, revertidos em ganhos permanentes para as divisas do país, a saúde da comunidade e o bolso dos consumidores.

O terceiro exemplo — dos programas de pagamento por serviços ambientais — conta com poucas experiências no mundo. No Brasil, há projetos tramitando no Congresso e o estado do Amazonas saiu na frente, com um PSA de grande valor para a população rural de baixa renda e para a preservação da floresta amazônica.

É um tipo de Bolsa Família, com a contrapartida dos serviços de preservação ambiental. Vale a pena conhecê-lo para compreender o ganho econômico e social que ele gera.

Um debate dessa natureza exige estudos mais profundos. Mas a observação de experiências em andamento e histórias recentes mostra que a introdução de mecanismos diversificados de redução de carbono, embora sempre signifique algum custo inicial, pode levar a ganhos econômicos importantes a médio e longo prazo.

A preservação do planeta já deveria ser motivo suficiente para trabalharmos por uma iniciativa nesse campo. Mas, do ponto de vista estritamente econômico, os ganhos também existem. Inclusive incentivando, pela via da inovação tecnológica, a retomada do crescimento nas economias mais desenvolvidas, hoje em recessão.

Somente lideranças obscuras e descoladas do nosso tempo poderiam negligenciar esse desafio.

O etanol carburante de cana já disputa com os combustíveis fósseis

ANTÔNIO PALOCCI é deputado federal (PT-SP) e foi ministro da Fazenda.

Crise dá lugar ao ´ecologicamente incorreto` - Camila Nóbrega – O Globo – Economia – 17/05/2009

Investimento em energia limpa no mundo cai 53% no 1º trimestre. Exportação de madeira certificada recua 80%

Após anos como centro das atenções de todo o mundo, o conceito de desenvolvimento sustentável parece ter perdido o status de urgente, ao menos na visão de alguns países e empresas.

Com o agravamento da crise financeira, a consciência ecológica de muitas instituições foi deixada de lado, para dar lugar a um único objetivo: a recuperação econômica a qualquer custo. Para especialistas, chegou o momento de separar o joio do trigo e saber quem realmente dá prioridade a práticas ecologicamente sustentáveis.

Segundo um estudo na consultoria inglesa New Energy Finance, novos investimentos em energia limpa despencaram 53% em todo o mundo, no primeiro trimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, passando de US$ 28,3 bilhões para US$ 13,3 bilhões. Em relação ao último trimestre de 2008, quando a maioria dos investimentos programados foi mantida, a queda foi de 44%.

No Brasil, 23% dos projetos foram adiados

No Brasil, a queda nos novos investimentos foi de 18%. No entanto, em relação ao período de outubro a dezembro de 2008, o tombo foi de 76%. Mas, segundo a chefe do escritório da New Energy na América Latina, Camila Ramos, é importante ressaltar que houve um refinanciamento (nova aprovação de crédito) para um projeto de energia limpa brasileiro que somou US$ 1,8 bilhão: — O refinanciamento mostra interesse em manter o projeto.

Mas o número de novos projetos, que já têm ao menos financiamento aprovado, caiu. No Brasil, há 138 que deveriam começar entre 2008 e 2012.

Desses, 23% foram adiados e não têm nova previsão e outros 23% estão sob análise. Em todo o mundo, a principal razão é a escassez de crédito.

Ainda segundo Camila Ramos, apenas 19% dos projetos programados para começar entre 2008 e 2012 estão em andamento, 21% estão mantidos, e 6% foram abandonados. Os outros 8% dizem respeito a empresas que não quiseram informar seu planejamento.

Outro setor afetado pela crise econômica foi o mercado de carbono, que consiste na possibilidade de países desenvolvidos comprarem créditos de outras nações emergentes que possuem projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os valores são fixados para cada tonelada de carbono que deixa de ser lançada na atmosfera.

Segundo a Associação das Empresas do Mercado de Carbono (Abemc), o preço do carbono caiu 50%, de C 20 para C10, devido à desaceleração da produção industrial no mundo.

Ainda não há dados fechados sob o volume financeiro negociado no mercado neste ano, mas estima-se que haverá forte queda em relação aos US$ 118 bilhões de 2008.

Com isso, as perdas do Brasil, terceiro maior gerador de créditos de carbono no mundo, podem chegar a US$ 2 bilhões, segundo o presidente da Abemc, Flávio Gazani: — Além da queda na produção industrial, o preço do carbono está ligado ao petróleo, que está em queda. E, reduzindo emissões de carbono, a Europa aumenta seus créditos, sem precisar comprar dos países emergentes.

Como consequência disso, há um desestímulo à criação de novos projetos de MDL.

Gazani destaca também que houve queda no mercado voluntário de crédito de carbono, que é movido por iniciativas de empresas que têm medidas próprias de redução de emissão.

Como as empresas não compram créditos por obrigação de compensar sua produção, muitas companhias reduziram essas negociações durante a crise. Segundo a New Energy, houve redução de 70% nas transações no mercado voluntário, que está operando com um preço entre C 5 e C 10.

Para Camila Ramos, da consultoria, há três principais motivações para o investimento em desenvolvimento sustentável: legislação, retorno econômico atraente e marketing: — Nesse momento, estamos vendo queda em mercados que não estão apresentando retorno financeiro atraente. E as empresas que não haviam incorporado a consciência ambiental como parte da instituição fizeram cortes.

Para Sérgio Amoroso, presidente do Grupo Orsa, maior exportador de madeira certificada no Brasil, o principal problema no país é a ausência de legislação que obrigue a utilização do produto ao menos em obras públicas. Ele conta que, desde o início da crise, as exportações caíram 80% e o preço 20% e, apesar de o Brasil ser um dos maiores consumidores de madeira no mundo, o mercado interno responde por menos de 10% das vendas: — No Brasil, consome-se basicamente madeira não certificada.

Para se obter o selo de certificação, é necessária uma grande infraestrutura e provar que não há conflito com comunidades.

Deveria ser a prática padrão, portanto, uma cobrança por parte do governo é fundamental. Já reduzimos a produção e, se não houver recuperação econômica ou uma contrapartida do governo até 2011, não sabemos se a empresa vai sobreviver.

Segundo Amoroso, a queda no faturamento de outubro a abril em relação ao ano anterior foi de 50% (aproximadamente R$ 14 milhões). Ele ressalta ainda que, com a queda de preço da madeira certificada, a diferença para a não certificada caiu muito. Hoje, a madeira sem certificação é apenas 8% mais barata, enquanto antes da crise a margem era de cerca de 30%.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, neste momento, ainda é impossível exigir das empresas brasileiras a certificação oficial, pois isso limitaria muito a possibilidade de disputa em licitações:

— Exigimos madeira legalizada, que possui plano de manejo ambiental, isso já é uma revolução no Brasil. Não dá para exigir ainda madeira certificada, que não pode usar agrotóxico ou trabalho infantil. Esse é nosso rumo no futuro.

Orçamentos das ONGs também caíram 7%

A empresa Butzke, que vende móveis feitos com madeira certificada, também registrou queda nas exportações, de cerca de 30% e teve prejuízo de R$ 1 milhão desde setembro de 2008. Segundo o diretor da Butzke, Michel Otte, companhias que não exigiam madeira certificada reduziram as encomendas: — Há dois tipos de clientes, os que exigem o produto certificado, e o que trabalha com os dois tipos. Esse último reduziu custos. Redes americanas como Wal-Mart e Lowe's pararam de comprar conosco.

As ONGs também sentiram o peso da crise. Segundo a presidente da SOS Mata Atlântica, Márcia Hirota, o orçamento anual foi reduzido em 7%, passando de R$ 19,5 milhões em 2008 para R$ 18,100 milhões em 2009: — As empresas estão adiando os repasses de verbas, então temos que ser cautelosos.

´A prioridade passou a ser a recuperação econômica de cada um` CORPO A CORPO: SÉRGIO
SERRA

Sérgio Serra é embaixador extraordinário para Mudanças Climáticas do Itamaraty e representará o Brasil na reunião de Copenhague, em dezembro, onde se discutirá um novo Protocolo de Kioto.

Para ele, o novo acordo deverá será muito prejudicado pela crise.

O GLOBO: Os dados mostram que está havendo um retrocesso nos investimentos em sustentabilidade desde o início da crise. O senhor acredita que o mundo, de uma forma geral, tenha deixado de dar prioridade a esse tipo de investimento?

SÉRGIO SERRA: Certamente, as consequências da crise para o meio ambiente são negativas. Os aspectos de mudança do clima, em um contexto de dificuldades financeiras, perdem a urgência.

A prioridade passou a ser a recuperação econômica de cada um.

Mas os esforços, por meio de investimentos, ocorrem de formas distintas.

A Coreia do Sul está destinando 80% dos investimentos anunciados em seu plano de recuperação econômica para energia limpa, enquanto nos demais países a porcentagem é muito menor.

Quais serão os efeitos desse adiamento dos investimentos para o planeta?

SERRA: Um efeito perverso da crise é o adiamento dos planos. Esses investimentos deveriam ser iniciados agora, para gerar benefícios a longo prazo.

Estávamos caminhando para negociações maiores sobre redação de emissões de carbono no mundo, e agora certamente enfrentaremos resistências de vários países. Por outro lado, temos um benefício natural com a desaceleração da economia mundial, porque as emissões estão sendo reduzidas.

Quais são suas expectativas para o encontro em dezembro, em Copenhague, quando será discutida a assinatura de um novo Protocolo de Kioto?

SERRA: Pelo decorrer das negociações, já estamos vendo que será difícil mobilizar recursos suficientes para ampliar as metas. Vai haver relutância dos países ricos em destinar grandes quantias para a construção de um novo sistema mundial. No entanto, há trilhões

aplicados na recuperação da economia americana. O mundo precisa ver que é possível reverter as mudanças climáticas, mas esforços ainda maiores têm que começar agora. (Camila Nobrega)

Os ambientalistas e o governo federal- JoséGoldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/05/2009

O movimento ambientalista do século 20 se caracterizou inicialmente pela exposição das mazelas do sistema produtivo em muitos países onde a preocupação dominante era o crescimento econômico. E se caracterizou também, de modo geral, pelo "denuncismo" – e até pela desobediência civil – contra muitos empreendimentos,entre os quais a construção dereatores nucleares.

Mais recentemente, porém, principalmente nos Estados Unidos, o movimento ambientalista entrou numa outra fase,que é a de preparar e propor alternativas para a solução dos problemas. Muitas organizações se profissionalizaram, contratando técnicos competentes, capazes de suprir as deficiências dos próprios governos na área ambiental.

Em contrapartida – como, aliás, seria de esperar –, os principais poluidores, sobretudo as indústrias do carvão e do petróleo, que têm interesse na manutenção do status quo, também se prepararam para enfrentar críticas crescentes e bloquear mudanças de legislação que afetariam os seus negócios.

Não atingimos ainda, no Brasil, esse grau de sofisticação, apesar dos sérios problemas ambientais que enfrentamos, tais como o desmatamento predatório da Amazônia e a poluição urbana do ar nas grandes cidades.

Parte do problema é que a imprensa frequentemente dá ampla cobertura a esses temas semmuito critério, exage-rando problemas que às vezes são apenas pontuais. A tendência de parte dos ambientalistas é ver "as árvores", mas não "a floresta", como, por exemplo, demonizar a "casa do Clodovil" – construída ilegalmente numa área de mata atlântica – sem lembrar que mais de 100mil hectares de mata atlântica original foram recuperados no Estado de São Paulo de 1991 a 2005.

Setores do governo e o setor produtivo aproveitam essas distorções, tentando caracterizar omovimento ambientalista como adversário do progresso e do crescimento econômico. Estes setores "não só não veem as árvores, como nem a floresta".

A eles se juntou até o presidente da República, ao declarar recentemente: "Se o Juscelino Kubitschek fosse construir Brasília hoje, não teria nem licença ambiental para construir a pista para ele des cer com seu aviãozinho." Essa declaração afronta as leis

ambientais vigentes no País e também a Constituição, que o presidente, ao tomar posse, jurou respeitar e defender.

Mudar as leis é possível e o governo está tentando fazê-lo, como, por exemplo, fazendo aprovar na Câmara dos Deputados uma medida provisória que dispensa de licença ambiental prévia obras na faixa de domínio de estradas, além de fixar o prazo de 30 dias para a emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental, sob pena de aprovação por decurso de prazo na hipótese de inobservância do mencionado prazo. Este é um precedente perigosíssimo, porque com isso o empreendedor terá de apresentar propostas completas – isto é, um projeto executivo, o que uma licença prévia não exige –, que tornarão sua análise em 30 dias inviável.

Com o "decurso do prazo", na prática, a obra será feita sem licença ambiental, o que, a nosso ver, viola a Constituição da República. A sistemática atual, com suas várias etapas (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), é mais razoável e dá tempo ao próprio empreendedor para detalhar e adaptar o projeto. Essa lei certamente não resistirá à analise do Poder Judiciário.

A noção que o governo federal está tentando passar à sociedade do papel negativo das exigências ambientais, e que elas representam um obstáculo ao progresso, tem origem na inoperância do próprio governo, cujos órgãos técnicos não conseguem licenciar em tempo hábil as obras necessárias, exatamente pela falta de estrutura de pessoal e equipamentos que o governo tem a obrigação de suprir. Em contraste, existem exemplos de obras extremamente complexas que foram realizadas – como a Rodovia dos Imigrantes e o Rodoanel Mário Covas, em São Paulo – e seguiram rigorosam ente todos os trâmites legais. O Trecho Sul do Rodoanel é uma obra complexa, que cruza áreas de proteção ambiental, áreas indígenas e áreas densamente povoadas, cujo licenciamento se comparaao de uma usina hidrelétrica na Amazônia.

Não foi preciso mudar as leis ambientais para licenciá-lo.

Se a lei proposta entrar em vigor, até a Rodovia dos Imigrantespoderá ser duplicada semlicença prévia e de instalação, restando ao poder público apenas expedir a licença de operação, quando os mpactos ambientais todos já tiverem ocorrido.

É por essa razão que o governo federal está seguindo o caminho errado e, ao fazê-lo, comete erros crescentes, que é o que está ocorrendo comas hidrelétricas da Amazônia. Qualquer obra de grande vulto, seja uma estrada, uma usina hidrelétrica, um porto ou uma instalação industrial, tem impactos ambientais que são inevitáveis.

No passado essas obras eram realizadas sem nenhuma consideração séria sobre suas consequências e oporse a elas parecia a única medida efetiva a tomar.

A solução é comparar os custos ambientais comos benefícios que a realização das obras pode trazer, mesmo a custos mais elevados. A construção de uma hidrelétrica na Amazônia pode afetar milhares de pessoas, mas beneficia milhões de pessoas nas grandes cidades do Sudeste do País e pode ser uma alternativa energética menos onerosa ambientalmente do que outras. Isso é o que o poder público tem a obrigação de fazer, opondo- se, quando for o caso, a interesses de grupos. O que o governo precisa entender é

que a legislação ambiental foi criada para permitir que esta análise seja feita, e não para impedir o progresso.

Bolsa Família para todos os sem-terra – O Globo – O País – 18/05/2009

Governo decide ampliar programa e dar benefício no lugar de cestas básicas

BRASÍLIA. Por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família será estendido aos sem-terra ainda não beneficiados pelo programa.

Parte das famílias acampadas que estão à beira de estradas em áreas urbanas já recebe o benefício. Hoje, cerca de 220 mil famílias de sem-terra recebem cestas básicas, que serão trocadas, até o final do governo, pelo cartão do Bolsa Família, segundo reportagem de ontem da "Folha de S.Paulo".

Famílias precisam cumprir exigências do programa A principal dificuldade para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) atender a todos os sem-terra com o programa é o descumprimento das exigências mínimas para o acesso a ele. O Cadastro Único do MDS exige, por exemplo, que a família tenha endereço definido, o que não acontece com os milhares de sem-terra.

Além disso, as crianças da família beneficiada precisam estar vacinadas e matriculadas em escolas. E a renda de cada membro da família a ser contemplada não pode ultrapassar R$ 137. Os filhos são considerados jovens até os 17 anos, e os valores pagos podem chegar a até R$ 182.

Os cadastros são feitos pelas prefeituras, que os enviam ao governo federal. Os acampamentos com famílias que já recebem o programa estabeleceram parcerias com os prefeitos, que reconhecem a presença desses sem-terra e fornecem endereços, vagas nas escolas e acesso a atendimento de saúde.

A identificação dos acampados será feita em parceria entre o MDS com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A inclusão dos sem-terra faz parte do objetivo do governo de expandir o Bolsa Família. Hoje, além de assentados e sem-terra, também recebem o benefício do programa famílias indígenas, quilombolas e catadores de lixo.

Maior parte dos acampados está na Região Nordeste De acordo com dados do Incra, existem hoje cerca de 220 mil famílias acampadas em todo o país. No ano passado, o governo federal distribuiu para esses acampados 925 mil cestas básicas. Em 2007, o número de cestas chegou a 1,4 milhão. A maior parcela dos acampados está na Região Nordeste, com 43% do total.

Em seguida está o Centro-Oeste, com 23%.

Plano dos EUA dá licenças de carbono de graça – Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Internacional – 18/05/2009

Indústrias americanas de diversos setores deverão receber de graça do governo a maior parte das licenças que precisarão adquirir nos próximos anos para cumprir as metas em discussão nos Estados Unidos para redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa.

Deputados que participam do debate sobre o assunto no Congresso dos EUA concluíram que essa é a melhor maneira de incentivar as indústrias do país a reduzir suas emissões e adotar tecnologias mais limpas, sem que os custos desses investimentos afetem a sua capacidade de competir em pé de igualdade com concorrentes estrangeiros.

Muitas empresas americanas estão preocupadas com a possibilidade de perder mercado para produtos importados de países como o Brasil e a China, que relutam em impor restrições semelhantes a suas indústrias. As empresas americanas temem ficar em desvantagem se forem forçadas a reduzir emissões e não tiverem ajuda para fazê-lo.

A Comissão de Energia e Comércio da Câmara de Representantes dos EUA votará nesta semana um projeto que estabelece limites para as emissões de gases-estufa e critérios para a distribuição de licenças para indústrias poluidoras. A votação será o primeiro passo importante de um processo legislativo que levará meses para ser concluído.

A proposta tem como objetivo reduzir as emissões dos EUA em 83% até 2050, tomando como ponto de partida o nível de emissões observado em 2005. Cientistas consideram um esforço dessa magnitude necessário para evitar que as mudanças provocadas pelos gases-estufa no clima do planeta tenham consequências desastrosas.

O plano apresentado originalmente pelo presidente Barack Obama no início do ano previa que as indústrias teriam que adquirir em leilões organizados pelo governo as licenças necessárias para continuar poluindo. Obama queria usar o dinheiro arrecadado dessa maneira para investir no desenvolvimento de fontes de energia renováveis e ajudar consumidores e indústrias a se adaptar às mudanças.

Cedendo a pressões de várias indústrias, os congressistas decidiram que seria melhor começar o programa entregando de graça a maioria das licenças. O projeto que será votado nesta semana dá às indústrias dois terços das licenças disponíveis e distribui o resto para Estados, centros de pesquisa e organizações que poderão vendê-las a empresas que não conseguirem reduzir suas emissões de outra forma.

Distribuidores de energia elétrica e gás natural receberão 44% das licenças se o projeto for aprovado. Siderúrgicas, indústrias de papel e outras empresas que consomem muita energia e estão mais expostas à competição internacional ganhariam 15% das licenças. Montadoras de automóveis teriam 3% e refinarias de petróleo receberiam 2%.

As licenças seriam distribuídas de acordo com a produção de cada empresa e estimativas sobre as emissões de cada setor. Isso significa que indústrias mais eficientes que a média poderão receber mais licenças do que precisariam para se enquadrar nas metas traçadas pelo programa. Essas empresas poderão lucrar vendendo parte das suas licenças a outras companhias.

Um estudo encomendado recentemente pelo Centro Pew sobre Mudança do Clima Global a dois especialistas que hoje trabalham no governo Obama prevê que algumas indústrias americanas poderão ver sua produção encolher até 3% e demitir 2% da força de trabalho se não tiverem ajuda para reduzir suas emissões e continuarem competitivas.

Muitos congressistas americanos defendem a imposição de tarifas para proteger essas empresas encarecendo a importação de produtos fabricados em países que não imponham controles de emissões tão rigorosos. O governo Obama avisou que é contra a ideia e ela foi abandonada pela Comissão de Energia da Câmara, mas a tarifa poderá reaparecer quando o projeto for analisado por outras comissões.

A ideia foi descartada porque ela poderia violar os compromissos assumidos pelos EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) e provocar medidas retaliatórias de outros países. A distribuição de licenças especiais para as indústrias mais expostas à competição externa foi a saída encontrada pelo Congresso para contornar o problema.

Lula reduz valor pago por impacto ambiental – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 19/05/2009

Empresas, que pagavam 0,5% de valor total de obra, terão de pagar 0,5% sobre parcela

Meio Ambiente defendia taxa de 2% de compensação ambiental; valor é usado na conservação de parques e áreas federais de proteção

Decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reduziu o valor da compensação ambiental a ser pago por empreendimentos, como a construção de rodovias e hidrelétricas,

por seus impactos no meio ambiente. A nova regra prevê um teto para a cobrança -de 0,5% sobre uma parcela do valor da obra- e atenua o custo da exploração de petróleo no pré-sal.
A cobrança da compensação ambiental foi tema de divergências no governo, e o valor arbitrado por Lula não apenas é inferior ao cobrado desde o início da década como está bem aquém do percentual proposto pelo Ministério do Meio Ambiente. Antes, o piso da compensação era de 0,5% sobre o valor total da obra, e o MMA advogou aumentar para 2%.
De acordo com o decreto presidencial, a cobrança da compensação ambiental tem agora teto de 0,5%. Esse percentual não se aplica mais sobre o valor total do empreendimento, como acontecia até o ano passado. O cálculo passou a descontar do valor total do empreendimento os custos do licenciamento ambiental e da mitigação de impactos sobre o meio ambiente, assim como os custos financeiros.
Até 2008, a cobrança da compensação ambiental tinha piso de 0,5%. Essa regra foi considerada inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em abril do ano passado.
Provocado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), o Supremo decidiu que o cálculo da compensação ambiental não poderia ser feito com base em um percentual fixo do custo total da obra.
A nova regra para o cálculo da compensação ambiental, além de considerar apenas uma parcela do custo total do empreendimento, leva em conta o impacto da construção sobre a biodiversidade, o comprometimento de áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental no país e a eventual influência em unidades de conservação já existentes.
No caso da exploração de petróleo no pré-sal, a regra prevê um custo menor da compensação quanto mais distantes as reservas petrolíferas estiverem da superfície do mar.
O decreto do presidente Lula, publicado na edição da última sexta-feira do "Diário Oficial da União", prevê ainda que as empresas poderão recorrer do valor fixado pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).
O dinheiro arrecadado com a compensação ambiental é usado na conservação de parques nacionais e áreas federais de proteção ambiental.
O decreto tem a assinatura do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que foi vencido nas discussões com seus colegas Dilma Rousseff (Casa Civil), Geddel Vieira Lima (Integração Nacional), Edison Lobão (Minas e Energia) e Alfredo Nascimento (Transportes).

Até 2011: Territórios da Cidadania terão conexão banda larga – Sítio Eletrônico do MDA – 19/05/2009

O projeto Territórios Digitais acaba de ganhar um reforço importante por meio de um acordo de cooperação firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Comunicações (MC). A parceria prevê a instalação, até 2011, de

computadores com conexão em banda larga nos 120 Territórios da Cidadania.

É a primeira vez que o MC firma um acordo dessa magnitude com outro ministério. O objetivo é contemplar integralmente o meio rural com tecnologias da informação e comunicação. O MC ficará responsável por garantir computadores e conexão para as localidades, nesse caso os 120 Territórios da Cidadania. O MDA, por sua vez, vai coordenar a capacitação de instrutores e da comunidade no processo de inclusão tecnológica e desenvolvimento social.

Segundo a consultora de Inclusão Digital do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/ MDA), Rossana Moura, a ação conjunta vai permitir a implantação das **Casas Digitais** de maneira muito mais ágil, fortalecendo o desenvolvimento dos territórios. "Essa cooperação é essencial para o funcionamento das Casas Digitais, e também é o primeiro instrumento de negociação junto aos estados para que possamos conseguir novos parceiros para concretizar a etapa seguinte, que é a da capacitação", explica.

"A Casa Digital é um espaço público de exercício da cidadania. O acordo é mais um passo na consolidação das políticas públicas que visam à redução das desigualdades sociais através de mecanismos de inclusão tecnológica, desta vez, com um olhar lançado para o meio rural", afirma o gerente de projetos da Secretaria de Telecomunicações do MC, Jovino Francisco Filho.

Para Heliomar Medeiros de Lima, coordenador do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), órgão vinculado ao MC, o diferencial das ações do projeto Territórios Digitais é o envolvimento de diversos ministérios em prol de iniciativas que buscam o desenvolvimento social nas comunidades. "Com as ferramentas e recursos recebidos, as comunidades participantes podem transformar a própria realidade, divulgando sua cultura, produção, artesanato e outros tipos de conteúdo gerados", destaca.

EUA estabelecem limite de Emissão de poluente de carro – Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Meio Ambiente – 20/05/2009

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, anunciou ontem novas metas de eficiência para consumo de combustível e limites para emissões de poluentes de automóveis. As medidas devem resultaremreduçãode30% naemissão depoluentes até 2016 e aumento de 40% na eficiência do consumo de combustível.

Com as novas regras, veículos e caminhões leves terão de fazer, em média, 15,5 km por litroem2016. Hojeemdia,oparâmetro é de 10,5kmpor litro. Separando entre carros e

caminhões, a meta é de 16,5 km por litroparaautomóveisem2016 e 12,8 km por litro para caminhões. Como comparação, um carro econômico no Brasil faz hoje entre 15km/l e 18 km/l. “Este é um acordo histórico quevaiajudaraAméricaareduzir sua dependência do petróleo, diminuir a poluição e começaratransiçãoparaumaeconomia baseada em energia limpa”, disse Obama. Segundo a Casa Branca, o plano equivale a retirar 177 milhões de carros das estradas nos próximos seis anos emeio.

“Comoresultadodesseacordo, pouparemos 1,8 bilhão de barris de petróleo ao longo da vida útil dos carros que serão vendidos nos próximos cinco anos”, afirmou Obama. Neste período, a economia em combustível de automóveis equivale à soma das importações de petróleo feita pelosEUAnoano passado da Arábia Saudita, Venezuela, Líbia e Nigéria.

Em2007, o presidente George W. Bush assinou uma lei de energia que determinava melhora de 40% nos padrões de consumodecombustíveldecarros até 2020. Obama antecipou a meta em 4 anos e adotou os mesmos padrões rígidos que a Califórnia tentava adotar, mas sofria a objeção do governo Bushedasmontadoras.Obama tornou esses padrões nacionais, mascommaiorprazopara as montadoras os cumprirem.

“Pela primeira vez na história temosumapolíticanacionalvoltadaparaaumentaraeficiência dos veículos e redução a emissãodepoluentesdetodososcarros e caminhões vendidos nos EUA”, disse Obama.

As montadoras passaram anos brigando contra a imposição de padrões de quilometragem mais rígidos ou de limites para poluição veicular. Argumentavamque isso quebraria a indústria. Agora, com a Chrysleremconcordata e aGMprestes a entraremuma, o poder de barganha da indústria está reduzido.

Eas montadoras apoiaram o plano, pois acham melhor do que ter vários Estados estabelecendo padrões diferentes em prazos curtos. “A estrutura de um programa nacional vai nos dar mais clareza, certeza e flexibilidade para atingirmos as metas nacionais”, disse Alan Mulally, presidente da Ford.

Mesmoassim, não vai ser fácil.

AGM a firmou que seus carrosfazememmédia12,5kmpor litro, bem abaixo das metas. Os novos padrões de consumo e emissão também vão pesar no bolso do consumidor: cerca de US$ 1,3 mil por veículo, quando o plano estiver completo. Mesmo assim, a Casa Branca argumenta que a queda no gasto de combustível vai gerar economia de US$ 2.800 ao longo da vida útil do veículo.

Os ambientalistas comemoraram.

“Esta é uma das medidas mais significativas jáadotada por um presidente, na história, para acabar com nossa dependência do petróleo e cortar seriamente as emissões de poluentes que contribuem para o aquecimento global”, disse CarlPope,presidentedaentidade ambientalista Sierra Club. A decisão também resolve asdisputa jurídicasenvolvendo a Califórnia, que queria adotar suas próprias regras mais duras, e 13 outros Estados e o Distrito Federal, que queriam seguir os padrões da Califórnia. Comonovoplano,todososestados secomprometema seguir o padrão federal.

As montadoras terão de reduzirdrasticamenteaproduçãodeveículosmenoseconômicos, como picapes e sedas

maiores. O plano deve acelerar o desenvolvimento de carros menores e motores mais eficientes. Obama já havia criticado as montadoras americanas por terem resistido tantos anos a aceitar padrões de eficiência energética e redução de poluição.

A ausência de produçãodecarroseconômicosseria um dos motivos por trás daderrocadadaindústriaautomobilística americana.

Montadoras japonesas como Honda e Toyota estão muitonafrentedasamericanas,na fabricação de carros híbridos e econômicos. ●

Minc defende tratamento diferenciado para pequenos produtores rurais – Sítio Eletrônico do MMA – 20/05/2009

O ministro Carlos Minc disse nesta terça-feira que pretende incluir um capítulo no Código Florestal com previsão de incentivo econômico e fiscal para os pequenos agricultores e defendeu o tratamento diferenciado, o pagamento por serviços ambientais e a simplificação da averbação da reserva legal para a categoria. Minc se reuniu no MMA com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e Via Campesina para discutir pontos para alteração do Código Florestal.

Minc falou para o grupo que o MMA tem o propósito de fazer uma ali ança sólida com os produtores da agricultura familiar, e que existem propostas consensuais entre o órgão e as entidades representantes da categoria, como, por exemplo, a recomposição florestal e as críticas ao uso indevido de transgênicos e agrotóxicos.

Os membros das entidades, que se reuniram com o ministro para apresentar também suas reivindicações, ressaltaram a importância dos seguintes pontos: solicitação de um amplo programa de educação ambiental nas comunidades; manutenção do Código Florestal - com ajustes realizados a partir de ações normativas do MMA e resoluções do Conama; pagamento por serviços ambientais e a recomposição florestal, dentre outras ações, como o apoio ao crédito rural e assistência técnica aos pequenos produtores.

Para Frei Sérgio Görgen, do MPA nacional, a discussão sobre o Código Florestal "é uma oportunidade e não um problema. A agricultura familiar defende os seis princípios básicos do código, mas propõe pequenas alterações em questões periféricas, que devem ser adaptadas a cada bioma brasileiro, e não ferem os princípios centrais".

A representante nacional do MPA Maria Cazé disse que a agrobiodiversidade é fundamental para a sobrevivência dos pequenos produtores, e que nos últimos quatro anos houve um aprofundamento da questão ambiental no campesinato. De acordo com o representante da Via Campesina de Santa Catarina, Charles Reginaldo, os agricultores familiares da região desejam um debate político mais amplo para que o Código Florestal de Santa Catarina não seja aprovado, tendo em vista as tragédias ambientais que assolaram o estado.

Já Celso Ludwig, da Fetraf, disse que os movimentos estão dispostos a preservar e a realizar ajustes nos modos de produção, e solicitou o apoio do MMA para que os agricultores da região de Santa Catarina afetada pela seca (a pior dos últimos 60 anos) possam conhecer a tecnologia adequada para se tornarem "produtores de água", como vem acontecendo em regiões dos Estados Unidos. Os membros das entidades sugeriram também que as universidades públicas participassem dos serviços de georreferenciamento e que as madeiras apreendidas pelo Ibama possam ser utilizadas na construção de casas para os pequenos produtores.

Minc e os representantes dos movimentos alegaram que as áreas mais preservadas do País estão em comunidades tradicionais e em algumas extrativistas. O ministro ressaltou o decreto instituído pelo presidente Lula que garante o preço mínimo de 10 produtos extrativistas: babaçu, pequi, buriti, castanha-do-Brasil, andiroba, copaíba, seringa, carnaúba, piaçava e açaí.

Reação a mudanças nas leis ambientais une ambientalistas e pequenos produtores – Sítio Eletrônico do MMA – 20/05/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, parlamentares da bancada ambientalista do Congresso Nacional e o movimento social dos agricultores familiares encaminham, esta semana, documento de consenso ao presidente Lula em defesa do Código Florestal Brasileiro. A posição foi tomada hoje (20) em reunião convocada pelo ministro para reagir ao que vem sendo classificado pelo setor como uma ofensiva sem precedentes contra a legislação ambiental por parte da bancada ruralista no Congresso.

Segundo Minc, toda a sociedade tem que se unir em defesa do meio ambiente. Na análise do ministro a reação é necessária para que a luta em prol do Código Florestal seja eficiente. Não queremos uma derrota honrosa, disse. No encontro foram estabelecidas as bases para a carta em defesa da legislação ambiental.

A presença de um número expressivo de parlamentares, em dia de votação na Câmara dos Deputados, foi considerado o início do movimento de reação para barrar as alterações à MP 452, que flexibiliza a legislação ambiental e abre espaço para a ampliação do desmatamento. A aliança entre ambientalistas, o ministério do Desenvolvimento Agrário e a agricultura familiar, apoiada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara, mostra que já há consenso em 80% dos pontos, segundo reconheceram representantes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Federação Nacional da Agricultura Familiar e várias entidades que defendem o meio ambiente.

O movimento estuda um tratamento diferenciado para a legislação da agricultura familiar nas questões ambientais, o pagamento por serviços ambientais aos pequenos produtores, a regularização fundiária das pequenas propriedades e a desoneração, que implica em compensar áreas degradadas com doações de áreas preservadas. As divergências são apenas quanto a exigências de APPs e reserva florestal. A Contag defende que seja considerada a soma das duas áreas. A agricultura familiar, que as várzeas onde já existem culturas não façam parte da obrigatoriedade de recuperação.

Na reunião, que contou com o apoio de vários secretários estaduais de meio-ambiente, parlamentares defenderam o Código e rechaçaram as mudanças que estão sendo propostas pela bancada dos ruralistas. Segundo os parlamentares as mudanças seguem a linha de Santa Catarina, que propôs uma legislação estadual que extrapola o código.

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES) é necessário que a sociedade civil pressione pela aceitação pelo STF da Arguição de Inconstitucionalidade (Adin) que pede a revogação da lei catarinense.

A Terra agradece – O Globo – Opinião – 21/05/2009

Nos Estados Unidos, o presidente Barack Obama cumpre uma de suas mais esperadas promessas de campanha e estabelece rigorosos limites de emissão dos gases do efeito estufa para carros, utilitários e caminhões leves. No Japão, pela primeira vez na história da indústria automobilística, um automóvel híbrido foi o mais vendido no mês de abril.

Embora as duas informações sejam auspiciosas para o meio ambiente, a primeira tem um impacto colossal. Basta levar em conta o tamanho da frota americana: mais de 250 milhões de veículos para 300 milhões de pessoas — uma gigantesca fonte de poluição. (Para comparar: a brasileira é de 28 milhões para 190 milhões de habitantes). Ao adotar os novos parâmetros, Obama mais uma vez derreteu posições férreas do governo anterior, que

nunca aceitou os pedidos do governador da Califórnia, para que autorizasse a adoção no estado de limites mais rigorosos para as emissões de CO2 pelos veículos (outros 13 estados estavam dispostos a adotar os padrões da Califórnia). Bush não baixava normas nacionais nem deixava que a Califórnia e os 13 estados o fizessem. Deve ser levado em conta que a situação da indústria automobilística americana de certa forma favoreceu a decisão de Obama.

O maior fabricante (General Motors) e o terceiro (Chrysler) dependem do governo americano para sobreviver. E sua única saída será produzir mais e mais veículos híbridos, com tecnologia de ponta, num salto de qualidade para o futuro que a ordem executiva baixada por Obama estimula.

As regras começam a valer a partir de 2012 e vão se tornando mais rígidas até 2016, quando a frota de carros e caminhões dos EUA deverá ser 40% menos poluente que a atual. Isto é obtido exigindo mais economia de combustível. Hoje, o consumo estabelecido para os veículos americanos é de 9km/l (média entre os mais econômicos e os mais gastadores). Em 2016, a média subirá para 12,6km/l.

Obama já comprometera os EUA com a ambiciosa redução das emissões globais de CO2 em 80% até 2050. São medidas que deveriam animar outros grandes poluidores a agir. A China, por exemplo, pode reduzir as emissões de usinas a carvão. E o Brasil, combater as queimadas na Amazônia.

Todos precisam fazer algo.

Minc propõe alívio para pequenos agricultores – O Globo – O País – 21/05/2009

Ministro acusa ruralistas de insuflar produtores familiares contra mudanças no Código Florestal

Antevendo uma derrota no Congresso, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aliou-se a agricultores familiares para conseguir emplacar mudanças no Código Florestal. Para o ministro, pequenos agricultores devem ter tratamento diferenciado no que se refere à recomposição de áreas desmatadas porque, historicamente, são mais conservacionistas do que donos de grandes propriedades. Segundo o ministro, o agronegócio tem usado produtores familiares como massa de manobra para flexibilizar as leis.

— Os pequenos agricultores têm ciência ambiental. Vamos dar tratamento diferenciado à produção familiar, para fazer face ao rolo compressor dos ruralistas e terminar com esse terrorismo em cima do pequeno agricultor, que acaba sendo arregimentado para interesses daquele que quer passar a motosserra e o trator em cima do que restou — disse Minc. O ministro defende que agricultores familiares contabilizem de

forma conjunta as duas parcelas de terra que têm que preservar: as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e a reserva legal.

Com isso, sobra mais para o plantio comercial.

— É mais esperneio do que proposta. O maior inimigo é o governo — reagiu Mário Mantovani, da ONG SOS Mata Atlântica.

Eduardo Paes veta o Bolsa-Floresta - Natanael Damasceno – O Globo – Rio – 21/05/2009

Lei beneficiaria a quem vive em área de risco ou de preservação ambiental

Como havia antecipado, o prefeito Eduardo Paes vetou ontem o projeto de lei da vereadora Lucinha (PSDB) que cria o Bolsa-Floresta. Aprovado pela Câmara em abril, o projeto prevê a concessão de auxílio financeiro para moradores de favelas que vivem em área de risco ou de preservação ambiental para que conservem os ecossistemas.

Por isso, foi apelidado de "Bolsa-Invasão".

Em ofício enviado à presidência da Câmara e publicado ontem no Diário Oficial, Paes argumenta que o projeto é inconstitucional.

De acordo com o prefeito, a criação da bolsa "ultrapassa os limites da competência legislativa, ditando o conteúdo e impondo ao Poder Executivo Municipal o exercício de prerrogativas cuja natureza é discricionária." Paes afirma que a execução de todas as providências desejadas no projeto de lei criará despesas de natureza continuada sem a correspondente previsão de fonte de custeio — uma violação aos artigos 71, da Lei Orgânica; 167, da Constituição; e 15 e 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, o prefeito lembra que a proteção das coberturas florestais deveria ser um dever de todos, o que não justificaria a instituição do auxílio.

No fim da tarde de ontem, a vereadora Lucinha disse que já esperava o veto. Ela disse que tentará convencer os vereadores que votaram a favor de seu projeto a derrubar o veto do prefeito.

— É isso o que o prefeito tem feito com projetos de quem não é da sua base. Mas, depois de duas sessões, os vereadores viram a importância do projeto — disse Lucinha.

Quando foi aprovado, o projeto recebeu críticas não só da prefeitura, mas também da União, do governo do estado e de especialistas.

BNDES vai usar crédito na proteção ambiental – Daniele Carvalho – Estado de São Paulo – Economia – 22/05/2009

A possibilidade de oferecer taxas de juros diferenciadas para empresas com maior grau de responsabilidade ambiental e o desenvolvimento de produtos financeiros verdes são alguns dos objetivos da reestruturação da área de meio ambiente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A nova modelagem de operação ganhou forma há cerca de dois meses, quando o departamento de meio ambiente – antes na área de Planejamento – passou a atuar com autonomia, com status de área.

"Quem conhece bem o BNDES sabe o quanto é difícil criar uma nova área em sua estrutura", destaca o diretor de Mercado de Capitais, Meio Ambiente e Capital Empreendedor do BNDES, Eduardo Rath Fngerl. Para tocar as novas atribuições, definidas no fim do ano passado, que vão da padronização de exigências ao desenvolvimento de produtos financeiros para o setor, a equipe, antes com 15 pessoas, teve seu contingente multiplicado por cinco.

Uma das frentes tem por objetivo aprimorar e padronizar as exigências para liberação de crédito, o que, no futuro, poderia permitir cobrança diferenciada de taxas de juros de acordo com o comprometimento socioambiental dos projetos.

Para esse aprimoramento, o BNDES vai produzir 68 manuais setoriais, que servirão de referência para as exigências a serem cumpridas pelas empresas.

"A partir deste manual, as exigências do banco serão muitomais criteriosas e específicas", acrescenta o superintendente da área de Meio Ambiente, Sérgio Werguelin.

Os três primeiros guias a serem entregues aos técnicos do banco serão voltados aos setores sucroalcooleiro, pecuária e cultivo de soja, três atividades apontadas como as mais danosas ao meioambiente." As análises para enquadramento continuarão a ser feitas pela equipe da área de Planejamento, mas poderemos prestar consultoria se necessário", diz Fingerl. Outra vertente da nova área cuidará da criação de dois fundos de private equity (capital privado), para incentivar projetos que gerem créditos de carbono.

"Cada fundo receberá R$ 100 milhões do BNDES. Foram escolhidos dois gestores com experiência nesta área – BRZ, do grupo GP Investimentos, e La TourCapital –, que terão de formar fundos de, no mínimo, R$ 250 milhões, e, no máximo, R$ 400 milhões", diz Werguelin.

O terceiro braço de atuação da nova área cuidará da gestão do Fundo Amazônia, iniciativa do governo cujo objetivo é reduzir o desmatamento. O primeiro aporte, de US$ 100 milhões, foi feito pelo governo da Noruega, que se comprometeu em desembolsar até US$ 1 bilhão.

"O banco foi eleito gestor do fundo e pode investir até 20% em biomas fora do País.A idéia é buscar outros investidores, públicos ou privados. Se tudo der certo, podemos

nos tornar o segundo maior fundo ambiental do mundo, atrás apenas da instituição liderada pelo Bill Gates, que tem recursos de US$30 bilhões", aposta Werguelin.

PT ataca Stephanes, Mangabeira e Minc - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 22/05/2009

Partido diz que ministros da Agricultura e de Assuntos Estratégicos lideram ataque ao meio ambiente e à Amazônia

BRASÍLIA. O PT externou ontem pela primeira vez a briga que corre nos bastidores do governo entre ambientalistas e nomes ligados a agronegócio e infraestrutura. A Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do partido divulgou nota em que critica as posições dos ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

Stephanes e Mangabeira são acusados de atacar o código florestal brasileiro, cujas mudanças são debatidas no Congresso.

De Minc, o secretário Júlio Barbosa cobra posição mais firme contra "ofensivas" ao meio ambiente e à Amazônia.

"Esses ataques tendo como tropa de choque a bancada ruralista no Congresso Nacional são liderados pelos ministros da Agricultura e a Secretaria de Assuntos Estratégicos e se dirigem fundamentalmente à legislação ambiental, em particular ao código florestal, mas não ficam por aí", diz um trecho da nota.

Segundo Barbosa, que já apresentara essa posição no Fórum Social Mundial, no início do ano, a gota d'água foi a aprovação, pela Câmara, da MP 452, que flexibiliza o licenciamento ambiental de estradas, e da MP 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia: — Somos contra a regularização das terras a troco de nada.

O grileiro ocupou terra que estava ocupada por um ribeirinho.

É regularizar aquilo que os movimentos sociais na Amazônia repudiam. Tem gente que ocupou e que deveria estar na cadeia e não ter seu grilo regularizado.

Stephanes e Mangabeira não se pronunciaram. Minc respondeu que não pode ser acusado de ficar parado — Estou numa guerra contra ruralistas que querem flexibilizar a lei. Estou guerreando com vitórias e derrotas, mas não estou aceitando. A gente não tinha plano de clima, não tinha meta contra o desmatamento, não tinha Fundo Amazônia. Agora tem. Não posso ser acusado de ficar parado num canto e de não conseguir vitórias significativas.

Nota reclama que bancada não consultou o partido

A nota reclama da bancada petista, que teria discutido as mudanças no código florestal sem consultar as instâncias partidárias.

Também acusa deputados petistas de Santa Catarina de omissão no processo que diminuiu a Área de Proteção Permanente no estado.

O texto cita o seringueiro e líder sindical Chico Mendes: "O PT (...) não pode ficar na contramão de sua própria história. As memórias de Chico Mendes, Paulo Vinhas, Margarida Alves e tantos outros que tombaram defendendo as causas ambientais não devem ser esquecidas".

O deputado Maurício Rands (PT-PE) minimizou as críticas do partido. Para ele, divergências sobre temas sensíveis, como a flexibilização de proteções ambientais, são comuns em todos os partidos do mundo.

Stephanes defende práticas sustentáveis para evitar problemas ambientais – Sítio Eletrônico do MAPA – 22/05/2009

Brasília (22.5.2009) - O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu, hoje, durante entrevista à Rádio Bandeirantes, que a prática sustentável da produção agrícola é um dos instrumentos para garantir o uso responsável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. Stephanes lembrou que alguns sistemas já utilizam métodos sustentáveis, como o Plantio Direto na Palha, aplicado na produção da soja.

No caso do plantio direto, o ministro lembrou que, quando se mede o efeito estufa, percebe-se um resultado positivo, porque há mais sequestro de dióxido de carbono do que emissão. "No entanto, de acordo com a legislação em vigor, o Paraná, por exemplo, terá que diminuir a área plantada em quatro milhões de hectares e deixar de produzir 12 milhões de toneladas de alimentos. Por isso, é importante que continuem produzindo de forma correta", explicou.

Stephanes lembrou que a agricultura não pode ser a única responsável pelos problemas do meio ambiente. Usando, ainda, o exemplo do Paraná, que é responsável por um quinto da produção agrícola do País, o ministro afirmou que os mais graves problemas ecológicos daquele estado não estão na área rural, envolvem os rios que cortam as grandes cidades paranaenses. *(Da Redação)*

MMA apoia movimento contra desmonte da legislação ambiental – Sítio Eletrônico do MMA – Lucia Leão – 22/05/2009

A abertura da Semana Nacional da Mata Atlântica 2009, na manhã desta sexta-feira (22), transformou-se numa grande manifestação dos representantes de todos os segmentos que participam do evento - gestores públicos, ambientalistas, técnicos e acadêmicos - contra a operação desmonte - da legislação ambiental que, como frisou a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, não se restringe ao Código Florestal, mas atinge o arcabouço legal de proteção da biodiversidade por várias frentes, inclusive a Lei da Mata Atlântica.

Lembrando que hoje também se comemora o Dia Nacional da Biodiversidade, Ciça afirmou que a Convenção da Biodiversidade Biológica, como outros instrumentos, também está sofrendo grande pressão.

"As investidas contra o Código Florestal estão tendo mais visibilidade e, sem dúvida, são as mais perigosas. Mas há outros movimentos, certamente com a mesma origem, como o que tenta inviabilizar uma legislação para garantir a repartição dos benefícios dos recursos genéticos ou as mudanças que estão sendo propostas ao Código de Cultivares", frisou Ciça na solenidade de abertura, onde representou o ministro Carlos Minc.

As mudanças que estão sendo propostas ao Código de Cultivares visam restringir e burocratizar as licenças para produção de sementes e mudas, dificultando a participação de pequenos produtores nesse mercado. Na análise da secretária isso pode inviabilizar a meta de reflorestamento de 15 milhões de hectares em áreas degradadas da Mata Atlântica, o que demandará em torno de 23 milhões de mudas de espécies nativas.

A secretária apoiou a proposta do presidente da SOS Mata Atlântica, de as entidades ambientalistas desencadearem um grande movimento nacional a partir das suas bases de atuação, para frear as investidas contra o Código Florestal e informou que o Ministério do Meio Ambiente está finalizando uma detalhada exposição de motivos para subsidiar a Advocacia Geral da União numa Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a edição de leis estaduais em desacordo com a legislação ambiental federal, como a que fez Santa Catarina.

A Semana Nacional da Mata Atlântica 2009 acontece no Museu Afrobrasil, no Ibirapuera, uma bela representação da diversidade artística e cultural produzida ao longo de cinco séculos de ocupação da Mata Atlântica. Nesse período, o bioma que se estendia por

1.300.000 km2 perdeu completamente 73% da sua cobertura florestal nativa. O restante deve garantir qualidade de vida para 70% de toda a população brasileira, que depende da conservação dos remanescentes para manter nascentes e fontes, regulando o fluxo dos mananciais de água, ajudam a regular o clima, a conservar o solo e proteger escarpas e encostas de morros, além de conservar os recursos genéticos únicos.

Governo vai transferir 13% das terras da União na Amazônia Legal – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – 24/05/2009

Medida é parte da regularização fundiária; área equivale à França e metade dela vai para as mãos de particulares

O governo federal vai transferir13% de terras da União localizadas na Amazônia Legal. São 674 mil quilômetros quadrados – praticamente uma área igual a da França. Pelo menos metade dessa área, 340 mil km2, vai para particulares, apesar de o governo não saber quem a ocupa nem se essa ocupação foi pacífica ou de má-fé.

Os outros 334 km2 (área maior do que a Polônia) estão divididos oficialmente em 196 mil posses registradas no Incra, das quais cercade10% apenas são legais.

Mas o próprio governo acredita que esse número é muito maior. "Achamos que vamos a 300 mil posses", diz Carlos Guedes de Guedes, coordenador do programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA).

O Terra Legal é a divisão do MDA responsável por colocar em prática um dos textos mais polêmicos em discussão hoje no Congresso: a Medida Provisória 458/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária da Amazônia Legal. A indefinição sobre quantas posses há na região é apenas uma de suas facetas problemáticas.

Ambientalistas e grupos sociais a apelidaram de "MP da grilagem".

Em vigor desde fevereiro, a MP sofreu na semana passada uma série de modificações na Câmara que facilitam o processo para o posseiro tornar-se proprietário da terra que cobiça (*mais informações nesta página*).

O texto está no Senado, onde a relatora será a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Para Guedes, a intenção é desburocratizar."Anteserafeita uma análise imóvel a imóvel, que acabava transformando a regularização em exceção, não regra. Agora vamos identificar a situação de fato."

OPOSIÇÃO

Para ambientalistas, as modificações no texto não cumprema função social da posse prevista na Constituição – a de beneficiar quem precisa da terra para sobreviver–e vão premiar invasores que usaram violência.“

Esse não é um mercado em que todo mundo age de boa-fé. É o contrário. Há artimanhas clássicas, como a fraude de documento se laranjais, quando uma pessoa acumula mais de uma posse com o uso de laranjas”, diz o advogado Rauldo Valle,do Instituto Socioambiental (ISA). “Geralmente a posse do laranja se sobrepõe à do ‘legítimo’proprietário, o ‘seu Zé’,que é expulso. Hoje esse processo acontece de forma clandestina, mas será estimulado como título definitivo.”

Segundo Guedes, o MDA formará uma rede de denúncias anônimas para evitar que os “laranjais” virem latifúndios e os posseiros mais carentes não recebam o benefício.A rede seria alimentada por órgãos oficiais, como Ministério Público, organizações sociais e quem se predispor a falar. Cada denúncia, diz ele, será encaminhada para análise em campo – porém, só nos meses de seca, pois a chuva que atinge a região durante metade do ano interrompe estradas e inviabiliza a checagem.

“No inverno amazônico (*épocada chuva*), faremos trabalho de escritório para planejar a identificação de posses no verão.”

A falta de ordenamento territorial na Amazônia é um dos cernes do desmatamento. Não saber quem está na terra significa não saber o que é feito dela. Por outro lado, a regularização permite ao posseiro obter dinheiro para nvestir.“Essa MP é a legalização do crime. Os grandes posseiros que grilaram ou se apossaram de terras com violência, que devastaram a floresta e cometeram crimes ambientais, vão ser premiados em vez de receber punição”, afirma o advogado da Comissão PastoraldaTerranoPará,

JoséBatista Afonso. “Esse é um processo de privatização, que acontece sem debate e abre brecha para novas regularizações”,diz o pesquisador Paulo Barreto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

“Historicamente, é o que tem acontecido na Amazônia.”

‘Isso cria uma espécie de processo de enxugar gelo’

Para a ex-ministra do Meio Ambiente, que quer mudar aMP458,em menos de dez anos a terra volta às mãos de poucos

A senadora Marina Silva (PTAC), ex-ministra do Meio Ambiente, prepara-se para tentar derrubar no Senado artigos incluídos na MP 458/2009, que ela vê como desconectada da realidade fundiária encontrada na Amazônia Legal. “Quem estuda a situação fundiária sabe que, no caso da Amazônia, em menos de dez anos a terra é novamente concentrada nas mãos de poucos.” A seguir, trechos da entrevista.

Por que a sra. é contra esse texto que passou na Câmara?

Primeiro, dificilmente a pessoa vai declarar que a posse é ilegal, que a ocupação não foi mansa e pacífica. Outro aspecto é que, para passar a terra pública para um particular, há dois requisitos constitucionais: quando se trata de altíssima relevância social e quando cumpre com a função social da terra. Os que entraram ilegalmente e usaram violência não

cumprem a função social, e quem tem posses e não há nenhum problema social a ser atendido também não cumpre esse preceito. Além disso, foi estabelecido que, após três anos, pode haver a venda da propriedade. Isso cria uma espécie de processo de enxugar gelo. Quem assegura que ele não vai grilar nova terra para, daqui a alguns anos, outra MP legalizar o acesso novamente?

Os posseiros não têm direito à terra onde trabalham há tantos anos?

Quem estuda a situação fundiária sabe que, no caso da Amazônia, em menos de dez anos a terra é novamente concentrada nas mãos de poucos. Há um processo muito grande de concentração, até mesmo em projetos de assentamento. E também sabemos que há a figura do laranja, que divide uma propriedade com o cunhado, com o vaqueiro...

OMDAdiz que haveráumsistema anônimo de denúncia para evitar os laranjais. Qual é sua opinião?

A história não tem sido favorável com os poucos que conseguem denunciar. Os que ousam, mesmo os que fazem parte de alguma organização, que têm certa visibilidade e proteção social, são assassinados. O Estado é uma estrutura enorme e mesmo assim é impotente diante da violência. Não dá para o Estado se esconder atrás de pessoas vulneráveis.

O sistema é anônimo, mas os problemas têm um território. Os que conhecem o problema ficam muito próximos. As pessoas comuns não vão fazer isso (*denunciar*).

Qualé oimpacto ambientalque podemos esperar daMP458?

Essas pessoas terão crédito, não importa se houve boa-fé ou não na ocupação. Isso se reveste também em remoção da floresta. Minha crítica não é contra a regularização fundiária. Dentro de uma estratégia de ordenamento territorial, ela contribui para diminuir ilegalidades e o desmatamento. Se não for associada ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial, ela pode ter um grande impacto sim. Mas só vamos poder medir esse impacto nos próximos cinco, sete, oito meses. O texto tinha alguns problemas e outros foram agravados na Câmara.

Espero que no Senado a gente possa corrigir essas questões. O relator é que vai dizer se há prioridade para reparo desses problemas ou não.

Diálogo pode desengavetar projetos - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 24/05/2009

Ruralistas e ambientalistas têm cedido, o que deve permitir aprovação no Congresso de textos elaborados há anos

Um ainda tímido diálogo entre governo, bancada ruralista, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) eambientalistas pode enfim começar a tirar da gaveta projetos importantes para o meio ambiente e para o desenvolvimentodaeconomia–

alguns do século passado, como a emenda constitucional que torna o cerrado e o pantanal patrimônios nacionais. Outro define o que são resíduos sólidos, que acabou de completar 18 anos.

Nessa mudança de comportamento, osdois lados têm cedido e mudado a atuação.

Os ruralistas não falam em desmatamento.

Dizem não querer mais árvores no chão. Apenas manter áreas existentes para o cultivo de grãos e alimentos e para o gado. “Como não falamos mais em desmatamento e não queremos que isso ocorra, as torcidas organizadas acabaram”, diz a senadora Kátia Abreu (DEMTO), presidente da CNA e uma das líderes dos ruralistas.“Queremos que o meio ambiente seja respeitado, consolidar o que já existe e manter a cobertura vegetal”, acrescenta.

“A gente tem dialogado porque as duas partes estão cedendo. Também dá para perceber que há ruralistas que têm hoje posição mais centrada, que já pensam em resultados de longo prazo e não de curto, o que orientou o comportamento de muitos até aqui,apesar da pressão que as eleições exercem sobre eles, porque têm de dar satisfação para os eleitores, muitos também ruralistas. Também é preciso reconhecer que muitos deles estão fazendo a defesa legítima daquilo em que acreditam. Essa é a luta.O diálogo resolve”, afirma o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

Um dos primeiros passos para o início do diálogo aconteceu recentemente, na votação na Câmara da Medida Provisória 458, que regulariza posses na Amazônia de até 1,49 mil hectares. Os ruralistas asseguraram vitórias, como a garantia da indenização de benfeitorias, a possibilidade de compradas terras por empresas e o direito à ampla defesa em caso de desmatamento irregular; os ambientalistas mantiveram a exigência do respeito à legislação ambiental.

Além disso, no último dia 15, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto estabelecendo o teto de 0,5% para a cobrança da compensação ambiental.

Agora, o porcentual não se aplica mais sobre o valor total do empreendimento. Descontará do total os custos do licenciamento ambiental e da redução dos impactos sobre o ambiente.

Até o ano passado era cobrado 0,5% sobre o valor total da obra, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a norma até que outro decreto fosse feito. Quem obtiver o título da terra não poderá desmatá-la.

Além disso, o beneficiário da titulação em áreas desmatadas terá de demarcar áreas de preservação permanente e de reserva que deverão ser recuperadas no prazo de dez anos.Quem desobedecer perderá o título. Por causa da falta de diálogo, a votação de projetos que tratam da legislação ambiental foi deixada de lado nos últimos anos. Sem condições de votar o Código Ambiental, por prever derrota, mas pressionado pelo desmatamento na Amazônia, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) editou por 67 vezes uma medida provisória que estabeleceu novos parâmetros para a proteção da Amazônia, cerrado e mata atlântica. Trata-se da MP 2.166/67, de 1996, que nunca foi votada. Como o Congresso mudou a Constituição e os trâmites das MPs, a do

Código Florestal foi jogada num limbo.OSTF decidiu que ela e suas companheiras têm validade jurídica, até que se dê um destino a elas.

MUDANÇAS NO CÓDIGO

A bancada ruralista prepara ofensiva para mudar o Código Florestal, a começar do nome, que deverá ser Código Ambiental Brasileiro.

A intenção é apresentar projeto que estabeleça normas gerais a respeito do ambiente e deixar para a legislação estadual detalhes como a recomposição de áreas de proteção permanente.

"Queremos que as áreas consolidadas há décadas, importantes do ponto de vista socioeconômico, sejam preservadas", disse o diretor de Meio Ambiente da CNA, Assuero Veronez. "Se a legislação for aplicada, ninguém poderá trabalhar nessas áreas", prosseguiu. Desta vez, os ruralistas pretendem se preparar melhor e apresentar estudos científicos para defender suas posições. Contam com a ajuda de dois pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Nos estudos dizem que a lei atual impede o crescimento da atividade econômica e que não há base científica para transformar morros e encostas em área de proteção permanente.

Para a senadora Kátia Abreu, a Constituição dá razão aos ruralistas quando defendemumcódigo enxuto, que deixa para os Estados a definição a respeito das áreas de proteção permanente e de reserva legal. "Estamos só querendo cumprir a lei", afirmou Kátia Abreu.

Em reunião com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, parlamentares ligados a ambientalistas e representantes de agricultores familiares e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) decidiram que vão lutar contra mudanças que consideram descabidas no Código Florestal.

Mas querem um tratamento diferenciado para a legislação da agricultura familiar nas questões ambientais, o pagamento por serviços ambientais aos pequenos produtores, a regularização fundiária das pequenas propriedades e a desoneração, que implica compensar áreas degradadas com doações de áreas preservadas.

Floresta pode ajudar a tirar o Brasil da crise financeira – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 24/05/2009

País pode ser "melhor que a Suécia" se investir em uso sustentável, diz diretor do Bird

O BRASIL pode dar um salto de desenvolvimento se aproveitar a farra de gasto público ocasionada pela crise econômica global para investir em três setores: reforma na Previdência, inovação tecnológica e... preservação ambiental. Quem sugere essa receita inusitada não é um ambientalista maluco, mas sim um dos caciques do Banco Mundial, o economista indiano Vinod Thomas, 59. Na semana passada, ele apresentou no Fórum Nacional, no Rio, uma análise sobre como os Brics (Brasil, China, Índia e Rússia) podem fazer frente às duas crises que se abatem ao mesmo tempo sobre o mundo, a financeira e a climática. E disse que o Brasil investe pouco ou investe errado justamente na área em que teria mais vantagem sobre os outros países: o uso sustentável de seus recursos naturais. Leia a seguir a entrevista que Thomas concedeu à **Folha** na última quinta-feira, num hotel em São Paulo.

★

FOLHA - O sr. propõe que a resposta brasileira à crise seja baseada num tripé: reforma da Previdência, inovação tecnológica e uso da floresta. Como assim?
VINOD THOMAS - Esta é uma crise que pode ser desdobrada em duas. Uma delas é a crise financeira. Há uma resposta financeira sem precedentes a essa crise, na forma de expansão fiscal. A segunda crise é o aquecimento global. Se permitirmos que se instale plenamente, será várias vezes maior que a crise financeira. Os países têm agora uma oportunidade de investir a expansão fiscal de um jeito diferente. Muito raramente você consegue de 2% a 5% de aumento nos gastos fiscais em tempos normais. Hoje, essa expansão para 2009/2010, nos países do G20, é de 5% do PIB. Como isso será investido? Vai ser a mesma coisa de sempre?

FOLHA - Há diferenças fundamentais entre ambas as crises, não? A financeira é um problema da economia, e o aquecimento global se deve a fatores que não entram normalmente nos cálculos econômicos.
THOMAS - A crise financeira que o Brasil, a Índia e a China enfrentam hoje é resultado da ação dos países industrializados. A crise do clima também é resultado primariamente da ação dos países industrializados no passado.

FOLHA - De volta ao Brasil...
THOMAS - O Brasil está numa posição na qual pouquíssimos países estão hoje. Numa comparação entre os Brics, em três décadas, o Brasil teve taxas de crescimento modestas. A grande melhora do Brasil foi na distribuição de renda. Se a crise tivesse batido no país há dez anos, ela seria muito, muito mais grave. Por que então eu digo que não basta cuidar da crise financeira? Quando os países saírem desta crise, haverá mais ganhos de eficiência em toda parte. É possível que a geração de empregos seja atingida gravemente por causa disso. Então, para ser competitivo, criar empregos e lidar com os efeitos climáticos, o Brasil tem uma oportunidade de revisar sua estratégia de crescimento.
O Brasil tem uma vantagem enorme em três áreas onde ele não está investindo ou está

investindo mal. Veja a proporção entre gastos do governo em bens públicos divididos por bens privados, que incluem a Previdência.
Bens públicos incluem infraestrutura, educação, ambiente e coisas assim. Essa razão deveria ser alta, não baixa. O Brasil tem a razão mais baixa entre os Brics. O governo investe mais em coisas privadas -subsídios a capital, crédito dirigido, previdência e gastos burocráticos - do que em coisas públicas.

Em segundo lugar está a inovação. Em inovação, patentes ciência e tecnologia, o Brasil poderia ter uma vantagem, mas investe pouco.

FOLHA - Como mudar?
THOMAS - O setor privado precisa embarcar, não o governo. O Brasil mostrou fagulhas na ciência e na indústria muito mais altas que na Índia. No setor aeronáutico, por exemplo. Mas é algo que não se dissemina, porque reflete a má distribuição da educação no passado. A terceira é a área na qual o Brasil tem a maior força no mundo: recursos naturais. Não há dúvida de que esses recursos serão cada vez mais valorizados nos próximos 50 anos. O Brasil tem a razão mais favorável de terra, água e floresta per capita do que qualquer outro país, então deveria ser uma área na qual o país estivesse investindo, não destruindo! Mas essa área tem uma dificuldade: ela depende da valoração global de recursos como o carbono de florestas. E o mercado para isso não está desenvolvido.

FOLHA - A expressão "capital natural" pode se aplicar tanto a terras para agricultura quanto a florestas em pé. E, hoje, essas duas definições estão em conflito no Brasil.
THOMAS - Se investir em terra significar destruir floresta, você ganha de um lado e perde do outro. Se a coisa fica só na mão dos agentes privados locais e não há direitos de propriedade, esses agentes explorarão a terra e destruirão a floresta. Se há direitos de propriedade e a valoração reflete o que o Brasil pode ganhar do global ao longo dos anos, o valor de cortar a floresta fica reduzido.
Há um cálculo comparando o valor de um hectare de pasto com um hectare de carbono: são US$ 200 contra US$ 10.000 por ano. A questão é: se é assim, por que não acontece? Um, porque os direitos de propriedade não são claros. Dois, há um conflito entre Estados e o país. Três, há um conflito entre o país e o global, porque o mercado global de commodities transfere imediatamente para o país o valor dos grãos e não reflete o valor da floresta.

FOLHA - Preservar é trocar dinheiro certo e saldo comercial positivo por uma possibilidade futura, não? THOMAS - Na velha mentalidade, você precisava eliminar a floresta para criar gado. Hoje nós temos evidências de que ambos podem coexistir em grandes extensões. Há exemplos na Amazônia colombiana. Mas, se a situação ficar como está, os ganhos futuros pela preservação da floresta serão muito reduzidos, e o Brasil jogará

fora a maior carta que tem, que é a mesma que a Escandinávia tinha, para se desenvolver de maneira dramática.

FOLHA - Como funcionou lá? O Brasil poderia virar uma grande Suécia?
THOMAS - O Brasil pode ser melhor que a Suécia, porque a Suécia tem uma fração da floresta que o Brasil tem. Mas o Brasil precisa de três coisas que a Escandinávia teve: um, práticas sustentáveis de extração de madeira; dois, investir os ganhos no aumento do valor agregado da cadeia produtiva.

A Nokia começou como uma empresa madeireira. E três uma mudança de pensamento, no sentido de achar que proteger florestas é desenvolvimento, em vez de pensar que você tem de eliminar os recursos naturais para se desenvolver.

FOLHA - Então, por essa lógica, o Ministério do Meio Ambiente deveria ser o que tem mais verba, não um dos que têm menos...
THOMAS - Esse é o paradoxo. Recursos naturais, ambiente, água e até turismo deveriam ser áreas de reforço, onde você iria querer muito, muito mais investimento -tanto do governo quanto do setor privado.

FOLHA - O sr. critica no seu artigo um "retrocesso" na mudança de uma lei para permitir a pavimentação da BR-319, que corta uma extensa área preservada na Amazônia, sem estudo de impacto ambiental.
A infraestrutura no Brasil ainda é feita com a mentalidade antiga? THOMAS - [pausa] Há espaço para fazer infraestrutura com sustentabilidade muito maior. Mas a questão é: qual país faz do jeito certo? A China faz? A Índia faz? Ninguém faz! É por isso que eu uso o termo "liderança": o Brasil poderia ser líder em combinar infraestrutura com preservação ambiental.

FOLHA - Falta visão ao governo?
THOMAS - Vamos pular o governo! [risos] O que você tem a ganhar com mais cuidado ambiental no Brasil é muito mais do que na China ou na Índia. O planejamento ambiental faz mais diferença para o Brasil do que para esses países.

FOLHA - Pode dar um exemplo?
THOMAS - Maiores esforços para combinar gado e floresta, por exemplo. O Brasil tem muito a ganhar. Na Índia e na China não sobrou muita coisa.

Risco ambiental – O Globo – Opinião – 24/05/2009

A escolha de Marina Silva para a pasta do Meio Ambiente foi saudada como uma vitória dos movimentos que há tempos vinham na luta por uma política responsável na área. A ministra significava o ponto mais alto de uma trajetória que já visitara as profundezas do descaso, quando, na ditadura militar, autoridades, para atrair investimentos estrangeiros, alardeavam que o país receberia de braços abertos indústrias poluidoras.

Mas foi uma gestão difícil. Não apenas por um descuido quase cultural do brasileiro com a natureza, como, também, pelo aparelhamento — doença endêmica no governo Lula — do Ibama, convertido em trincheira radical contra projetos essenciais para o país na área de energia. A escolha de Carlos Minc para substituir a ministra imprimiu ao ministério um pragmatismo necessário. Deputado fluminense pelo PT, secretário no governo Sérgio Cabral, Minc chamou a atenção de Lula pela capacidade de chegar a soluções negociadas na aprovação de projetos potencialmente perigosos ao meio ambiente no RJ. O novo ministro começou a executar o que dele se esperava. Até que, na proverbial permeabilidade do governo federal diante de pressões nem sempre legítimas de bancadas corporativistas no Congresso, alguns recuos ocorreram na política ambientalista, para a preocupação do mais pragmático dos observadores da cena política e econômica do país.

Concessões feitas à bancada ruralista no Congresso mobilizam o PT . O que não passava de um previsível burburinho anti-Minc, inspirado por ecorradicais, ganhou massa crítica, e agora é a própria Secretaria de Meio Ambiente do PT que atua às claras contra essas concessões.

Na mira, além de Minc, estão o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes — nenhuma novidade —, e Mangabeira Unger, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, por causa de suas propostas para a Amazônia.

Já existe um substancial contencioso.

Nele, entre outros tópicos, estão o Código Florestal, duas medidas provisórias (458 e 450) — sobre a regularização fundiária na Amazônia e as regras para construção de pequenas hidrelétricas — e um decreto presidencial, baixado para estipular uma taxa de compensação sobre projetos que danifiquem o meio ambiente. Há acusações de que o governo baixou a guarda aos interesses de latifundiários amazônicos, abriu brechas que permitirão a construção de hidrelétricas de baixa produção e enormes lagos, como Balbina — desastre ecológico chamado de usina —, e que foi leniente ao estabelecer o baixo teto de 0,5% para a taxa de compensação sobre investimentos perigosos. Cabe o alerta: o meio ambiente não pode servir de mercadoria no comércio do toma lá dá cá da política fisiológica em vigor no Congresso e no Planalto.

Estabilidade atrai investidor Externo para plantio de florestas - Paulo Justus – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/05/2009

Grau de investimento despertou interesse de fundos insatisfeitos com rentabilidade baixa em outros mercados

O investimento estrangeiro em florestas sempre foi tímido no Brasil. Nos anos 1990, uma ou outra iniciativa de capitalderisco chegou a apostar no manejo florestalsustentávelnaAmazônia.

Mas, nos últimos anos, o País começou a atrair aportes de grandes fundos florestais interessados em investimentos de longo prazo.

Esses investidores querem distância da Amazônia e do risco que a região oferece. Passaramainvestiremflorestasplantadasprincipalmente depoisda conquista da maior estabilidadeeconômicado Brasil nos últimosanos, apesardejáconhecerem o grande potencial do País em termos de produtividade.

"Apósoinvestment grade, se abriu um leque para os fundos americanosqueantes,porestatuto, não poderiam investir aqui", diz John Forgach, presidentedoFundoEquator, queinveste em projetos ambientais.

A nova tendência começou a se desenhar a partir de 2001, quando a Global Forest Partners(GFP)iniciouoinvestimentonoBrasilcomacomprade60 mil hectares de pinus no Paraná." Esseéatéhojeumdosmaiores maciços florestais sob propriedade de um fundo no Brasil", diz o economistada consultoria florestal Consufor, Éderson Almeida.

Em2002, foi a vez da HancockTimberResourceGroup, outra gigante norte-americana, vir para o País. De 2005 a 2008, outros oito fundos internacionais fizeram omesmocaminho. De acordo com levantamento da Consufor, eles investiram R$ 2 bilhões no Brasil até o ano passado.Onúmeroaindaétímido, se comparado ao que elas têminvestidoemoutros países.

Neste ano, a única negociação conhecida foi a compra de 10 mil hectares, em Mato Grosso, pela Phaunos Timber Fund Limited. O investimento total no projeto deve chegar a US$ 150milhões.Atéofimdeabril,o fundohaviadesembolsadoUS$ 47,5 milhões.

O interesse internacional despertou a atenção de fundosbrasileiros.

AClaritasInvestimentoslançouemjaneiroo fundo Floresta Brasil, de R$ 101 milhões, de olho num cenário de juros em queda.

Aexpectativa é que,coma queda da taxa básica de juros no Brasil, os fundos florestais se tornem uma alternativaparaosfundosdepensão e grandes investidores do País. "As nossas projeções de taxa de retorno vão de 10% a 20%, significativamente superiores à Selic (taxabásicadejuros)" dizogestor do fundo, Marcelo Sales.

Esses fundos captam recursosparaaplicaçãoemativosflorestais.

Ofinanciamento geralmente se encaixa na estratégia de baixo risco de fundos familiares ou formadospordoaçõesauniversidades, daEuropaedosEstados Unidos. São projetos de longo prazo porque os ciclos de maturação das florestas são longos.

NoBrasil, o setor tem sido puxado por causa da queda da rentabilidade das florestas nos países emque os fundos já estão presentes. SegundoForgach, oBrasilapresenta um retorno maior e possui terras disponíveis para a expansão. “O Brasil está sendo promovido a vácuo, por falta de opções no mundo”, diz.

O investimento ainda encontraalgunsproblemas, como a burocracia para abrir novasempresasnoPaís. Isso porque os aportes precisam ser feitos por uma empresa ouumfundodeinvestimento emparticipações estabelecido no Brasil.

“A demora de pelo menos uns dois meses para se abrir uma empresa – o que, para um estrangeiro, é o fim do mundo–,demonstraqueainda estamos atrasados”, diz o Advogadoespecialistaeminvestimento florestal Aldo de Cresci.

Mas, uma vez estabelecida a empresa, o gerenciamento dos investimentos fica fácil. Cresci elogia o sistema de fluxo de capital brasileiro.

“ Tem uma dificuldade burocrática para iniciar, mas depois o retorno funciona muito bem.”

Fundos querem fornecer madeira para fabricantes de papel e celulose – Paulo Justos – Estado de São Paulo – Economia – 25/05/2009

As maiores proprietárias de florestas no Brasil receberam umgrande choque no ano passado, com a eclosão da crise financeira.

As empresas do setor de papel e celulose tiveram perdas bilionárias, o que trouxe oportunidades de aquisições de parte dessas florestas por fundos de investimentos.

Aintençãodosfundosépassar a fornecer madeira para as fabricantes de papel e celulose, algo que era mais difícil de ocorrer no passado, quando as empresas estavam capitalizadas.

“Estamos num momento em que vários desses grandes consumidores procuram um contratodesuprimentodelongo prazo. Essa junção não havia ocorrido até agora”, diz o diretor da gestora de florestas Brazil Timber, Henrique Aretz.

DeacordocomJohn Forgach, presidente do Fundo Quator, deinvestimentosemprojetos ambientais, algumas empresas do setor venderam de 2% a 7% de seus ativos florestais como forma de se capitalizar para enfrentar a crise.

Para o diretor de investimento da gestora florestal RMS, Fábio Brun, apareceram mais oportunidades. “ComprardeumaAracruzera impossível, agora eles já estão dispostos a discutir. Arealização do negócio é outra história”, diz.

POTENCIALIDADE

As fabricantes de papel e celulosepossuem1,7milhãodehectaresdeflorestas plantadasno Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

As indústrias estrangeiras do setor também são fortemente atraídas pelo desempenho das florestas brasileiras.

"Há muita obsolescência nesse setor e é claroque esses países vão buscar os polos de maiorprodutividade",comenta a presidente da Bracelpa, Elizabeth de Carvalhaes.

Exemplodessamudançana indústriadaEuropaparaocontinente sul-americano é o investimento que a finlandesa Stora Enso anunciou no Uruguai, no início da semana passada.

A empresa adquiriu 130 milhectaresdeflorestaplantada em parceria com a chilena Arauco.

Opresidente da Stora Enso naAméricaLatina,OtávioPontes, diz que o Brasil é o país com maior potencialidade de produção na América Latina.

"Existe uma contínua evolução na produtividade brasileira, graças a evolução da adaptação de espécies e da pesquisa no setor." Apesar das investidas, o especialistaempapel e celulose da consultoria Korn Ferry, Jay Millen, diz que as empresas do setor não devem abrir mão das florestas,umde seus principais ativos. "No fim do dia, os valores estão nos recursos palpáveis, na terra e nas árvores."

Mais um passo, atrás – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 25/05/2009

MESMO correndo o risco de parecer repetitiva, os fatos o justificam. A atual temporada de caça à proteção ambiental não dá mostras de arrefecer. O último lance foi o decreto do governo, editado na semana passada, que fixa o teto de 0,5% para a compensação ambiental.

Para entender: a lei obriga, desde 2000, que as empresas compensem os impactos ambientais provocados por seus empreendimentos, por meio da contribuição de pelo menos 0,5% do investimento para a criação e manutenção de unidades de conservação. A lei não estabelece um teto, mas diz que o percentual deve ser definido pelo órgão ambiental em função do grau do impacto do empreendimento.

Não se trata de colocar preço na destruição ambiental, mas de reconhecer que nem todos os impactos ambientais podem ser eliminados ou mesmo diminuídos. Nesses casos, não há outra medida de proteção ao meio ambiente que a compensação pelos danos causados. É o princípio do poluidor-pagador. Mas esse instrumento da política ambiental vinha sendo utilizado com dificuldade, tendo em vista questionamentos judiciais, entre eles a ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Confederação Nacional das Indústrias. Apesar disso, muitas empresas adotaram a compensação como política corporativa, valorizando seus ativos e sua imagem pública.

No início do ano passado, o STF decidiu que a compensação ambiental é legítima e constitucional e seu valor deve ser calculado com base no impacto, e não no tamanho do

investimento.
Agora, o decreto governamental definiu a forma de cálculo da compensação, privilegiando a redução dos custos financeiros, e não a diminuição dos impactos ambientais. O que era um piso de 0,5% sobre o valor do investimento, que poderia variar até 2% ou 2,5%, como vinha sendo discutido, passou a ser o teto.
Argumenta-se que os investimentos no pré-sal serão gigantescos, o que justificaria a redução do percentual da compensação ambiental. Não há melhor exemplo para mostrar o quanto ela é necessária. A exploração do pré-sal colocará na atmosfera bilhões de toneladas de carbono.
O governo deveria ser o primeiro a considerar que, se é importante explorar mais petróleo, é igualmente importante criar condições para mitigar os efeitos ambientais de seu uso. Não se trata de um "desperdício" financeiro, mas de um investimento essencial para enfrentar as consequências do aquecimento global.
No entanto, prevaleceu a lógica da redução de custos. Resta saber quanto essa lógica estreita irá custar à sociedade.

Al Gore quer empresas em acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 25/05/2009

DA ASSOCIATED PRESSE

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e Al Gore, Prêmio Nobel da Paz e ex-vice presidente dos EUA, falaram ontem a mais de 500 líderes do mundo empresarial e tentaram sensibilizá-los para que ajudem os países a concluírem o acordo do clima no final deste ano, em Copenhague.
Entre os participantes do fórum empresarial sobre mudança climática estavam os principais executivos da PepsiCo e Nestlé.
Apesar da crise financeira, os dois disseram que não é possível esperar mais para definir os cortes de emissão de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global. "Temos que fazer [o acordo] neste ano. Não no próximo ano", disse Al Gore.

Minc e ruralistas trocam ofensas – João Domingos – Estado – Nacional – 28/05/2009

Ministro chama grandes produtores de ‘vigaristas’ e é acusado por Caiado de ligação com o tráfico do Rio

Os desentendimentos entre ruralistas e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, antes restritos às questões ambientais, descambaram ontem para agressões e ofensas entre as duaspartes.Numatodeagricultoresfamiliaresemfrenteaoórgão que dirige, Minc defendeu tratamento diferenciado para elesnoCódigoFlorestal.Esugeriuqueficassemlongedosruralistas, porque estes, segundo ele, não são confiáveis. Os ruralistasreagiramimediatamente.

Com um boné da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), uma das entidades que organizaramoGritodaTerraepromoverammanifestações, emBrasília, Minc afirmou que a boa aliançaécomomeioambientee não com os ruralistas.E atacou osrepresentantesdoagronegócio.

"Os ruralistas encolheram o rabinho de capeta e agora fingem defender a agricultura familiar.

Éconversa para boi dormir.

Não se deixem enganar.

São vigaristas. Não é a CNA (*ConfederaçãoNacionaldaAgricultura e Pecuária*) que fala em nome da agricultura familiar, é a Contag e outros movimentos sociais", disse Minc.

Em seguida, o líder do DEM naCâmaraeumdosdefensores da bandeira dos ruralistas, Ronaldo Caiado (GO), foi à tribuna rebater Minc. "Esse ministro não tem moral para criticar os ruralistas. Ele tem ligação com o tráfico da Rocinha edoMorro do Borel, tanto para se manter financeiramente quanto para o consumo",atacouCaiado.Minc não quis responder a Caiado.

Porintermédiodolíderdogoverno, Henrique Fontana (PTRS), mandouumpedidodedesculpas aos ruralistas. Disse que não havia pensado em agredilos e que deseja manter o diálogo.

Porfim,afirmouquepublicamente queria retirar todas as expressões que pudessem ser consideradas agressivas. Caiado, ao contrário de Minc, não retirou nada do que disse.

Na defesa que fez da agriculturafamiliar, Mincdissequeela tem de ser tratada de outra forma."

Nãoécorretotrataroagricultor familiar, que tem 50 hectares e trabalha com a família, damesmaformaqueaqueleque tem 100 mil hectares e às vezes empregaboias-friaseatétrabalhadores em situação análoga à da escravidão", disse Minc, de cima deum trio elétrico.

ONG apura redução no desmatamento - Soraya Aggege – O Globo – O País – 28/05/2009

Queda teria sido de 35% em março e abril, em relação ao ano passado

SÃO PAULO. O desmatamento da Amazônia Legal diminuiu 35% no meses de março e abril deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. As últimas medições

por satélites mostram que foram destruídos 57 quilômetros quadrados em março e 121 quilômetros quadrados em abril deste ano. A redução foi de 50% em relação a março de 2008 e de 22% em relação a abril de 2008, o que dá a média de 35% de redução. As informações são do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), mantido pela ONG Imazon Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Os dados, no entanto, podem estar subestimados. Durante os dois meses de 2009, a Amazônia estava com 65% de cobertura de nuvens, o que impede a análise completa dos satélites. Em março de 2009, o desmatamento foi maior em Mato Grosso (39%) e Roraima (34%), seguido de Rondônia (13%), Acre (7%), Amazonas (6%) e Pará (1%). Em abril, 45% do desmatamento ocorreu em Mato Grosso, seguido do Pará com 32% e Roraima com 14% e o 9% restantes no Amazonas, Rondônia e Acre.

Desde setembro de 2008, o SAD também registra a degradação florestal oriunda de áreas que sofreram intensa exploração madeireira ou que sofreram incêndios. De acordo com o SAD, as florestas degradadas alcançaram em marco e abril de 2009 respectivamente 14 e 300 quilômetros quadrados.

Em março e abril de 2009, a cobertura de nuvens na Amazônia Legal continua acentuada, correspondendo a cerca de 65% da região, o que pode ter subestimado os dados de desmatamento nesse período.

Quando se discutirá o clima por aqui? – Washington Novaes – estado de São Paulo – Espaço Aberto – 29/05/2009

Quem houver passado os olhos pelo noticiário dos últimos dias terá lido sobre a série de reuniões internacionais em que se discutem, com números dramáticos e declarações candentes, as mudanças climáticas no mundo. Certamente também terá lido e visto o que está acontecendo de "eventos extremos" no Brasil, do Norte e Nordeste ao Sul do País. E provavelmente terá concluído que, se o panorama é esse, o Brasil está devendo muito em matéria de uma política adequada para essa grande questão – ainda que esta ou aquela personalidade diga que o governo brasileiro já aceita (mas não há declaração oficial e categórica) discutir compromissos obrigatórios de redução de emissões, pois estamos entre os maiores emissores do planeta.

Pode-se considerar a atenuante lembrada pelo diplomata Luiz Alberto Figueiredo – que tem sido negociador brasileiro na Convenção do Clima – de que "nem todas as cartas estão na mesa" e só o estarão em dezembro, na reunião de Copenhague (*Agência Brasil*, 20/5), última esperança de um acordo que substitua o Protocolo de Kyoto, que chega ao seu término. Mas nos próximos dias começa em Bonn, na Alemanha, a penúltima reunião preparatória da negociação final. E ainda continuamos perdidos em discussões sobre nossa matriz energética, planejando 68 usinas termoelétricas movidas a combustíveis fósseis

(inclusive carvão mineral), altamente poluidoras, deslembrando nosso extraordinário potencial em energias "limpas" e renováveis. Também não nos lembramos do que foi dito há poucos dias ao jornalista Cláudio Ângelo pelo respeitado economista indiano Vinod Thomas: o Brasil pode "dar um salto" no desenvolvimento se aproveitar gastos públicos para investir em alguns setores, entre eles "preservação ambiental"; nossa situação em matéria de recursos naturais (terra, recursos hídricos, recursos florestais) é absolutamente privilegiada no mundo, disse ele. Mas seguimos fazendo de conta que não é importante.

Enquanto isso, sucedem-se as discussões no mais alto nível mundial. O primeiro "rascunho" da ONU para Copenhague chega a cogitar da eliminação das emissões pelos EUA e pelo Japão até 2050 (*Bloomberg*, 21/5), enquanto propõe reduções de 25% para China, Brasil e Índia (é um dos textos segundo o qual o Brasil "aceita negociar"; a China, não). Mas o documento trata de muitas outras questões: créditos florestais, comércio de emissões, tecnologia de captura e armazenamento de carbono, recuperação de áreas úmidas, manejo do solo na agricultura, setores com "emissões móveis" (aviões e navios), energia nuclear. Os países industrializados, nesse documento, deveriam contemplar a hipótese de baixar suas emissões em 45% (sobre os níveis de 1990) até 2022. Um dos maiores obstáculos está na China, que garante chegar a uma redução só com programas de eficiência energética, que reduziriam em 4% a cada ano seu consumo por unidade do PIB, embora 80% de sua energia provenha de usinas a carvão (que dobraram em uma década). "Estamosnummomento dramático da história humana", afirmou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. "Nosso planeta está se aquecendo a níveis perigosos." E "só temos 200 dias até Copenhague para resolver".

Talvez premido pela circunstância, o Comitê de Comércio e Energia do Congresso norte- americano decidiu apoiar as propostas do presidente Barack Obama para o setor: corte de 17% nas emissões (sobre o nível de 2005) até 2020 e de 83% até 2050, além da elevação das energias renováveis (eólica e solar) para 15% do total. Mas a votação no plenário só ocorrerá em agosto e os republicanos mantêm forte oposição, com apoio de vários setores econômicos.

Obama também anunciou metas para redução de 30% no uso de combustíveis, que aumentarão a eficiência dos veículos em 40% até 2016. Segundo o presidente, isso equivalerá a retirar 177 milhões de carros das ruas e estradas em seis anos emeio.

Mais complicado para o Brasil é o que informa a correspondente Patrícia Campos Mello (**Estado**, 19/5): o Congresso dosEUAestuda criar uma "tarifa verde" sobre produtos importados de países que não limitem suas emissões de poluentes.

Talvez haja controvérsia no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), embora esta admita medidas que protejam recursos naturais. Mas se for adiante poderá atingir nossas áreas de carnes (emissão de metano), grãos (desmatamento e uso do solo), madeiras e outras.

Também preocupante para o Brasil é o alerta de relatório da ONU sobre o "crescimento galopante de favelas" no mundo e as vulnerabilidades diante de "eventos extremos" decorrentes das mudanças do clima.

Essas áreas, onde moram 900 milhões de pessoas no mundo (mais 25 milhões por ano), são uma parte cada vez mais destacada nas emissões (66% do total dos gases é emitido nas cidades) e nos grandes desastres, principalmente na Ásia.

Não são as únicas ameaças.

O Massachusetts Institute of Technology (MIT) manifestou (**Estado**, 20/5) preocupação com seus cálculos de que o aumento da temperatura no planeta pode chegar a 5,2 graus Celsius até 2100. Outros cientistas endossam as preocupações com o crescimento das emissões de metano no Ártico.

Com tantas ameaças, afinal o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas decidiu mapear a vulnerabilidade das dez maiores cidades brasileiras, "para direcionar políticas públicas de adaptação às mudanças" (disseminação de doenças, influência sobre recursos hídricos, agravamento de inundações e secas, mudanças em zonas costeiras). Para que se veja nosso retardamento nessa matéria, a resolução de mapas que permitam avaliar elevações no nível do mar é hoje de 50 centímetros, quando precisaria captar a partir de 1 a 2 centímetros.

É preciso muito mais. O governo federal continua devendo à comunidade científica e à sociedade uma discussão franca e corajosa sobre nossa política – ou sua falta – na área do clima.

Minc acusa ministros de jogo duplo na área ambiental – Estado de São Paulo – Capa – 29/05/2009

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) acusou ministros de fazer jogo duplo. "Vários ministros combinavam uma coisa aqui (com Lula) e depois iam ao Parlamento,cada um com a sua machadinha, patrocinar emendasqueesquartejavamalegislação ambiental", disse, após encontro com o presidente. Minc negaestar de saída,masa crençanogovernoédequeeleprepara sua demissão.

Minc acusa ministros de jogo duplo no Congresso contra lei ambiental – Leonencio Nossa – Estado de São PAulo – Nacional – 29/05/2009

Umdia após chamar osempresários do agronegócio de "vigaristas" e de criticar indiretamente o colega da Agricultura, ReinholdStephanes,ominstro do Meio Ambiente, Carlos Minc, virou ontem as baterias da polêmica para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, por tabela, acertou três outros ministros – Dilma Rousseff (Casa

Civil), Edison Lobão(MinaseEnergia)eAlfredo Nascimento (Transportes) . Ao final de uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), Minc acusou os colegas de ministério de não respeitarem acordos e fazerem jogo duplo no Congresso. "Vários ministros combinavam uma coisa aqui (*com Lula*) e depois iam ao Parlamento,cadaumcomasua machadinha, patrocinar emendas que esquartejavam e desfiguravam a legislação ambiental", disse.

Minc negou que tenha intenção de deixar o governo. "Não condicionei a permanência no governo a absolutamente nada", afirmou. O **Estado** apurou queopresidentenãogostoudas novascríticasedecidiuque,"na hora apropriada", vai chamar Minc para conversar sobre os ataques aos colegas e ao PAC.

"O que eu disse para o presidente é que completei um ano, servi lealmente, resolvemosvários imbróglios, grandes licenças, evamosresolver várias outras e que uma série de questões estavam tirando a sustentabilidade ambiental e a política dos ministérios", contou Minc. "Ele (*Lula*) disse que não vai permitir que a área seja enfraquecida."

O ministro do Meio Ambiente está incomodado com obras consideradas importantes pelo governo, como a rodovia BR-319eas usinas hidrelétricas no Rio Araguaia, além da possibilidadedeprodução odecananano Pantanal. Ele disse que concedeu muitas licenças ambientais – citou as obras das hidrelétricasdeBeloMonteeJirau–, mas nãohouve compensações e solidariedade para área ambiental.

"Foiumaconversaa sós, tête-àtête, olho no olho e eu falei para opresidentequea áreaambientalestavasendomuitoagredida no Parlamento, na sociedade, desfigurando projetos ambientais sobre estradas, sobre licenciamento, sobreaquestãodaregularização fundiária."

Sobre a BR-319, Minc afirmou que não concorda com a restauração e asfaltamento de rodovias na Amazônia. O asfaltamento da BR-319 é defendido pelo ministro Alfredo Nascimento, que é senador licenciado pelo PR do Amazonas e potencial candidato ao governo do Estado. Minc disse que a rodovia atravessa "o coração da Amazônia", uma das áreas ainda intactas da floresta. "Eu disse (*ao presidente*) que não abriria mão disso", relatou.

Naentrevistadeontem,Minc voltou a criticar os ruralistas.

"Euadvertiosagricultoresfamiliaresquesetores dos ruralistas que desmatam muito, têm monocultura, usam agrotóxicos e fazemqueimadasestãoaterrorizando os pequenos produtores para jogá-los contra as leis ambientais", explicou. "Disse para eles não ouvirem esse canto da sereia, que a boa aliança deles era com os ambientalistas."

Minc ainda comentou a reação de deputados da bancada ruralistacomsuadeclaraçãode queeram"vigaristas".Ogoiano RonaldoCaiado(DEM-GO)chegou a dizer que Minc tem ligação com o tráfico carioca.

"Fui mal interpretado por algunsparlamentaresefuiofendido por eles", disse Minc ontem.

"Mas estou acostumado com embate parlamentar."

Acuado após derrotas, Minc vai a Lula reclamar de colegas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2009

Titular do Meio Ambiente diz que ministros mudam acordos e "esquartejam" legislação

Minc afirma que "de dois ou três meses para cá" só recebe "pancada" e diz que se sente um ministro "frágil", à beira da "inviabilidade total"

Acuado por seguidas derrotas da área ambiental, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) foi ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva reclamar de colegas de Esplanada que, segundo ele, fecham acordos nos gabinetes e depois, à revelia do que fora decidido, vão com suas "machadinhas" ao Congresso para "esquartejar" a legislação ambiental.

Minc também colocou na mesa de Lula temas que, por ora, não terão o apoio do Meio Ambiente: licenciamento ambiental prévio da BR-319 (Manaus-Porto Velho), inclusão do entorno do Pantanal na área do zoneamento da cana-de-açúcar e construção de hidrelétricas na bacia do rio Araguaia.

"Uma série de questões estavam tirando a sustentabilidade ambiental e política do ministério. (...) Ele [Lula] afirmou que isso não era aceitável. Que o que fosse combinado entre os ministros e ele [Lula] não dava direito a cada um, a cada Dnit da vida, ir lá atrás de um deputado pra desfazer tudo aquilo que tinha sido combinado aqui", disse, numa referência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, ligado à pasta dos Transportes.

Os ministros Alfredo Nascimento (Transportes), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) foram citados por Minc na conversa com Lula. Na entrevista, evitou dar nomes.

As declarações de ontem são um contra-ataque a derrotas do "lado" ambiental do governo.

Um dos reveses é o decreto presidencial que reduziu o valor da compensação ambiental a ser pago por empreendimentos (como construção de rodovias e hidrelétricas) por seus impactos ambientais. A medida atenuou o custo de exploração de petróleo na camada pré-sal e, ao mesmo tempo, ampliou os atritos de Minc com a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil.

Um dos motivos que levaram à queda da ex-ministra Marina Silva, em 2008, foi seu choque frontal com o principal nome de Lula para a eleição em 2010. Essa pressão para as licenças ambientais aumentou por conta da crise econômica: o

governo quer acelerar as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para gerar empregos e impulsionar o PIB.

Outro revés foi o decreto presidencial que autorizou a destruição de cavernas no país. As declarações de Minc também são uma resposta à ofensiva do agronegócio a temas em discussão no governo e no Congresso.

Entre eles estão os licenciamentos para a pavimentação de rodovias, para novas usinas hidrelétricas, a MP da regularização fundiária na Amazônia (que transferirá terras públicas para particulares) e, sobretudo, mudanças no código florestal.

A conversa entre Lula e Minc durou cerca de meia hora. Nela, o ministro mostrou mapas e fotos recentes de satélite sobre o desmatamento na Amazônia. Minc falou com a Folha após a entrevista coletiva. "De dois ou três meses para cá, é só pancada", contabilizou, dizendo que se sentia um ministro "frágil", à beira da "inviabilidade total". Lula teria franzido as sobrancelhas diante do relato, ao que Minc reagiu: "Isso é um prato para chargistas".

Quando assumiu o cargo, há um ano, ele prometeu ser mais flexível com os licenciamentos das obras do governo, desde que fosse compensado com a criação de unidades de conservação, por exemplo. Ele tem repetido que essa compensação não ocorre mais.

CPI da Amazônia

Em meio às polêmicas declarações de Minc, o Senado criou ontem a CPI da Amazônia para investigar questões como a demarcação da Raposa/ Serra do Sol e o desmatamento da floresta. Dos 11 integrantes, 9 são da bancada ruralista.

Colaborou MARTA SALOMON, da Sucursal de Brasília

Ministro busca sustentação no presidente – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009

Vestindo um uniforme usado em operações de combate a crimes ambientais, o ministro Carlos Minc entrou no gabinete presidencial como um "animal ferido", segundo palavras que ele usou com o presidente Lula para descrever como se sentia enfraquecido no comando da área ambiental do governo um dia após completar um ano no cargo.

Ao estilo midiático com que marca sua gestão, Minc não chegou a pedir demissão, mas quis deixar Lula preocupado com a possibilidade de ver repetido o gesto da ex-ministra Marina Silva. Ela deixou o governo por dificuldade de resistir aos ataques dentro e fora do governo, chamando atenção para o risco de retrocesso no combate ao desmatamento.

"Como posso cuidar da sustentabilidade ambiental do país quando minha própria sustentabilidade está solapada", diz Minc, buscando o apoio do presidente contra as ofensivas de colegas ministros.

Desde o início do ano, Minc vem se sentido cada vez mais isolado por pressões para acelerar a liberação de licenças ambientais para o asfaltamento da rodovia BR-319, que corta parte da floresta amazônica, e para atenuar punições a crimes ambientais.

O isolamento do ministro acontece apesar de ele ter agilizado o processo de licenciamento de novas hidrelétricas na Amazônia, como a usina de Belo Monte, no Pará, uma das maiores obras do PAC.

Com dificuldade de resistir a pressões que considera além do limite do aceitável e tendo de contabilizar uma derrota importante na redução da taxa de compensação ambiental cobrada dos empreendimentos, o ministro também viu ralear o apoio de ambientalistas.

A reação de Minc a esse quadro começou na semana passada, quando convocou entidades ligadas a pequenos agricultores, da Contag ao pessoal do MST. Oferecendo condições especiais para o cumprimento da legislação ambiental aos pequenos produtores, investiu contra a movimentação liderada pela Confederação Nacional da Agricultura, pela mudança de regras de limite de desmatamento.
A mudança no código florestal é apenas um dos itens da complexa agenda ambiental, que inclui ainda os compromissos para atenuar os efeitos da mudança climática e o projeto do biodiesel. Ontem, Lula teria concordado em proibir novas usinas de cana-de-açúcar na Amazônia e no entorno do Pantanal.

Congressistas pedem explicação formal de Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009

Informado das declarações do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), o diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), Luiz Antônio Pagot, disse que esse "barulho" ocorre por "puro corporativismo".
Em resposta à afirmação do ministro de que "Dnits da vida" vão ao Congresso derrubar a legislação ambiental, afirmou: "Esse não é o comportamento do Dnit. Refutamos isso".

Sobre um eventual desmatamento para a BR-319, Pagot disse "que o ministro não está acostumado a olhar no mapa, a equipe dele não está lhe passando a informação correta, porque não existe desmatamento nenhum naquela área."
O Ministério da Agricultura não comentou as declarações do ministro.
Deputados e senadores da bancada ruralista, inclusive da base aliada, defenderam ontem a convocação de Minc na Comissão de Agricultura da Câmara. Eles exigem explicações formais do ministro, que anteontem chamou os parlamentares do setor de "vigaristas".

A Frente Parlamentar Ruralista informa em seu site ter 208 deputados (143 da base e 64 da oposição e 1 sem partido) e 35 senadores (20 da base e 15 da oposição). Já a Frente Ambientalista diz ter 323 deputados (não divide entre base e oposição) e 12 senadores (9 da base e 3 da oposição).

Os números podem estar superestimados pois muitos deputados são listados por afinidades com o tema, e não por atuação efetiva. Alguns chegam a ser citados nas duas frentes.

A CNA (Confederação Nacional de Agricultura) divulgou nota informando que ingressará na Comissão de Ética Pública do governo com denúncia pública contra o ministro. Segundo a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), Minc pode ser enquadrado na lei pois "procedeu de modo incompatível com a dignidade, honra e decoro do cargo".

A ex-ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva (PT-AC) e o ministro Mangabeira Unges não foram localizados (Assuntos Estratégicos).

Indígenas isolados correm risco de extinção, diz ONG – Matheus Pichonelli - Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009

Segundo organização inglesa, grupos estão localizados no Maranhão e em Mato Grosso

Funai reconhece gravidade do caso, mas afirma que toma medidas preventivas; para antropólogo, solução está na demarcação de areas

Relatório da ONG inglesa Survival International aponta que duas tribos brasileiras de índios isolados estão entre as com maior risco de extinção na América do Sul.

O estudo indica que os territórios de índios awá (ou guaja), no oeste do Maranhão, e de índios kawahiva do rio Pardo, que vivem no norte de Mato Grosso, estão sendo destruídos pela exploração ilegal de madeira.

Juntos, os dois grupos somam, no máximo, 110 índios.

Indígenas isolados são populações que vivem até hoje sem contato com outras tribos ou órgãos indigenistas. De acordo com a CGII (Coordenação Geral de Índios Isolados), ligada à Funai (Fundação Nacional do Índio), foram identificadas 69 áreas no país onde podem existir índios não contatados.

A ONG aponta ainda que outras duas tribos do Peru e uma do Paraguai também correm risco de extinção. No Peru, o problema é a exploração de petróleo e madeira. Já no Paraguai, são criadores de gado brasileiros que ameaçam os índios. A existência dessas

populações veio à tona em maio de 2008, quando a Funai divulgou imagens de grupos isolados no Acre. Fotos de índios tentando acertar o avião dos "invasores" com arcos e flechas tiveram repercussão internacional.

À época, o episódio gerou contestações sobre a existência dos grupos. No relatório, a ONG cita o caso de um jornal britânico que publicou reportagem lançando dúvidas sobre a história e, meses depois, admitiu a validade das imagens. Segundo Fiona Watson, coordenadora da Survival International, as fotos criaram interesse de pessoas que não sabiam da existência de grupos isolados em pleno século 21.

Ameaças

O relatório classifica como as principais ameaças aos índios isolados, em caso de contato, a exposição a doenças, como gripe e sarampo, e os conflitos com grupos armados.

No caso brasileiro, a pressão mais forte vem dos setores madeireiro e de mineração, explica Elias Biggio, coordenador do assunto na Funai. Ele diz que a fundação está a par da possível extinção dos grupos e trabalha com frentes de proteção e expedições periódicas para garantir a proteção das áreas. Watson defende a atuação do órgão, mas expõe como problema a lentidão do Judiciário.

"Quando há invasões de madeireiros e grileiros nessas áreas, processos e punições demoram a acontecer." A reportagem tentou ouvir representantes de madeireiras em Mato Grosso, mas não foi atendida.

Um dos especialistas consultados para o relatório, o sertanista José Carlos Meirelles, que trabalha em uma das frentes de proteção da Funai, diz que, com a ação de madeireiras, os isolados são "empurrados" para áreas já habitadas, o que pode gerar conflitos.

"Eles fogem de processos de pressão dessas frentes econômicas, já sabem quanto é ruim o contato com a sociedade", afirma Biggio, da Funai. Uma das soluções defendidas por ele é a demarcação das terras, o que garante a sobrevivência física e cultural dos indígenas.

A mesma ideia é defendida por Pedro de Niemeyer Cesarino, doutor em antropologia pelo Museu Nacional. "Demarcação de terras não é empecilho para o desenvolvimento, mas condição essencial para que ele não seja feito às custas do meio ambiente e dos habitantes da floresta", afirma ele.

Para o antropólogo, falta uma visão geral de governo que torne o tema prioritário, ao invés de considerar de forma equivocada a presença dos isolados como um obstáculo.

Colaborou NANCY DUTRA, da Redação

Queimadas fazem fogo se alastrar pelo Pantanal de MS – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – 29/05/2009

Área que equivale a cerca de 400 Ibirapueras foi destruída

Mais de 60 mil hectares de vegetação nativa foram destruídos desde o início da temporada de queimadas no Pantanal, em abril. A área é equivalente a cerca de 400 parques Ibirapuera, em São Paulo.

O levantamento foi divulgado pela superintendência do Ibama em Mato Grosso do Sul, que atribui o cenário a uma combinação de seca intensa com a ação do homem.

"Num ambiente com grande quantidade de vegetação seca, qualquer manejo de pasto com fogo ou mesmo uma pequena fogueira de um pescador podem desencadear um incêndio", diz o superintendente regional, David Lourenço.

Apenas em maio, 374 focos de queimadas foram registrados na região de Corumbá (440 km de Campo Grande), considerada o epicentro do problema. O número representa um aumento de 712% em relação aos registros no mesmo mês em 2008 (50). De janeiro a maio, Mato Grosso do Sul já contabiliza 980 focos de calor, o equivalente a 65% do acumulado em todo o ano passado.

"Desse total, 80% foram na região de Corumbá", afirma Márcio Yule, coordenador do Prevfogo (Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, do Ibama).

Segundo a Embrapa Pantanal, o nível do rio Paraguai deverá atingir em maio a terceira cota mais baixa para o período nos últimos 35 anos.

A falta de chuvas, diz Yule, antecipou a abertura de acessos por terra ao Pantanal. Focos de incêndio foram registrados em pastagens nativas à beira do rio Paraguai -o fogo é usado para limpeza, renovação e abertura de áreas para o gado.

Ontem, em Corumbá, a chuva ajudou a extinguir o fogo que se alastrava nas proximidades da zona urbana.

Segundo o Ibama, a operação de emergência para combate de focos -que inclui helicóptero e 24 bombeiros- será ampliada com a criação de uma brigada de incêndio, da qual participarão Exército e Marinha.

Fazenda acusa sem-terra de abater gado – Folha de São Paulo – Brasil – 29/07/2009

A Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A., que tem entre seus acionistas o banco Opportunity, de Daniel Dantas, acusou movimentos de sem-terra que atuam na sudeste do

Pará de furtar e abater gado em uma de suas propriedades localizada entre Curionópolis e Xinguara.

A região é foco de conflito entre seguranças da empresa e grupos de sem-terra. Segundo a assessoria de imprensa da agropecuária, na terça passada foram encontrados ao menos 69 bois mortos.

Charles Trocate, líder do MST no Pará, negou envolvimento em eventual ação na área. **(SF)**

Minc diz que foi traído por ministros - Catarina Alencastro e Luiza Damé – O Globo – O país – 29/05/2009

'Cada um vai ao Congresso com sua machadinha desfigurar projetos'

BRASÍLIA. Em audiência de 45 minutos com o presidente Lula, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reclamou de outros ministros, acusando-os de descumprir acordos e de agir no Congresso contra decisões tomadas internamente no governo.

Minc negou que tenha cogitado deixar o cargo, caso Lula não o apoiasse, mas avisou que não assinará licenças ambientais que descumpram regras estabelecidas por sua pasta.

É o caso da BR-319. Um relatório do Ibama impõe dez prérequisitos para autorizar a obra. Segundo o ministro, o presidente não sabia da fragilidade que seu ministério enfrentava, após várias derrotas consecutivas em projetos ambientais. Ele disse ter contado a Lula que tem sido "traído diariamente" no Congresso por gente do governo.

Segundo Minc, Lula prometeu corrigir a situação.

— Eu não condicionei a permanência no governo a absolutamente nada. O que disse ao presidente é que há uma série de questões que estavam tirando a sustentabilidade ambiental e política do ministério. Vários ministros combinavam uma coisa aqui e depois iam ao Parlamento, cada um com a sua machadinha, patrocinar emendas que esquartejavam e desfiguravam a legislação ambiental — reclamou Minc. — Ele (Lula) disse que isso não é aceitável, que iria chamar os ministros, e que não dava direito a cada Dnit da vida de ir lá atrás de um deputado para desfazer tudo o que tinha sido combinado aqui.

Para o ministro, a conversa com o presidente terá consequências políticas. Ele diz ter apresentado pontos importantes para a sua área, que estão ameaçados, entre elas a pressão para modificar o Código Florestal.

Lula teria se comprometido a marcar uma reunião com os ministros, para pedir unidade no governo.

Derrotas na área ambiental – O Globo – O País – 29/05/2009

Completando um ano à frente do Ministério do Meio Ambiente,

Carlos Minc já coleciona derrotas importantes no governo, algumas das quais tentou reverter, sem sucesso, em encontro com o presidente Lula, ontem. Ele queria convencer o presidente a reeditar dois decretos: o que tira de todas as cavernas o status de patrimônio brasileiro, protegendoas da destruição, e o que fixa em 0,5% o percentual de compensação ambiental que empresas têm de pagar por realizar obras de impacto na natureza.

Com o decreto presidencial de novembro, somente as cavernas de "máxima relevância" estão amparadas. A Sociedade Brasileira de Espeleologia estima que, com essa regra, 70% das cavernas estejam passíveis de destruição. Ontem, Minc tentou incluir as cavernas de alta relevância na proteção da lei, mas Lula não acatou o pedido. Sobre a compensação ambiental, ele queria que o decreto fosse modificado para aumentar para 0,8% o pagamento que as empresas terão de fazer sobre o total do investimento que causa danos ambientais. Não conseguiu o apoio do presidente.

No Congresso, o ministro tem amargado fracassos. Um deles é a MP 452, que cria o Fundo Soberano e teve em seu texto incluídas normas que afrouxam o licenciamento de estradas. Seis meses após ter enviado proposta de simplificação do processo ao Ministério dos Transportes, Minc foi surpreendido pelo projeto do Dnit que elimina a necessidade de Licença Prévia em obras de rodovias e permite que os empreendimentos prossigam, mesmo que o Ibama não tenha concedido licença ambiental no prazo máximo de dois meses.

'Disse a Lula que estou debaixo de pancada' – Fabiana Cimieri – Estado de São Paulo – Nacional – 30/05/2009

Apesar de dizer que não colocou "a faca no pescoço" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na conversa de anteontem sobre as sucessivas derrotas de sua pasta, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que não vai liberar a obra da BR-319 (Manaus-Porto Velho) sem o cumprimento de normas para evitar o desmatamento ao redor da estrada.

"Licenciar sem os 10 pontos que eu próprio defini é pegar a cabeça, botar lá e esperar alguém cortar."

Outra questão que preocupa o ministro é a pressão de "um grupo de empresários ligados a políticos" que comprou terras na Bacia do Alto Paraguai para o plantio de cana-

deaçúcar. “Se um pedacinho estiver contaminando o Pantanal, vão dizer que todo o etanol brasileiro é antiecológico e colocar uma barreira comercial com esse pretexto”, disse Minc. “Expliquei a Lula e ele disse que ia decidir brevemente, mas que não podia colocar em risco o etanol brasileiro.”

Esses dois pontos são considerados essenciais pelo ministro, que, em entrevista ao **Estado**, disse que estava se sentindo enfraquecido até o encontro a sós com o presidente. A seguir, trechos da entrevista.

Como foi e qual a avaliação de sua conversa com o presidente Lula?

No início do governo eu ganhava e perdia. Ganhei o Fundo da Amazônia, as metas do clima, o decreto do crime ambiental e licenciei Angra 3 sem concordar.

Agora desequilibrou. Dei vários exemplos, como a questão das cavernas, o decreto da compensação ambiental, pessoas do governo indo ao Congresso e modificando a medidas já acordadas. Disse ao presidente que estou debaixo de pancada. Se ficar fraco, não vou conseguir combater o desmatamento e dar boas licenças.

O Lula disse que fui razoável em seis dos oito pontos que coloquei. Saí 30 quilos mais leve, cheio de garra para enfrentar os poluidores.

Diante das dificuldades, o sr. Cogita colocar o cargo à disposição?

Em nenhum momento disse que ia sair, ameacei ou insinuei.

Apenas usei a seguinte expressão: “Como posso defender o País se cada vez menos o ministério mantém sustentabilidade política?” Qual é a ameaça ambiental mais preocupante hoje? O licenciamento da BR-319, uma estrada que atravessa o coração da Amazônia. Parei o licenciamento e criei um grupo de trabalho que elaborou 10 normas prévias. Ominist*ro (dos Transportes)* Alfredo Nascimento, que vai concorrer ao governo do Amazonas e tem um prazo por causa da chuva e da empreiteira, quer que essas dez condições sejam cumpridas depois da licença.

Falei para o Lula que sou contra a BR-319. Estou ética e moralmente impedido de licenciar sem o prévio cumprimento dos 10 pontos. Se isso afetar o tempo da licitação, do governador, da chuva, só lamento.

Se não cumprir, não assino. O presidente disse que respeita e ia comunicar ao ministro.

E a questão do plantio de cana no Pantanal?

A área em questão não é no Pantanal, mas na bacia hidrográfica do Pantanal. Descobri que empresários de Mato Grosso, ligados a políticos, compraram terras e já têm uma infraestrutura ali. Não é preocupação nacional, é interesse particular.

Vai acontecer que outros países criarão barreiras contra o etanol brasileiro usando o argumento ambiental.

O sr. reclamou com o presidente que outros ministros estavam fazendo lobby no Congresso para modificar acordos realizados durante as reuniões ministeriais. Como ele reagiu?

Ele disse: “Você está coberto de razão”. Alguém do governo solapar a própria posição do governo é a casa da mãe joana.

Não tem sentido a gente acordar alguma coisa, alguém dar uma de joão sem braço e tirar aquilo que não lhe agrade.

Como foi o tom da conversa?

Recheada de humor. Quando o presidente ficou com as sobrancelhas circunflexas eu brinquei dizendo para ele relaxar ou os cartunistas iriam se aproveitar. Mas, como não sou ingênuo, tenho de ficar de olho no cumpra-se disso tudo. Relatei o que o presidente combinou comigo, mas agora vão chegar todos os outros dizendo que não é bem assim.

Aquecimento mata 300 mil ao ano, diz Annan – Folha de São Paulo – Ciência – 30/05/2009

Desastres provocados pela mudança climática matam 300 mil pessoas por ano, especialmente nos países pobres, e causam perdas de 125 bilhões, principalmente na agricultura. É o que afirma o Fórum Humanitário Global, de Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU.

O relatório diz que a elevação do nível dos mares, a desertificação e a mudança dos padrões das chuvas estão diminuindo o acesso à água potável e à comida. Consequências: diarreia, malária e desnutrição.

Em dezembro, a ONU realizará uma conferência sobre mudança climática na Dinamarca. Os países tentarão fechar um acordo global sobre clima.

Minc dá nome aos ministros 'machadinhas' – O Globo – Capa – 30/05/2009

Um dia depois de reclamar ao presidente Lula que os colegas ministros usam machadinhas contra a lei ambiental, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) deu nomes a seus alvos: disse que Mangabeira Unger apresentou ao Planalto texto sobre licenciamento sem consultá-lo e que Alfredo Nascimento quer fazer a BR-319 às pressas, sem cumprir regras de preservação.

Antes da inundação... – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 30/05/2009

Até o início de 2008 não tínhamos plano de mudanças climáticas, nem metas de redução de emissões de dióxido de carbono (CO2), nem Fundo Amazônia.

O Brasil foi duramente criticado nos fóruns internacionais, apesar de termos uma matriz energética fundada na hidroeletricidade e sermos vanguarda no etanol e nos biocombustíveis, que emitem menos carbono. Agora temos plano, metas e Fundo Amazônia, e no encontro da ONU em Poznam, na Polônia, em dezembro de 2008, o Brasil foi elogiado por Al Gore, pelo protagonismo.

Uma das metas do plano assinado pelo presidente Lula em dezembro, cortar em 70% o desmatamento da Amazônia até 2017, reduzirá as emissões em 4,6 bilhões de toneladas de CO2, mais do que o compromisso total assumido em Kioto pelos países desenvolvidos.

Isso é insuficiente; temos de ampliar as metas de redução para os setores da economia e de redução do desmatamento para os demais biomas.

Até o início de 2008 monitorávamos só a Amazônia; sem série histórica não havia como traçar metas para o cerrado, a caatinga, a Mata Atlântica, o pantanal e o pampa. Na atualização do plano, em maio de 2010, definiremos a diminuição do desmatamento em todos, inclusive de ampliação da Mata Atlântica.

Precisamos aprovar planos estaduais de mudanças climáticas; os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro estão avançados. Temos de concluir nosso segundo inventário de emissões, pois o atual tem por base dados de 1994, defasados.

Com o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, lançamos nossa versão do IPCC — o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas —, que contará com 300 cientistas e elaborará estudos de vulnerabilidades regionais às mudanças climáticas, cenários e projetos de mitigação e de adaptação; o Nordeste perderá mais de um terço de sua economia, se a temperatura do Planeta se elevar em dois graus centígrados até o final do século. No Rio de Janeiro, trabalhamos com adaptação na Baixada Fluminense. O programa de recuperação dos rios Iguaçu, Sarapuí e Botas beneficiará 3 milhões de pessoas que vivem em suas margens, e com as enchentes perdem muito, até as vidas; e isto antes de uma previsível elevação do nível do mar em algumas décadas. O programa (da UFRJ, atualizado pela secretária estadual do Ambiente — Marilene Ramos), recebeu 220 milhões de recursos federais e estaduais; as famílias que ocupam as margens serão relocadas, em casas dignas, os rios dragados, suas margens reflorestadas e construídas ciclovias e estradas em taludes, em nível mais alto, para funcionarem como diques face à elevação do nível do mar. Este é um exemplo de prevenção para efeitos inevitáveis das mudanças do clima.

O plano deve ser fiscalizado pela sociedade e os programas nacionais devem seguir suas diretrizes. O programa de troca de 10 milhões de geladeiras eliminará o gás CFC, que destrói a camada de ozônio e é um forte agente do efeito estufa: é uma medida anticíclica

verde. O PAC da Habitação colocará placas de aquecimento solar em um milhão de casas, reduzindo a emissão de 820 mil toneladas de CO2; medidas recentes obrigam as térmicas a óleo e a carvão a mitigarem suas emissões, plantando milhões de árvores; outras garantirão a retomada das hidroelétricas (que geram energia renovável) e o impulso à energia eólica, em que estamos atrasados. Com secretários de energia de 18 estados lançamos a base da Carta dos Ventos, que será apresentada em junho.

O desmatamento da Amazônia, em 11 meses, foi 45% menor do que nos mesmos meses anteriores.

Fazendo nossa parte, temos mais moral para cobrarmos dos países desenvolvidos, os grandes responsáveis pela crise climática, que façam a sua. Nos fóruns internacionais em Bonn, em Nairobi e em Siracusa, exigimos que os países ricos reduzam suas emissões em 45% do nível de 1990 até 2022; o Brasil defende que a temperatura do planeta não possa ultrapassar 0,2 grau por década, caso em que as reduções deverão ser incrementadas.

Cada cidadão deve contribuir, economizando energia, plantando árvores, reciclando lixo e regulando o motor de seus carros. O planeta está sendo destruído, devido à ganância, ao produtivismo, ao desperdício e à irresponsabilidade.

Devemos agir de forma solidária, planejada e global, antes que o derretimento das geleiras inunde cidades e países, destruindo as espécies que sobreviveram às práticas predatórias.

CARLOS MINC *é ministro do Meio Ambiente*.

NOTA DA REDAÇÃO: Zuenir Ventura volta a escrever na próxima semana.

Minc critica publicamente colegas ministros - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 30/05/2009

Ele considera erro obra defendida por Nascimento, dos Transportes, e se queixa de Mangabeira, de Assuntos Estratégicos

BRASÍLIA. Um dia depois de dizer que reclamou ao presidente Lula de colegas ministros, Carlos Minc, do Meio Ambiente, fez duras críticas ontem a Mangabeira Unger, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, e Alfredo Nascimento, dos Transportes.

Minc disse ter apresentado a Lula, quinta-feira, um documento assinado por Mangabeira com o texto final sobre o licenciamento ambiental — área de responsabilidade do Ibama — sem que o Ministério do Meio Ambiente tenha sido consultado sobre o tema.

Minc também comentou os problemas que vem tendo com Alfredo Nascimento, como o imbróglio em torno da pavimentação da BR-319, que liga Porto Velho, em

Rondônia, a Manaus. Segundo Minc, a rodovia foi a primeira questão a ser tratada no encontro que teve com o presidente. Ele considera a obra um erro, por cortar o coração da Amazônia. A Lula, o ministro disse que não vai assinar a licença que permite o asfaltamento da estrada sem que antes sejam cumpridas as exigências ambientais.

— O ministro Nascimento, que tem pressa para fazer a obra, queria primeiro fazer a estrada e depois cumprir (os dez pré-requisitos ambientais). Disse para o presidente Lula que estou moralmente impedido de fazer isso. Eu já era contra a estrada.

Depois que ela for licenciada já vou levar pancada de qualquer jeito. Agora, ela ser licenciada sem os dez pontos que eu próprio coloquei ouvindo a Universidade do Amazonas era realmente a morte em vida, e eu não faria isso.

Nascimento não quis se pronunciar sobre as críticas do colega, e Mangabeira, em viagem à Rússia, não foi encontrado para falar. Minc contou que apresentou vários documentos e fotos do desmatamento que já vem ocorrendo na área da BR-319.

Marina Silva concorda que ministério está enfraquecido Sem querer polemizar, a exministra e senadora Marina Silva (PT-AC) disse que há motivos para Minc estar preocupado com o rumo da agenda ambiental no país. Ela evitou comparar o momento que ele passa ao que a levou a deixar o cargo, mas cita vários assuntos que são um retrocesso para o setor. Algumas viraram lei por decreto presidencial — como as cavernas, que ficaram desprotegidas — e outras são tema de projetos que tramitam no Congresso, como a regularização fundiária na Amazônia e a MP 452, que afrouxa o licenciamento de estradas.

Marina concorda com Minc na avaliação de que o ministério está enfraquecido: — É um momento de muita preocupação. Ele (Minc) está correto em estar preocupado.

O setor ambiental tem sido subtraído. Há um conjunto de ações que vão subtraindo o papel do ministério e o transformando em uma ONG dentro do governo. Os problemas têm que ser resolvidos no mérito, e não de forma política — avaliou a ex-ministra.

De acordo com Minc, a conversa com o presidente Lula foi "recheada de humor e de solidariedade": — Quando ele ficou com a sobrancelha circunflexa, eu falei: "Presidente, pode fazer a sobrancelha mais suave, se não vai ser um prato cheio para os cartunistas".

Mudanças climáticas já matam 315 mil por ano – O Globo – Ciência – 30/05/2009

Número deve dobrar em 20 anos, atingindo 10% da população do planeta. Países pobres são os mais afetados Clima desequilibrado, conseqüências desiguais. Um relatório divulgado pelo Fórum Humanitário Global (FHG) revela que o aquecimento global já é responsável por 315 mil mortes por ano em todo o mundo, resultantes da falta de água e

alimentos. Em duas décadas, aponta o estudo, esse número deve dobrar, afetando 10 % da população do planeta (de 6,7 bilhões de pessoas).

Segundo a entidade, que é presidida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, os habitantes dos países em desenvolvimento são os mais atingidos pelas mudanças climáticas, embora os 50 países mais pobres do mundo respondam por menos de 1% das emissões de gases do efeito estufa.

Meio bilhão de refugiados climáticos Para Annan, as mudanças climáticas representam o maior desafio humanitário emergente do nosso tempo, causando sofrimento para centenas de milhões de pessoas no mundo todo.

— Os primeiros atingidos e os mais afetados são os grupos mais pobres do mundo, embora eles pouco tenham feito para causar o problema — disse o exsecretáriogeral da ONU, em uma coletiva de imprensa, ontem, em Londres, durante a divulgação do relatório.

Intitulado "Anatomia de uma crise silenciosa", o estudo pede atenção especial aos chamados refugiados climáticos: 500 milhões de pessoas consideradas extremamente vulneráveis, por viverem em países pobres, propensos a secas, inundações, tempestades, elevação do nível dos mares e desertificação.

Das 20 nações mais vulneráveis ao aquecimento global, 15 ficam na África, segundo o estudo, que contou com a assessoria de representantes do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC) e da ONG ambiental britânica Oxfam. O sul da Ásia e pequenos países insulares também já estão sendo severamente afetados pelas mudanças no clima do planeta.

— Espero que todas as nações que forem a Copenhague se alinhem em torno do mais ambicioso acordo climático internacional já negociado — declarou Annan, referindo-se à conferência da ONU sobre o clima, que vai acontecer em dezembro, na Dinamarca, quando deve ser acertado um tratado para substituir o Protocolo de Kyoto. — A alternativa é a fome em massa, a migração em massa e a doença em massa.

Os prejuízos decorrentes do aquecimento global, revela o estudo, já ultrapassam os US$ 125 bilhões por ano, mais do que o fluxo anual da ajuda dos países ricos para os pobres, e devem chegar a US$ 340 bilhões por ano até 2030.

Enquanto isso, as verbas internacionais destinadas ao combate às mudanças climáticas são de aproximadamente US$ 400 milhões por ano.

Desastres naturais devem ficar mais intensos Desastres naturais, ligados às mudanças climáticas, ressalta o relatório, aumentaram em frequência e intensidade nos últimos 30 anos, com impactos na saúde e no abastecimento de água.

Na Índia e em Bangladesh, cinco milhões de pessoas continuam desabrigadas, sem água ou alimentos, desde a passagem do ciclone Aila, que atingiu a região no início da semana. Com ventos de até 100 km/h, o fenômeno matou, pelo menos, 275 pessoas e destruiu milhares de casas. Cientistas ainda não sabem se sua intensidade está ligada ao aquecimento global.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL